



**ISPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**A EXPERIÊNCIA DE SER DEPUTADO:  
UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA- EXISTENCIAL**

**Carla Ferraz Alves**

**Orientador de Dissertação:**

**Víctor Amorim Rodrigues**

**Tese para obtenção do grau de:**

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

**Especialidade em Clínica**

**2018**

Dissertação de Mestrado realizada  
sob orientação do Professor Doutor Vítor Amorim Rodrigues,  
apresentada no ISPA, Instituto Universitário  
para obtenção do grau de Mestre na especialidade  
de Psicologia Clínica

## **Agradecimentos**

Quero deixar algumas palavras de agradecimento às pessoas que sempre me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho, já há alguns anos iniciado, quase abandonado, retomado e, finalmente, concretizado.

Ao Professor Dr. Vítor Amorim Rodrigues, sobretudo pela amizade, mas também pelo impulso inspirador, dedicação e disponibilidade permanente para acompanhar e orientar este trabalho. Sem o seu constante apoio, incentivo e persistência talvez continuasse a ser um projeto adiado.

Ao Professor Dr. Daniel Sousa, colega e amigo dos primeiros bancos de escola no ISPA, porque foi sob a sua valiosa orientação que começou este trabalho.

Aos meus pais pelo seu incessante apoio e nunca terem deixado de acreditar em mim.

À São José, a melga-mor, amiga de todas horas, pela força e estímulo constantes em todos os momentos.

À Eva, outra amiga incondicional, por todo o apoio sempre.

À Helena, que também sempre acreditou.

Às deputadas e deputados que aceitaram participar neste estudo.

Às minhas amigas e aos meus amigos pela paciência infinita.

## **Resumo**

Esta investigação incide sobre a experiência de cinco parlamentares eleitos à Assembleia da República. A metodologia qualitativa aplicada foi o método fenomenológico de Amedeo Giorgi que tem com objetivo o estudo da intencionalidade da vivência humana. A amostra é constituída por 3 homens e duas mulheres, com idades entre 30 e 40 anos, representantes de cinco partidos políticos. A análise focou-se na exploração das vivências individuais dos sujeitos no âmbito do exercício da função, bem como das suas motivações e perceções do papel que desempenham. Os resultados revelaram que embora não exista uma experiência comum de ser deputado verifica-se a partilha de insatisfação e desgaste na vivência do quotidiano parlamentar que os sujeitos procuram contornar com resiliência e perseverança através de várias estratégias de compensação.

## **Abstract**

This investigation focuses upon what it means to be a member of parliament of five elected Members of the Portuguese Parliament. The methodology of quality applied was Amedeo Giorgi's phenomenological method study which study object is the intentionality of the human experience. The sample represents three men and two women between the ages of 30 and 40 years old representatives of five different political parties. The analysis focused on the exploitation of individual experiences of the subjects when exercising their functions as well as their motivation and the perception of the roles they play. The results showed that even though there's not a common experience of what it means to be a member a parliament they all share a feeling of dissatisfaction and stress of the parliament's everyday life which they try to go around using resilience and perseverance through different compensation strategies.

"A política começa somente quando os homens se ultrapassam em direção a valores humanos gerais. Colocar-se num plano político é arrancar-se à sua situação individual, é transcender-se em direção aos outros e transcender o presente em direção ao futuro. Um homem que procura somente manter-se vivo não tem existência política, e o horror da sua situação vem precisamente de, muito ocupado a não morrer, não conseguir valorizar a sua existência ultrapassando-a em direção a outra coisa que não seja essa mesma".

Simone de Beauvoir

## Índice

Introdução .....	1
Enquadramento Teórico .....	2
A Política .....	2
A política na perspetiva fenomenológica-existencial .....	4
Psicologia Política .....	7
A Investigação em Psicologia Política .....	8
Passar de cidadão a deputado .....	11
Recrutamento dos políticos .....	14
Motivação e competências .....	17
Impacto na saúde física e psicológica dos políticos .....	19
O Parlamento português .....	22
Representatividade .....	23
Método .....	26
Pertinência do estudo e hipóteses de discussão.....	27
Participantes .....	28
Procedimentos .....	29
Resultados .....	35
Estrutura A da experiência .....	35
Estrutura B da experiência.....	36
Estrutura C da experiência .....	37
Constituintes essenciais .....	38
Análise das Variações Empíricas dos constituintes essenciais .....	39
Motivação para a participação política .....	40
Desgaste como dificuldade importante .....	42
Ambivalência em relação à frustração .....	44
Valorização da aprendizagem / Competências .....	47
Ambivalência em relação à exposição pública .....	49
Consciência da representatividade .....	51
Discussão dos resultados .....	54
Conclusões .....	61
Referências Bibliográficas .....	63

Anexos .....	66
Anexo 1 - Consentimento informado .....	66
Anexo 2 - Transcrição e análise das entrevistas .....	67
Transcrição e análise P1 .....	67
Transcrição e análise P2 .....	92
Transcrição e análise P3 .....	101
Transcrição e análise P4 .....	123
Transcrição e análise P5 .....	150

### **Índice de Tabelas e Esquemas**

Tabela 1.....	30
Tabela 2 .....	34
Tabela 3 .....	36
Tabela 4 .....	37
Tabela 5 .....	38
Tabela 6 .....	41
Tabela 7 .....	43
Tabela 8 .....	46
Tabela 9 .....	48
Tabela 10 .....	51
Tabela 11 .....	53
 Figura 1 .....	 39

## **Introdução**

A política é inerente ao ser humano enquanto parte de uma comunidade organizada com base no exercício do poder, no pressuposto de que é através da ação política que se materializam as medidas tendentes ao bem comum.

Tratando-se os políticos de pessoas que emanam da sociedade, legitimadas pelo voto dos eleitores para os representar na tomada de decisões que se repercutem em toda a sociedade, considera-se a importância de tentar aprofundar a compreensão sobre alguns dos aspectos psicológicos daqueles que assumem a responsabilidade de lidar com a "coisa pública".

Com este estudo sobre a experiência de ser deputado numa abordagem fenomenológica-existencial pretende-se explorar quais são os fatores comuns ao desempenho da função de deputado a partir das vivências individuais de cinco parlamentares eleitos por distintos partidos políticos para a Assembleia da República.

Através de uma entrevista aberta, este estudo incide também sobre os principais aspectos da sua experiência quotidiana, bem como as motivações, a perceção do papel que desempenham e as expectativas sobre os resultados da sua ação.

## **Enquadramento Teórico**

### **A Política**

A palavra vem do grego *politeia*, que significa «a arte de governar a cidade», e deriva da *Pólis*, as "Cidades-Estado" da Grécia antiga, berço da civilização ocidental e palco de origem da discussão que se estende até à atualidade sobre a melhor forma de gerir o bem comum.

Filósofos como Platão e Aristóteles foram decisivos para o pensamento filosófico e político do Ocidente. Platão, fundador da Academia, pretendia preparar os futuros “políticos verdadeiros” capazes de renovar o estado mediante a sabedoria e o conceito do bem supremo, concebia a política como a arte de saber conduzir os homens. Em *A República*, idealiza uma cidade na qual dirigentes e guardiães representam a encarnação pura do bem comum, reclamando o governo para os filósofos. Para Platão, o que distingue o homem é a virtude, entendida no político como a arte de harmonizar as forças contrárias da coragem e da moderação.

Aristóteles aplica em geral o nome de política à ciência que abarca a atividade moral dos homens como indivíduos, mas também como cidadãos, subdividindo a sua teoria, a que chama também “filosofia das coisas do homem”, em ética e em política, propriamente dita, como Teoria do Estado. A política sobrepõe-se à ética na medida em que só entende o homem na sua qualidade de cidadão, colocando a cidade acima da família e do indivíduo singular. Para o filósofo, o bem supremo do homem é a felicidade e esta só consiste na “obra que ele e só ele sabe levar a cabo”, ou seja, a perícia na ação política. Na ética de Aristóteles, a amizade, mais do que a justiça, é a virtude mais importante para o compartilhamento da felicidade (Reale, G., 1974).

Ao longo destes vinte e cinco séculos de história, a política, associada a diversos domínios como a liberdade, a justiça, a propriedade, os direitos, a lei, as formas de governo e a legitimação do poder, entre outros, foi o objeto central de reflexão de vários filósofos e pensadores sobre o indivíduo e a sua relação com as organizações sociais do poder e do Estado. Depois do esplendor do pensamento político dos filósofos da Grécia Antiga, do Estoicismo e da Teoria da Justiça do Império Romano, a filosofia política da

Europa foi fortemente dominada pelo pensamento cristão, sob a influência de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino.

Só com Maquiavel, no período da Renascença, a política voltou a emergir como domínio autónomo e separada da tradição da moral teológica que predominou durante a Idade Média. Reconhecido como o fundador da ciência política moderna, na sua obra “O Príncipe” desenvolveu a teoria de um tratado político com vista à reunificação da Itália sob o poder absoluto e a qualquer custo de Lorenzo de Médici, cabendo-lhe um papel crucial no conceito de Estado como o conhecemos hoje.

No iluminismo, novas teorias sobre o que é o homem, a realidade e a forma como é apreendida fizeram surgir a filósofos como John Locke, Thomas Hobbes, Montesquieu e Rousseau, novas concepções políticas sobre a liberdade, os limites e a organização do Estado face ao indivíduo. De John Locke, o filósofo do liberalismo e um dos mais influentes pensadores da teoria política moderna no Ocidente, vem a noção de representação parlamentar que deverá ser exercida por uma elite de representantes políticos eleitos. A ideia de elite política aplica-se tanto a grupos, como no conceito de aristocracia intelectual defendido por Platão, quanto à versão individual do poder absoluto do soberano defendida por Thomas Hobbes.

Destacam-se ainda outras correntes de pensamento sobre a questão política como o utilitarismo do inglês John Stuart-Mill, um dos pensadores sobre as questões da liberdade mais influentes do Século XIX, o criticismo de Kant que fundamenta, entre os juízos da ciência e da razão, os conceitos do dever moral de participação na sociedade civil e de paz perpétua como um direito cosmopolítico que deve ser preservado na organização mundial, e o idealismo de Hegel, que contrapõe à lógica da razão kantiana o princípio absoluto da ideia e do espírito como a essência da realidade (Abbagnano, 1985).

Karl Marx foi outro dos grandes representantes da filosofia alemã que marcou o pensamento político do século XX ao revolucionar a teoria social com a proposta de uma visão crítica do capitalismo e uma concepção materialista da história centrada na noção de crise e de luta de classes, criando também a teoria das ideologias como o conjunto das ideias dominantes de um grupo social no contexto das superestruturas da sociedade (Dortier, 2013). Marx fundou, juntamente com Friedrich Engels, o socialismo social,

deixando na sua obra conjunta, o “Manifesto do Partido Comunista”, um dos tratados políticos de maior influência mundial.

Da filosofia política contemporânea destaca-se ainda o filósofo anglo-americano John Rawls que reintroduz na sua obra “Teoria da Justiça” (1971) uma concepção própria da ideia de contrato social com o método de fundamentação da eleição de princípios de justiça, descritos como *Princípio da Liberdade* e *Princípio da Igualdade*.

Como disciplina, a ciência política tem como objeto de estudo o Estado, o governo, os sistemas políticos e os processos políticos, com intersecção em variadas áreas das ciências sociais e humanas. As abordagens da ciência política incluem várias correntes como o positivismo, o interpretativismo, o comportamentalismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o realismo, o institucionalismo e o pluralismo.

Verifica-se que, nas suas várias abordagens, não há tradição de investigação fenomenológica na área da ciência política.

### **A política na perspectiva fenomenológica-existencial**

Como movimento filosófico, a fenomenologia surgiu a partir da obra de Edmund Husserl influenciando decisivamente a forma como o homem se pensa a si e ao mundo. O seu objeto de estudo é a compreensão do sentido da experiência humana a partir do conceito de intencionalidade como característica fundamental da consciência (Giorgi & Sousa, 2010). Esta linha de pensamento transbordou os limites do pensamento filosófico inicial, com um impacto até aos nossos dias em vários sectores da vida cultural, artística, intelectual, científica e social.

Hannah Arendt foi uma das mais influentes pensadoras da teoria política do Século XX numa perspectiva existencial, defendendo o conceito de pluralismo como condição da liberdade e igualdade política entre as pessoas.

Embora tenha sido discípula de Martin Heidegger, Karl Jaspers e Edmund Husserl, Arendt rejeitava ser classificada como filósofa, preferindo o título de “professora de teoria política”. A oposição aos filósofos ocidentais, principalmente a Marx e Platão, e a

afirmação da prevalência da política sobre todas as outras formas da atividade humana são as linhas centrais do seu pensamento.

Hannah Arendt é essencialmente uma pensadora da crise, no sentido da dissolução de valores na sociedade contemporânea, mas também do impasse da modernidade que, na sua perspectiva, começa pela descoberta da América, a invenção do telescópio e a inversão da escala de atividades humanas. Esta ideia central da sua obra inscreve-se no prefácio do livro “*Entre o Passado e o Futuro*”, sob o título “A crise da cultura” de 1961. A partir da intrigante citação do poeta e resistente René Char - “a nossa herança não é precedida de nenhum testamento”-, Arendt designa como tarefa do intelectual pensar “sem salvaguarda” os acontecimentos do seu século. Um século que viu nascer a propagação da sociedade de consumo, a conquista do espaço e a expansão dos totalitarismos (Bagault, 2012).

Em “*A Promessa da Política*”, Hannah Arendt faz uma análise crítica de toda a tradição do pensamento político ocidental, desde as suas origens em Platão e Aristóteles até Marx, numa reflexão sobre a razão pela qual o marxismo poderia ser usado para moldar uma ideologia totalitária para demonstrar a sua compreensão sobre as razões do fracasso dessa tradição em explicar a ação humana.

Para Arendt, a “política baseia-se no facto da pluralidade humana” e “ocupa-se da coexistência e da organização de ‘homens *diferentes*’”, de onde resulta que “o sentido da política é a liberdade” (Arendt, 2007).

Arendt vê a experiência da liberdade política como o maior potencial de ação, considerando que esta esteve amplamente ausente do pensamento político e filosófico de Platão e Aristóteles que, embora marquem o início da tradição filosófica ocidental, escreveram sob o impacto de uma sociedade politicamente em declínio, num tempo em que a *pólis* e a glória da história grega estavam a chegar ao fim. Colocou-se então o problema de saber como pode o homem numa *pólis* viver à margem da política, questão que transpõe para a atualidade dos nossos tempos interrogando como é possível alguém viver sem pertencer a uma ordem política, ou seja, “numa condição apolítica, ou como hoje diríamos de apátrida”.

Para Hannah Arendt, abriu-se assim, até hoje, o abismo entre o pensamento e a ação, que começou historicamente com o processo e a condenação de Sócrates, desempenhando o mesmo papel de ponto de viragem que o processo e condenação de Jesus na história da religião.

Vendo o mundo das relações que surgem da ação como a atividade política essencial do homem, Arendt considera que, uma vez destruído esse mundo de relações, as leis da ação política, cujos processos só a muito custo podem efetivamente ser revertidos, são substituídas pela lei do deserto que desencadeia processos devastadores que trazem consigo o mesmo descomedimento inerente às ações humanas livres que estabelecem relações.

À interrogação sobre o sentido da ação política, Arendt sobrepõe a importância dos seus objetivos e fins, vendo na definição da política como meio para se alcançar a liberdade como um fim uma manifestação da modernidade assente em duas visões irreconciliavelmente antagônicas: a de que o Estado e a política são instituições indispensáveis à liberdade e à manutenção da vida. Nesta vinculação, independentemente dos fins, a ação pode justificar o uso da “força bruta”, cujo único sentido é a coerção por meio da violência. Este “conflito assassino entre o sentido e os fins”, inerente às guerras e revoluções, só pode ser mitigado, segundo Arendt, por um objetivo que deve ser a paz, no sentido Kantiano de “paz perpétua”, segundo o qual não se deve permitir que aconteçam na guerra ações que tornem impossível a paz subsequente.

Hannah Arendt considera que o crescimento moderno da “ausência de mundo”, a destruição de tudo aquilo que existe ‘*entre*’ nós, pode ser descrito como o crescimento do deserto. No epílogo de “a Promessa da Política”, critica o papel da psicologia na substituição dos juízos pela ajuda à adaptação: “A psicologia moderna é a psicologia do deserto: quando perdemos a faculdade de julgar – de sofrer e condenar - começamos a pensar que há algo errado em nós por não conseguirmos viver nas condições da vida no deserto”. Na pretensão de tentar “ajudar-nos”, a psicologia ajuda a “adaptarmo-nos” a essas condições, tirando-nos a nossa única esperança, a de saber que não sendo do deserto, embora vivamos nele, podemos transformá-lo num mundo humano. Criticando a psicologia por confundir e distorcer todos os termos do problema, Arendt considera que é precisamente porque sofremos nas condições do deserto que somos ainda humanos e

ainda permanecemos intactos, o perigo está em nos tornarmos verdadeiros habitantes do deserto e nele passarmos a sentir-nos em casa.

Deixa aqui o aviso para o maior dos perigos que existe nas tempestades de areia do deserto, os movimentos totalitários que têm como característica principal adaptarem-se bem às condições do deserto, e para o seu oposto, o perigo mais comum que dá pelo nome corrente de “escapismo”: escapar do mundo do deserto, da política, disto ou daquilo...

## **Psicologia Política**

A psicologia política é uma área académica interdisciplinar dedicada ao estudo e compreensão da política, dos políticos e do comportamento político numa perspetiva psicológica. Esta área de investigação tem como objetivo o conhecimento das relações de interdependência entre os indivíduos e os contextos que são influenciadas pelas crenças, motivação, cognição, processamento de informação, estratégias de aprendizagem, socialização e formação de atitudes (Cottam, Dietz-Uhler, Mastors, & Preston; 2010).

A teoria e abordagens da psicologia política têm sido aplicadas em vários contextos como o papel da liderança política, a ação das políticas internas e externas, os comportamentos na violência étnica, guerra e genocídios, as dinâmicas de grupo e o conflito, as atitudes e motivações eleitorais, o papel da comunicação social no voto dos eleitores, o nacionalismo e o extremismo político. No essencial, os investigadores em psicologia política procuram estudar os fundamentos, dinâmicas e resultados do comportamento político utilizando explicações cognitivas e sociais. (Cottam et al, 2010).

Neste âmbito, a motivação é vista como um comportamento orientado para a necessidade de alcançar três objetivos: o poder, a intimidade da militância e a realização (*power, affiliation intimacy, and achievement*). Este agrupamento de categorias foi feito por Winter (1996) a partir de vinte objetivos considerados comuns ao homem sugeridos por Murray (1938). Considerando que a necessidade de poder afeta o estilo de atuação dos líderes, (Winter and Stewart, 1977) sugeriram que líderes com alta motivação no poder e baixa motivação na necessidade de intimidade de militância são melhores presidentes (Cottam et al, 2010).

## **A Investigação em Psicologia Política**

Incontornável nesta área de investigação, a obra *The Psychology of Politicians*, coordenada por Ashley Weinberg (2012), é a primeira compilação de estudos de políticos nacionais através de métodos empíricos realizados por psicólogos considerada pelo autor como a abertura de uma caixa de Pandora para a compreensão de um grupo que continua pouco explorado neste domínio da psicologia.

Como disciplina, a psicologia política tem procurado contribuir para o conhecimento dos processos envolvidos na tomada de decisões e nos sistemas de crenças, com ênfase no estudo dos papéis dos fenómenos cognitivos e sociais (Weinberg, 2012; McGuire, 2004). Embora a investigação do comportamento político tenha estado muitas vezes ligada à análise secundária de dados ou a estudos com conclusões a partir de amostras de não políticos, destacam-se algumas exceções como o estudo de Tetlock (1984) sobre o estilo cognitivo e o sistema de crenças de membros do parlamento britânico. Mais recentemente, Jost e Sidanius (2004) pretenderam mostrar, na sua obra “Political Psychology”, as grandes linhas de investigação na área da psicologia política num período de cinquenta anos, enquanto outros, como Kuklinski (2002), no seu trabalho sobre “Thinking about Political Psychology”, procurou incitar os investigadores a considerarem toda a variedade de perspetivas à sua disposição (Weinberg, 2012).

As origens da psicologia política atual remontam à Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo tentar compreender a ligação entre a personalidade e o comportamento político de líderes proeminentes. Segundo Freeman (1991), citado por Weinberg, foram feitos estudos de caso de vários líderes mundiais à procura de uma explicação sobre as motivações das suas ações. Esta abordagem psico-biográfica inspirada nos seguidores do pensamento psicanalítico de Freud, como Lasswell (1978), procurou explicar uma grande diversidade de resultados políticos, desde a rejeição pelo senado americano da ratificação do Tratado da Liga das Nações proposto pelo Presidente Woodrow Wilson, que determinou as diretrizes para o fim da Primeira Guerra Mundial deixando fora os Estados Unidos (George & George, 1964), até à destruição sistemática por Estaline de vários setores da população da Rússia.

Embora as interpretações das ações individuais baseadas na dedução das motivações possam ser fascinantes, sublinha-se o fator da subjetividade dos seus autores, bem como o

seu próprio contexto e motivação (Carr, 1987), sendo mesmo criticadas por outros pela sua falta de “sofisticação política” (Sullivan, Rahn e Rudolf, 2002). Alguns psicólogos políticos consideram que a tarefa não é fácil (Greenstein, 1992), dado que às limitações da generalização desta base de conhecimento acresce a relativa raridade de estudos psicológicos com amostras em larga escala de indivíduos envolvidos em processos políticos a um nível nacional (Weinberg, 2012). Com o objetivo de ampliar as possibilidades de compreensão da atividade política, este autor considera que ainda há espaço para recorrer a ambas abordagens, quantitativas e qualitativas, de forma a reunir dados a partir de amostras muito mais alargadas de políticos que permitam conclusões mais generalizáveis.

Em Portugal, na escassa tradição de investigação em psicologia política, destaca-se o estudo sobre a relação do indivíduo com o poder (Leal, 1995), no qual, através da proposta de uma análise estrutural-dinâmica, a autora procura fazer luz sobre a génese e desenvolvimento do poder em termos individuais. A partir da identificação do "modus operandi" do poder em termos relacionais, descrito na literatura sociológica como *o domínio, o comando e o controlo*, suscitando respetivamente no indivíduo *a submissão, a obediência e o assentimento*, é proposto um quadro de invariantes constitutivas do poder referentes à ordem do individual respeitando as possibilidades de desenvolvimento perceptivo e afetivo do ser humano. São essas invariantes a *força, a autoridade e a legitimidade* que se vão interligar nas respostas que lhes estão associadas, respetivamente *o medo a culpabilidade e o sentimento de pertença*.

No eixo força-medo, trata-se não só da posse e controlo através da atuação sobre um capital específico, mas também, sendo o medo uma emoção primária com raízes biológicas, a possibilidade de essa atuação desencadear uma resposta de reconhecimento de perigo tão arcaica que iniba qualquer audácia de recurso a defesa. No eixo autoridade-culpabilidade, passa-se de uma dominância baseada nos componentes biológicos para um tipo de relação de dominância psicológica, em que ambos os participantes, "possuem ainda que rudimentarmente alguma consciência auto-justificativa das suas posições". Já no eixo legitimidade-pertença prevalecem os imperativos sociais que implicam que, para a evolução das sociedades, também os comportamentos transferidos do modelo psico-familiar evoluam de forma a que os indivíduos possam usufruir de uma autonomia

relativa que permita alguma sofisticação na dualidade redutora entre os que mandam e os que obedecem.

Para a autora, a legitimidade, que decorre da aprovação por consenso de uma "crença partilhada", possibilita a passagem do comando ao controlo, ou seja, "da relação face a face com um ser concreto, à relação abstrata com valores teleológicos e distantes". Para que a legitimidade funcione como eixo de poder é necessário que os indivíduos a reconheçam, o que só acontece quando se sentem parte integrante desse consenso, sendo o sentimento de pertença uma condição indispensável para a existência de qualquer legitimidade.

Numa perspetiva ideológica é igualmente relevante o estudo sobre as diferenças de atitudes políticas face à intervenção do Estado em militantes partidários e deputados parlamentares do PS e PSD (Maximiano, 1995). Os resultados desta análise mostram que as atitudes dos socialistas e sociais-democratas se distinguem essencialmente em aspetos de natureza económica – Estatização/ Privatizações, Política de salários/ Lucros, Património do Estado e Concorrência Económica – que remetem para o domínio da política económica, verificando-se que os primeiros (PS) são a favor de um maior intervencionismo do Estado em relação aos segundos (PSD). A demarcação destas posições evidenciou-se sobretudo na temática da Estatização Vs Privatizações, com uma predisposição inequívoca dos sociais democratas em relação aos socialistas para as privatizações e menor presença do Estado, embora ambos concordando na preocupação de uma maior intervenção do Estado no controlo da concorrência económica, com superior relevância manifestada pelos socialistas.

Outras abordagens nesta área remetem para a análise das funções políticas do conceito de identidade – a psicologia, o self e o poder (Gonçalves, M. & Gonçalves, F.; 1995), a incidência sobre o comportamento partidário e a aplicação da Teoria da Ação Racional (Pote, 1995), as atitudes sócio-políticas e intenção de voto e as restrições à aplicabilidade da Teoria da Ação Racional (Sousa, Potes & Valério; 1995), bem como um modelo exploratório para o estudo da abstenção eleitoral em Portugal (Reto & Nunes, 1995).

## **Passar de cidadão a deputado**

Tratando-se a política de ação e esta, como sublinhou Hannah Arendt, de uma atividade dependente da esfera pública em que "tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível", tendo a ação e o discurso o caráter de revelar não só o "quê", mas "quem" o homem é, tudo o que os políticos fazem coloca-os na mira do interesse dos media e do cidadão comum.

Palco central do debate político, da elaboração legislativa e da fiscalização do exercício do poder, o Parlamento é o espaço mais exposto aos olhares de curiosidade dos cidadãos, em quem suscita os mais variados sentimentos passando pela crítica, insatisfação, desconfiança, ou mesmo denúncia (Lopes & Frois, at al, 2017). Alvo permanente das atenções mediáticas, tudo o que ali acontece diariamente tem visibilidade ampliada nas coberturas noticiosas das televisões, rádios, imprensa escrita e portais online e, atualmente, nas chamadas *redes sociais*. Também por tudo isto, o trabalho parlamentar é de grande exigência para os deputados, que têm a incumbência de representar pluralmente os cidadãos, produzir leis, escolher o governo e fiscalizar a ação do executivo, bem como a da administração pública, e ainda dar resposta às mais variadas exigências, como as audiências de cidadãos e entidades, a representação em órgãos externos, bem como todo o trabalho político dos "corredores" no contacto com os seus pares, de partido ou da oposição, jornalistas, funcionários e assessores parlamentares e, por vezes, cidadãos que se lhes dirigem diretamente.

Neste ambiente, muitas vezes frenético, que é transversal à maioria dos parlamentos dos sistemas democráticos, a chegada de novos deputados implica uma rápida transição para as novas funções com grande expectativa sobre a competência do seu desempenho, sempre sob um intenso escrutínio público. É, por isso, esperado que os novos deputados consigam mostrar que são competentes e capazes de cativar o público e a comunicação social, mas apenas na medida certa de forma a beneficiar o seu partido, nem mais nem menos, tendo ainda de lidar com o facto de que os membros do próprio partido são simultaneamente colegas e rivais (Cooper-Thomas, 2015).

Apesar do constante desenvolvimento de técnicas formais de treino dos políticos (Rush & Giddingd, 2011), muito do conhecimento necessário apenas é aprendido informalmente. Uma investigação realizada com recurso a entrevistas a membros do Parlamento do Reino

Unido (Silvester & Cooper-Thomas, 2012) revelou duas formas principais de adaptação dos recém chegados ao funcionamento parlamentar: os novos deputados agem refletindo as suas próprias experiências, ou através do apoio dos colegas mais experientes. Valendo-se dos seus próprios recursos, os novos deputados têm de ser proactivos para perceberem o seu papel e desenvolverem as competências adequadas, podendo ser por duas vias: pela motivação para uma aprendizagem permanente, ou recorrendo aos colegas mais antigos, cujos conhecimentos podem ser de grande utilidade para penetrar no modo de funcionamento do Parlamento.

Nas suas novas funções, os deputados têm também de lidar com as questões da disciplina partidária, estando sujeitos a pressões e tentativas de influência, em particular na determinação do sentido de voto, através de atitudes de recompensa (como a informação ou o apoio) ou de punição (atribuindo-lhe tarefas mais complexas ou remetendo-o para uma posição mais apagada). Esta ambiguidade manifesta-se tanto na relação das estruturas partidárias com os candidatos como pode ocorrer por parte dos colegas, experienciada por um dos novos deputados entrevistados que disse ter levado 12 meses a aprender em quem podia confiar e a perceber que estava a ser usado no manejo de informação fornecida, não em proveito próprio mas dos outros (Silvester & Cooper-Thomas, 2012).

As entrevistas realizadas por estes investigadores com membros do Parlamento revelaram ainda um vislumbre do ambiente complexo em que entram os novos deputados, que os obriga a proceder simultaneamente com cautela e com coragem num esforço de adaptação que contrasta com outros procedimentos conhecidos da organização social, cujos processos de integração de novos funcionários tem regras próprias. Nesta área, vários estudos confirmam que os novos trabalhadores cuja organização proporciona um processo de socialização estruturado reportam melhores resultados em auto eficácia, clareza de papéis e integração social, bem como atitudes de satisfação no desempenho do trabalho, comprometimento com a organização e vontade de permanecer (Bauer et al, 2007; Saks et al, 2007). Outras investigações dão conta da importância do comportamento proactivo dos recém chegados em várias organizações, incluindo políticas, através da procura de informação e feedback na socialização com os colegas, do trabalho em rede e do desenvolvimento de uma boa relação com as chefias (Cooper-Thomas & Burke, 2012; Cooper-Thomas et al, 2014; Saks et al, 2011).

A par do comportamento proactivo, a adaptação dos recém chegados beneficia também do importante contributo dos colegas para um ambiente de trabalho construtivo, tanto nas respostas às questões dos estreantes, quanto no apoio ativo para uma aprendizagem mais ampla sobre o seu papel, o grupo e o funcionamento da organização (Kammeyer-Mueller et al, 2013; Nifadkar et al, 2012). Contudo, como também notaram estes investigadores, existe um potencial lado negro no comportamento dos seniores em relação aos recém chegados que pode manifestar-se em agressividade verbal, atitudes deliberadas para minar as suas atuações e, por vezes, pressioná-los mesmo a agir contra os seus valores. No retorno, os novos parlamentares ajudam menos os colegas, experienciam maior conflito ético e exaustão emocional, têm um desempenho inferior e maior probabilidade de desistir.

Do cruzamento do estudo inicial com membros do Parlamento britânico (Silvester & Cooper Thomas, 2012) com as investigações sobre a adaptação individual dos recém-chegados às organizações sobressai a ideia de que, embora os políticos passem a integrar uma corte pós-eleitoral, não existem estruturas de aprendizagem definidas para a sua nova função. Os deputados têm por isso de dar o seu melhor, e a grande velocidade, desde o primeiro dia para mostrar que desempenham o cargo de forma competente, ou pelo menos assim parecer. Por outro lado, a visão fortemente negativa manifestada por alguns parlamentares do Reino Unido sobre o comportamento dos seus pares é reveladora da importância do contexto político e partidário para a compreensão das experiências negativas dos novos parlamentares (Cooper-Thomas, 2015).

Uma vez que tudo em política se trata de relações entre pessoas, a empatia que os deputados precisam de estabelecer com os colegas para aprender e ser bem sucedidos ocorre num ambiente que é simultaneamente de cooperação e de competição e rivalidade. Embora os novos deputados precisem de ajuda para se integrar, esbarram nas preferências dos deputados mais experientes que escolhem cautelosamente a quem ajudar por não querer ficar associados a deputados que não se adaptam. Decorre daqui o paradoxo de que, ao limitarem o seu apoio aos novos parlamentares que parecem competentes estão a contribuir para acelerar o seu sucesso, tornando-se competidores em protagonismo, benefícios e preferências para cargos de coordenação e participação em delegações no exterior. Embora a competitividade seja uma característica comum nas organizações profissionais, parece ter uma intensidade única na política, existindo no interior dos

partidos políticos uma constante comparação e disputa de oportunidades (Cooper-Thomas, 2015).

Outro paradoxo com que se deparam os novos deputados prende-se com a gestão das suas necessidades pessoais de marcar presença nos órgãos de comunicação social, sem que daí resulte uma retirada de palco aos políticos seniores com maior visibilidade tendo em vista o benefício geral do partido. A linha ténue entre os prós e contras da exposição mediática pode remeter o deputado para uma posição de invisibilidade, fazendo-o perder oportunidades, até mesmo de voltar a ser selecionado pelo partido, ou catapultá-lo para a ribalta mediática ofuscando os mais antigos, o que pode da mesma forma prejudicar a sua imagem e carreira.

Na disputa pelo palco, muito do que os políticos fazem resulta da sua convicção no poder dos media, o que motiva o desejo de dar visibilidade ao seu trabalho e aparecer nas reportagens noticiosas. Resultados de um estudo realizado por especialistas de comunicação com deputados e repórteres parlamentares do Parlamento israelita, Knesset, demonstram que a crença dos deputados na influência dos media aumenta a motivação e o esforço para aparecerem nas notícias, o que, por sua vez, revela uma relação entre uma maior proeminência mediática com o aumento da atividade parlamentar (Cohen, Tsfati & Sheaffer, 2008).

Mas como nem todos brilham da mesma forma, depreende-se que, se ser deputado é um trabalho difícil (Weinberg, 2012), tornar-se deputado é uma tarefa ainda mais árdua (Copper-Thomas, 2015). É, por isso, impossível limitar a compreensão da importância do trabalho dos representantes políticos às suas aparições nas reportagens noticiosas, particularmente fugazes nos meios televisivos, dado que a maior parte da sua atividade é desenvolvida num ambiente complexo, e muitas vezes hostil, com a exxigência de um alto grau de responsabilidade pelas consequências que advêm para toda a sociedade.

### **Recrutamento dos políticos**

A montante da eleição está o processo de escolha daqueles que os partidos políticos consideram os melhores candidatos possíveis para o sucesso de eleições democráticas, podendo estes ser militantes partidários ou independentes. Tendo em conta que na maioria

dos países do ocidente a maior parte da representação política tem uma base partidária, é importante perceber como é que os candidatos são atraídos e selecionados pelos partidos.

O escrutínio dos processos de seleção de candidatos ao Parlamento do Reino Unido foi analisado em duas etapas de investigação para determinar as vantagens e desvantagens de transferir os métodos de avaliação de “conhecimentos, competências e capacidades” da área social para a esfera política (Silvester, 2012). Iniciada por um estudo qualitativo para a identificação das competências requeridas a um político, bem como dos aspetos relacionados com o sucesso eleitoral, a comparação posterior com os vários procedimentos de recrutamento profissional revelou a improbabilidade de qualquer aplicação das práticas de seleção no setor público ou privado ao contexto político.

A diferença mais óbvia é que a legitimidade democrática das funções políticas decorre da eleição, constituindo o requisito fundamental que impossibilita essa equivalência. A ideia em si de que os políticos possam ser “selecionados” é considerada por muitos como sendo contra a democracia porque destrói a crença de que as funções políticas estão abertas a pessoas de todos os setores da sociedade. Por outro lado, a seleção baseada em critérios pré-especificados é vista como um risco de perpetuar as poderosas elites que são responsáveis pela criação desses mesmos critérios de seleção, funcionando como uma “clonagem” de indivíduos que compartilhem as mesmas características dos membros parlamentares ou de membros poderosos dos partidos (Silvester, 2012).

Para este investigador, os desafios práticos da aplicação dos processos de seleção profissional à área da política podem ser mais facilmente ultrapassados se características como as relacionadas com os conhecimentos e as competências forem consideradas menos relevantes nestas funções do que, por exemplo, saber porque é que um indivíduo quer tornar-se político. Levanta-se aqui a questão de saber se os políticos querem assegurar o poder para servir as suas próprias necessidades ou as necessidades dos outros.

Outra importante diferença entre a seleção e a eleição provém de na primeira as escolhas serem feitas por um número reduzido de gestores com base em critérios previamente estabelecidos, enquanto as decisões eleitorais resultam de juízos individuais de um número alargado de votantes que são livres de basear a sua decisão em qualquer critério que acreditem ser importante. Significa isto que numa eleição cada voto tem “uma voz” para decidir quem entende ser o candidato político mais adequado.

Concluiu-se assim que existem fundamentalmente dois requisitos básicos para a seleção profissional: saber quais são as necessidades do trabalho e quais os requisitos das pessoas para cumprir bem a sua função. No caso dos políticos a conclusão é que se sabe muito pouco sobre o que implica o cargo de membro parlamentar devido à escassa investigação sobre os conhecimentos, competências e capacidades requeridas para o bom desempenho dessa função.

Numa “abordagem visionária”, em resposta a crescentes apelos de aperfeiçoamento dos processos de seleção que possam ser transversais a todos os partidos políticos e áreas do governo, foi desenvolvido um processo de recrutamento baseado nas competências dos candidatos, através da utilização de práticas e métodos dos processos de seleção tradicionais. Este método foi utilizado na reconfiguração da aprovação partidária dos potenciais candidatos ao Parlamento Britânico, implementado primeiro no Partido Conservador, em 2002, e depois no Partido Liberal Democrata, em 2008.

A ideia surgiu em 2001, depois do Partido Conservador ter perdido as eleições gerais pela segunda vez consecutiva após 17 anos no poder. Percebeu-se então dentro do partido que para voltar a ganhar as eleições era necessário atrair e selecionar um grupo mais diverso de candidatos políticos que refletissem melhor as necessidades da população, admitindo que parte da solução passaria por reexaminar o processo de seleção dos candidatos a deputados. É de sublinhar que o facto do Partido Conservador estar na oposição facilitou a receptividade ao novo método de seleção baseado nas competências dos candidatos.

Após uma análise crítica às funções dos deputados, foram realizadas entrevistas a vários grupos de pessoas de todos os setores do partido, incluindo atuais e antigos membros do Parlamento, possíveis candidatos, membros seniores do partido, voluntários e funcionários partidários, com o objetivo de apreender a visão de pessoas com diferentes experiências e perspetivas sobre os deputados e o seu trabalho (Silvester & Dykes, 2007).

Da análise das entrevistas emergiram seis competências consideradas fundamentais: a) capacidades de comunicação das mensagens de forma clara e persuasiva, transversal à variedade de audiências e contextos mediáticos; b) capacidades intelectuais, incluindo a habilidade de compreender, aprender e priorizar rapidamente informação complexa e de apresentar as ideias de uma forma clara e concisa; c) capacidades de relacionamento com pessoas de todos os meios sociais, demonstrando tolerância, disponibilidade e habilidade

para lhes inspirar confiança; d) liderança e motivação, com destaque para a capacidade de liderar pessoas reconhecendo o seu contributo e de lhes dar apoio quando é preciso; e) resiliência e perseverança, refletidas na capacidade de enfrentar adversidades e críticas de forma eficaz e positiva, mantendo-se persistente face às mudanças; f) convicções políticas de que decorre o compromisso com os princípios do partido e do serviço público, incluindo a integridade e coragem para divulgar e defender as suas crenças.

Identificadas em cada potencial candidato, estas competências foram depois analisadas através da utilização de quatro indicadores comportamentais negativos e quatro positivos do candidato, sendo posteriormente discutidos e aperfeiçoados em consulta com o departamento de candidatos do partido. A segunda etapa do processo consistiu na criação de um Centro de Avaliação, baseado nas competências resultantes do material recolhido nas entrevistas, que desenvolveu um processo de aprovação dos candidatos por via de uma entrevista baseada nas competências, um exercício de grupo, um exercício de discurso em público, um treino de situação real e um questionário de pensamento crítico.

O novo processo de recrutamento foi avaliado nas eleições seguintes, em 2005, através da comparação dos resultados obtidos a nível local por 106 candidatos que tinham sido escolhidos pelo Centro de Avaliação e eleitos nas listas do partido nas eleições de 2001. Nesta avaliação destacou-se a relação encontrada entre a percentagem de votos conseguida pelos candidatos e a pontuação obtida no pensamento crítico, comprovando o impacto das diferenças individuais no sucesso eleitoral ao ultrapassar fatores como os assuntos locais e a performance nacional do partido (Silvester & Dykes, 2007). Um processo semelhante foi desenvolvido e aplicado, entre 2007 e 2008, na seleção dos candidatos do Partido Liberal Democrata.

### **Motivação e competências**

As motivações para querer ser eleito foram analisadas num estudo longitudinal através de um painel de entrevistas, realizadas entre 1997 e 2003, a membros do Parlamento Britânico, líderes parlamentares, secretários parlamentares, ministros e membros de gabinetes (Kwiatkowski, 2012). A análise revelou que a maioria dos entrevistados manifestaram como principais razões para querer ser eleitos uma série de crenças

enraizadas sobre princípios como “justiça social”, “igualdade”, “justiça”, “redistribuição” e “socialismo”. Estas convicções foram particularmente reiteradas por alguns entrevistados que por terem estado longos períodos na oposição, como os trabalhistas, em funções de aconselhamento ou em trabalhos com os menos favorecidos, manifestaram uma visão reforçada desses valores apontando-os como motivação para o envolvimento na política. A maioria dos entrevistados em funções parlamentares expressaram ainda como motivações para a aquisição do poder o desejo de melhorar a sociedade de acordo com as suas crenças e princípios, vendo-se a si próprios como um agente, ou mesmo líder dessa mudança.

Quanto às competências políticas necessárias para chegar ao poder e aí se manter, que podem ser diferentes das essenciais para ser selecionado como candidato e ser eleito, foram encontradas ressonâncias entre o funcionamento de outros locais de trabalho e a “Casa dos Comuns”, nome histórico do Parlamento Britânico, equivalente ao Parlamento português, eleita por representatividade direta dos cidadãos, com maiores poderes que o Senado, ou “Câmara dos Lordes”, não eleito e constituído por membros eclesiásticos e da nobreza britânica. No entanto, embora conceitos como o conhecimento das regras e funções, lealdade, ou simplesmente “evidenciar-se” sejam comuns à maioria dos funcionários, sobressai no Parlamento a diferença fundamental da perspectiva da ambição do poder como um meio necessário para alcançar um “propósito maior”.

Da comparação com os fatores presentes em outras organizações laborais, as semelhanças encontradas correspondem sobretudo às “fontes do poder” descritas por Morgan (2006) e às “táticas comuns” usadas na área organizacional identificadas por Buchanan & Badham (2008). Curiosamente, algumas das táticas políticas identificadas como menos usadas nas organizações são aquelas que se verificaram ser mais frequente e abertamente utilizadas no Parlamento.

Entre elas, destacam-se como fatores chave para a progressão na atividade parlamentar: lealdade ao partido, política e crenças; história pessoal, ser reconhecido como representante de um grupo; compreender a política do local de trabalho; compreender os procedimentos do Parlamento, funções, protocolos; ganhar experiência, puxar por si próprio; ser útil, ser especialista, dar um contributo, conseguir ler o estado de espírito político e ter sorte; protagonizar sob pressão, manifestar-se, liderar, fazer escolhas difíceis, ser respeitado por realizar as tarefas e ser suficientemente astuto; ser noticiado,

ter visibilidade, ser conhecido, incluindo o discurso e a comunicação; ganhar apoios e redes de ligação; arranjar um mentor e patrocinador.

Estes resultados mostram que embora a Casa dos Comuns seja um local de trabalho ímpar, as pessoas que lá trabalham estão sujeitas às mesmas forças psicológicas que aquelas que trabalham em qualquer outra organização e que algumas pessoas são melhores que outras a “fazer” política. Contudo, o Parlamento não é uma organização vulgar dado que, se em democracia a fonte de legitimidade para os políticos eleitos vem do processo de eleições livres e justas (Stoker, 2006), a legitimidade para tomar decisões e agir em nome da sociedade tem que ser ganha e reconquistada, muitas vezes diariamente, porque a retirada de apoio, seja por colegas do próprio partido político, pelos media, pelo público ou por outros interessados, pode levar à perda de poder, às vezes da noite para o dia (Hartley, 2012).

Por essa razão, as características do funcionamento do Parlamento colocam os seus membros num palco de exposição com várias particularidades: o trauma da eleição pública e igualmente da demissão pública pelo voto que não acontece nas outras; o esforço para se manter no poder na convicção de que ninguém o poderá fazer melhor; os métodos políticos muitas vezes desajustados e desgastantes usados deliberadamente contra os opositores; o prejuízo da vida privada dos membros parlamentares, bem como o facto de estarem sob permanente escrutínio público. Tudo isto não é de somenos importância dado tratar-se de uma organização que produz leis, cria e gasta impostos e afeta toda a sociedade, muitas vezes de forma profunda.

### **Impacto na saúde física e psicológica dos políticos**

Embora a função de deputado possa parecer um cargo de influência, prestigiante e privilegiado, o seu desempenho é muito exigente em termos cognitivos e sociais. A atividade parlamentar requer diariamente a assimilação de grandes quantidades de informação, uma considerável capacidade analítica para formular juízos afinados, bem como uma boa capacidade de comunicação e "jogo de cintura" para lidar com aliados e opositores políticos, colegas de partido, eleitores e comunicação social.

A estes requisitos acrescem as especificidades de funcionamento do trabalho parlamentar, com horários irregulares e numerosas solicitações extra às quais os deputados têm de dar resposta muitas vezes urgente, a que se juntam as longas horas dos debates das sessões parlamentares, os trabalhos nas comissões especializadas, os contactos com colegas e jornalistas, sobrando o fim de semana para os contactos com os eleitores, que no caso dos eleitos pelos círculos fora da capital os obriga a constantes viagens semanais. A descrição corresponde às condições de trabalho do Parlamento britânico, identificadas nos anos 90 por uma comissão criada para o efeito, mas que se mantêm semelhantes até à atualidade (Weinberg, 2012), sendo muito idênticas à realidade do Parlamento português.

De acordo com o retrato d'"O Parlamento por dentro" (Lopes & Frois et al, 2017), na Assembleia da República, os debates das sessões parlamentares concentram-se, habitualmente, nas tardes de quarta e quinta feira e na manhã de sexta feira, ocupando os deputados grande parte da sua semana de trabalho nas comissões parlamentares, onde é feita a análise, discussão e apreciação das iniciativas legislativas, antes da discussão e votação final em Plenário. Dispondo da segunda feira para o contacto com os eleitores, nesta preenchida agenda pouco tempo resta aos deputados para dedicarem aos familiares e amigos, menos ainda para aqueles que têm de percorrer grandes distâncias entre os seus círculos eleitorais ou locais de residência e o Parlamento. Em ambos os contextos, não obstante a eventual resiliência pessoal, motivação e convicção dos políticos, a exaustão decorrente das longas horas de trabalho e das dificuldades em conciliar a vida privada e profissional, a avaliação do impacto mediático do seu trabalho, bem como os acontecimentos críticos como uma derrota eleitoral ou um grande escândalo, constituem um potencial de sobrecarga que propicia o aparecimento de sintomas de tensão psicológica, vulgarmente designada por "stress" (Weinberg, 2012).

De facto, tal como acontece a uma grande percentagem de pessoas durante a sua vida de trabalho (uma em cada cinco, segundo Weinberg, Sutherland & Cooper, 2010), também os políticos experimentam alguma forma de perturbação psicológica durante o desempenho da função. A diferença é que os representantes eleitos estão menos dispostos a admitir essa situação, talvez por considerarem que isso pode por em risco a sua posição, especialmente numa área onde predominam altos níveis de ambição (Weinberg, 2012; Weinberg, Sutherland and Cooper, 2010). Nesta circunstância, o político é capaz de continuar em funções não só pelo medo de mostrar fragilidade perante os seus colegas e rivais, mas

também porque o prejuízo financeiro do absentismo é maior do que mantendo-se a trabalhar mesmo doente, apesar do impacto negativo na sua performance.

A evidência de tensão psicológica entre os parlamentares destacou-se nos primeiros estudos psicológicos com membros do Parlamento britânico (Weinberg, 1992; Weinberg, 1993; Weinberg, Cooper & Weinberg, 1999), revelando que estes políticos experienciavam níveis de stress mais elevados do que indivíduos de outras organizações profissionais com responsabilidades semelhantes equiparados a altos cargos de chefia (Weinberg, 2003). Entre os sinais de tensão reportados com mais frequência encontram-se comer, beber e fumar mais do que o habitual, sono insuficiente e diminuição do interesse sexual. Uma minoria dos parlamentares referiu ter experienciado sintomas psicossomáticos como dores de cabeça, falta de ar ou tonturas, aceleração do ritmo cardíaco, indigestão, tremores musculares, suores ou outros sinais de doença.

Da análise das variáveis de personalidade, os estudos evidenciaram a predominância entre os políticos de características de comportamento Tipo A, ou seja, pessoas mais ambiciosas, competitivas, apressadas, mal humoradas e apreciadoras da perfeição, de acordo com o estereótipo do "executivo dinâmico" descrito pelos cardiologistas Meyer Friedman e Ray Rosenman (1974), que o relacionaram com uma maior propensão destes indivíduos para doenças cardíacas e coronárias. Para alguns investigadores, esta pode ser uma explicação para a morte súbita de políticos proeminentes, associando o papel significativo dos estilos de vida, como o uso de álcool e tabaco, aos problemas cardiovasculares em pessoas com estes traços de personalidade (Sanderman, 1998; Weinberg, 2012).

A oportunidade de investigação do impacto do stress nos deputados eleitos pela primeira vez decorreu da retumbante vitória dos trabalhistas nas eleições gerais para o Parlamento britânico, em 1997, permitindo um estudo longitudinal através da comparação de três grupos de políticos: candidatos em pré eleição, três meses depois de serem eleitos e follow-up um ano depois (Weinberg & Cooper-Thomas, 2003). Os resultados revelaram que o trabalho parlamentar tem consequências negativas na saúde psicológica dos eleitos, demonstrado a curto prazo por elevados sintomas de mal-estar emocional que se agravam a longo prazo, evidenciando o aumento dos sintomas de tensão psicológica nos dois grupos de pesquisa após a eleição.

Desde a pré eleição até 3 meses depois de serem eleitos, o grande aumento de sintomas de desgaste da saúde psicológica refletiram-se principalmente em dificuldades de conciliação das novas funções com o domínio familiar. As mulheres candidatas, do primeiro grupo, reportaram experienciar inicialmente mais sintomas físicos do que os homens, embora três meses depois de eleitos esses níveis fossem equiparados em ambos os sexos, mantendo-se um ano depois da eleição. Tal como já se tinha verificado nos políticos em funções há mais tempo, um quinto dos novos parlamentares destacaram as dificuldades no processo de adaptação às novas circunstâncias das suas vidas pessoais, dado que passaram a não ver os familiares durante a maior parte da semana, tendo também estes, por sua vez, que se adaptar à nova situação de viver com um político.

No seguimento, um ano depois, os sintomas da tensão mantiveram-se elevados, com os parlamentares do partido do governo a registar níveis significativamente mais acentuados do que os colegas da oposição. Os principais problemas manifestados nessa fase relacionavam-se com o sono, tendência a comer, beber e fumar mais do que o habitual, além de dores de cabeça e indigestão. As longas e muitas vezes desconfortáveis horas de debate, o impacto negativo na vida familiar, o acesso aos vários bares e restaurantes nos edifícios parlamentares, introduzindo mudanças nos hábitos de alimentação e de exercício, são apontados como possíveis contributos para os elevados níveis de sintomas de tensão.

Consistentes com os resultados de amostras de funcionários públicos do Reino Unido, foi encontrada uma combinação de fatores de trabalho e vida pessoal no diagnóstico de transtornos psicológicos que revelam o impacto de vários eventos negativos na saúde psicológica que não são exclusivos dos políticos (Weinberg & Creed, 2000). Contudo, tendo em conta as potenciais consequências para a tomada de decisão, é difícil avaliar o impacto das dificuldades psicológicas dos políticos no processo democrático.

## **O Parlamento português**

A Assembleia da República é um dos órgãos de soberania consagrados na Constituição, para além do Presidente da República, do Governo e dos Tribunais. Enquanto “assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses” compete-lhe assegurar a aprovação das leis fundamentais da República. Cabe-lhe em exclusivo a iniciativa de revisão constitucional e a vigilância dos atos do Governo e da administração pública,

partilhando com o Tribunal Constitucional a fiscalização do respeito pela Constituição e da aplicação das leis. A Constituição, o Regimento e o Estatuto dos Deputados definem as competências e regras de funcionamento da Assembleia da República e os direitos e deveres dos deputados, garantindo a separação de poderes e interdependência relativamente a outros órgãos de soberania.

A Assembleia da República é composta por 230 Deputados, eleitos por sufrágio universal e direto dos cidadãos eleitores recenseados no território nacional e no estrangeiro, que representam todo o país e não apenas os círculos por que são eleitos. No momento desta investigação, no decurso da XII legislatura (2011-2015), existem 6 grupos parlamentares correspondentes aos partidos políticos que elegeram deputados nas eleições legislativas realizadas em 5 de junho de 2011. Nesta composição do Parlamento os deputados estavam assim distribuídos: 108 do Partido Social Democrata (PSD), 74 do Partido Socialista (PS), 24 do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP), 14 do Partido Comunista Português (PCP), 8 do Bloco de Esquerda (BE) e 2 do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

### **Representatividade**

Os parlamentos são o principal elo de ligação entre os cidadãos e os governos, uma vez que é através de eleições parlamentares que elegem os seus representantes, sendo a partir destes resultados eleitorais que, em regimes parlamentaristas e semi-presidenciais, são constituídos os governos. Enquanto órgão institucional quer do processo legislativo como da fiscalização do governo, os parlamentos constituem também um canal privilegiado de influência por parte dos cidadãos e grupos de interesse nos processos de tomada de decisão.

Os deputados, agrupados por partidos políticos, são os agentes concretos da função representativa, embora os partidos, enquanto figuras coletivas, sejam na maioria das sociedades modernas mais relevantes do que os seus representantes individuais. A qualidade da representação política, que inclui a eficácia nos processos legislativo e de controlo do poder, depende não só da forma como os deputados se relacionam com os seus

círculos eleitorais, mas também das suas características pessoais, orientações políticas e desempenho da função (Freire & Viegas, 2009).

Num sistema parlamentar constituído por deputados agrupados por partidos políticos, a relação com os partidos e com os eleitores é muitas vezes mediada por um conflito entre a defesa dos interesses daqueles a quem representam e os critérios que orientam a ação concreta dos parlamentares na determinação de a quem devem obediência. A partir dos conceitos da ciência política para explicar as relações entre os deputados, partidos e eleitores, o *foco de representação*, no que respeita aos interesses dos eleitores, e o *estilo de representação*, em função dos critérios de dever de obediência, foram evidenciadas as particularidades na perceção dos parlamentares portugueses relativamente às lógicas da representatividade (Espírito-Santo & Lisi, 2015, citados por Lopes & Frois at al, 2017).

Quanto ao foco de representação, a maioria dos deputados portugueses considera que representa sobretudo a população em geral, identificando-se uma redução, entre 2008 e 2013, do número de deputados que se sentem representantes de outros setores específicos da sociedade, como o distrito de eleição, os seus eleitores ou o seu partido. No que concerne ao estilo de representação, concluiu-se que os deputados valorizam sobretudo a sua própria opinião, seguida da opinião dos seus partidos e só em terceiro lugar admitem "obedecer" às opiniões dos eleitores (Espírito-Santo & Lisi, 2015).

A coexistência no exercício da representação política de quatro dimensões da atividade parlamentar enquadradas nas disposições normativas da Constituição da República Portuguesa - a vontade e a consciência individual do deputado, a posição coletiva no âmbito partidário, a relação com os círculos regionais e a representação nacional na sua globalidade - constitui um foco de tensão permanente entre o respeito pelas convicções individuais do deputado e a garantia da disciplina partidária.

No cruzamento das lógicas da representatividade com as da disciplina partidária, esta funciona sempre como condicionante ao exercício da representação do mandato do deputado, constituindo uma limitação mais significativa nos sistemas proporcionais, como o português, em que os candidatos são eleitos em listas plurinominais, comparativamente com o exercício do mandato nos sistemas eleitorais maioritários, como, por exemplo, o dos Estados Unidos da América e de Inglaterra.

No caso dos sistemas eleitorais proporcionais os candidatos são eleitos em listas escolhidas pelas direções dos partidos, das quais estão dependentes para se recandidatar à eleição, sendo suposto que sejam mais obedientes e respeitem a disciplina de voto. Em contraponto, nos sistemas eleitorais majoritários a representação do mandato é exercida com mais independência e liberdade face aos partidos, uma vez que os parlamentares são eleitos em círculos uninominais com campanhas eleitorais personalizadas no candidato. Mesmo assim, em Inglaterra ou nos EUA, é tradição, apesar de toda a liberdade, quando se trata do Orçamento de Estado existir disciplina de voto que é obedecida (Freire & Viegas, 2009; Lopes & Freire, 2002; Sampaio, 2009).

Nos sistemas majoritários a opinião dos eleitores sobre as decisões dos seus representantes eleitos tem muito mais força do que qualquer disciplina partidária, em contraponto com os sistemas proporcionais, como o nosso, onde a reeleição do deputado depende da vontade do partido. Nos primeiros, a relação de confiança é entre o deputado e o eleitor, enquanto nos sistemas proporcionais essa relação estabelece-se entre o deputado e o partido.

Um estudo de psicologia política evidencia a forma como esta relação direta entre o deputado e o eleitorado no sistema americano pode ser negativamente afetada pelos esforços dos políticos para a reeleição, ao reduzir a confiança do público, o apoio eleitoral e a aprovação de políticas (Bøggild, Troels, 2016). Os resultados revelaram que o desejo dos políticos serem reeleitos os motiva a maior recetividade às prioridades políticas dos eleitores. Esta perspetiva contrasta com a visão tradicional de que os eleitores escolhem os candidatos com base em resultados favoráveis, como políticas ideologicamente atraentes ou uma economia próspera, entretanto também já desmistificada por outras investigações que demonstraram que, além dos resultados, as pessoas se preocupam com a justiça dos procedimentos, em particular com a imparcialidade dos políticos na tomada de decisões, sem motivações de interesses pessoais. Para o autor, isto confronta os políticos com a tarefa delicada de apresentar aos eleitores propostas políticas favoráveis, mas sem parecer que se baseiam em motivos exclusivamente pessoais para a maximização do voto com vista à reeleição. Esta ideia foi confirmada pelos resultados que revelaram que os participantes se manifestaram significativamente menos inclinados a confiar e votar em políticos cujas decisões eram percecionadas como motivadas por objetivos de reeleição do que quando esse motivo não era tão evidente.

Outros estudos apontam para um enviesamento sistemático das perceções das elites políticas americanas sobre a opinião do eleitorado (Broockman & Skovron, 2018), revelando que essa assimetria é mais polarizada entre as elites conservadoras, consequente com a distorção do "déficit democrático" à direita, na medida em que as políticas são mais conservadoras do que as preferências da maioria dos eleitores (Broockman & Skovron, 2017). O estudo, realizado através de pesquisas de 3.765 perceções de políticos sobre a opinião do público em nove questões, revelou que, em 2012 e 2014, os legisladores federais de ambas as partes, republicanos e democratas, sobrestimaram drasticamente o apoio dos seus eleitores a políticas conservadoras, num padrão consistente em todos os métodos, anos, questões, distritos e estados. Foi também demonstrado que os republicanos sobrestimam especialmente o conservadorismo do eleitorado, apontando para a hipótese de essa diferença partidária resultar das diferenças de informação nos ambientes dos políticos nos respetivos distritos. Outras evidências sugerem que essa sobreavaliação pode derivar de preconceitos por parte de quem entra em contato com políticos, uma vez que nos últimos anos os cidadãos republicanos têm maior facilidade de contato com os legisladores, especialmente com os correligionários republicanos. Para os autores, estas descobertas sugerem um novo aspeto pelo qual a representação democrática pode falhar: os políticos podem sistematicamente entender mal os interesses dos seus eleitores.

Também em Portugal são vários os indicadores empíricos que sugerem que a representação está a passar por sérias dificuldades: a elevada abstenção eleitoral, a emergência de novas formas de participação política que estão dissociadas dos partidos políticos existentes, a que a acresce o grande criticismo e desconfiança dos cidadãos face à classe política. Por outro lado, o processo de globalização e a contínua transferência de competências para entidades supranacionais, como a União Europeia, têm contribuído para o enfraquecimento das capacidades do parlamento para moldar as políticas públicas (Freire & Viegas, 2009).

## **MÉTODO**

Para este estudo qualitativo elegeu-se o método fenomenológico desenvolvido por Amedeo Giorgi para aceder à descrição das vivências pessoais dos participantes com o objetivo de perceber quais os aspetos partilhados subjetivamente que se evidenciem como essências comuns às experiências individuais dos sujeitos.

O principal objetivo em psicologia fenomenológica é o estudo da intencionalidade, enquanto característica fundamental da consciência direcionada para um objeto fora de si, o sentido da experiência humana. O método fenomenológico é descritivo e tem uma dimensão intersubjetiva que pressupõe por parte do investigador uma atitude de redução fenomenológica psicológica, centrada no objeto tal como surge à consciência e na subjetividade do sujeito, na aplicação dos passos fundamentais do método. Tem como finalidade a análise eidética que, através da variação livre imaginativa, permite alcançar os constituintes invariantes da essência do objeto do estudo, de forma a que se consigam obter resultados generalizáveis.

### **Pertinência do estudo e hipóteses de discussão**

O interesse por esta investigação surgiu da experiência de trabalho da autora próxima dos deputados em funções de assessoria parlamentar, propondo-se com este estudo explorar as vivências subjetivas destes representantes parlamentares com o objetivo de compreender se existe uma experiência comum de ser deputado.

Justifica-se a sua pertinência por se tratar de uma área de estudo pouco explorada não só em Portugal, como se depreende da literatura apresentada que aponta para a necessidade de ampliar as abordagens de investigação em psicologia política, quer qualitativas como quantitativas, com o objetivo de se obterem conclusões mais generalizáveis. Apesar do reconhecido interesse do público e dos média por um conhecimento mais aprofundado dos políticos, um dos investigadores que mais profusamente se tem dedicado ao estudo destes representantes, Ashley Weinberg, 2012, alerta para uma certa resistência sentida pelos psicólogos para lidar diretamente com os políticos de forma a obter os dados que possam ser generalizados. Esta intrigante observação leva-nos a refletir sobre o que poderá haver de diferente e porventura perturbador na personalidade ou na atuação dos políticos que leva os psicólogos a resistir a aprofundar o conhecimento sobre aqueles que também os representam.

Com este estudo sobre a experiência de ser deputado numa abordagem fenomenológica pretende-se perceber se existe uma vivência comum, mas também se existe uma correspondência entre a representatividade e o posicionamento ideológico, bem como a

perceção dos deputados sobre o seu papel. Outro aspeto relevante será perceber até que ponto em cada depoimento a experiência descrita corresponde a um discurso ideológico prévio, ou se reflete vivências pessoais não previstas nos princípios ideológicos principais dos respetivos partidos.

## **Participantes**

Os participantes são cinco deputados de distintos partidos políticos eleitos à Assembleia da República na XII Legislatura (2011-06-20 a 2015-10-22), numa faixa etária até 40 anos, com diferentes períodos temporais no exercício das funções.

A seleção dos participantes decorreu de abordagens individuais para explicação do objetivo da investigação, tendo os selecionados manifestado abertura em colaborar. Na sua descrição identifica-se o partido político que representam, bem como informações pessoais facultadas pelos próprios antes e no decorrer da realização das entrevistas.

O participante 1 é um homem com 33 anos, eleito deputado há 6 anos pelo PCP (Partido Comunista Português), licenciado em direito, tendo exercido a profissão de advogado. Referiu na entrevista que já tinha experiência parlamentar enquanto assessor do grupo de apoio do seu partido antes de ser convidado a integrar a lista de candidatos, e manifestou o desejo de voltar a exercer advocacia quando deixar de ser deputado.

O participante 2 é um homem com 36 anos, é deputado do CDS-PP (Centro Democrático e Social - Partido Popular), num total de 7 anos de exercício do mandato parlamentar com intervalo de dois anos em funções de membro do Governo. Licenciado em direito, jurista de profissão, referiu na entrevista que tinha aprofundado os estudos académicos por sentir que era importante para o desempenho da atividade parlamentar.

A participante 3 é uma mulher com 39 anos, eleita deputada há 3 anos e meio pelo Bloco de Esquerda (BE), depois de ter exercido a profissão de atriz. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas com Mestrado em Linguística, disse na entrevista que tinha frequentado durante 3 anos o curso de Direito, experiência que considera muito útil para o desempenho do mandato.

A participante 4 é uma mulher com 38 anos, deputada há 4 anos pelo PSD (Partido Social Democrata), licenciada em engenharia e com atividade profissional nessa área. Com um percurso partidário, aceitou o desafio de ser deputada por ser a experiência que lhe faltava depois do exercício de funções autárquicas.

O participante 5 é um homem com 40 anos, licenciado em direito, jurista, num total de 18 anos como deputado eleito pelo PS (Partido Socialista), com um intervalo de duas legislaturas como deputado europeu.

Os participantes foram informados sobre o objetivo do estudo, concordando com a gravação das entrevistas após terem respondido a algumas questões biográficas e assinado um termo de consentimento.

As entrevistas foram realizadas na Assembleia da República entre os dias 20 de maio e 15 de junho de 2013, em salas dos respetivos grupos parlamentares, num ambiente que se procurou empático e o mais informal possível. A duração das entrevistas é variável, dependendo da abertura de cada participante a relatar mais aprofundadamente as suas vivências relacionadas com o exercício da função de deputado.

Com uma pergunta aberta de carácter exploratório, foi solicitado aos participantes que falassem da sua experiência como deputados, refletindo também sobre alguns aspetos mais específicos: " Gostava que me falasse da sua experiência como deputado, incluindo as motivações para a política, as competências, se pensa que existem competências específicas para o exercício do mandato de deputado, as expectativas, as dificuldades e eventuais frustrações nesta função". Na sequência do que emergia, foram sendo colocadas outras questões com o objetivo de aprofundar como eram vivenciadas pelos entrevistados as situações relatadas, bem como a sua perceção sobre o desempenho da função.

## **Procedimentos**

As entrevistas foram transcritas na íntegra e as descrições obtidas tratadas de acordo com os procedimentos do método fenomenológico, assente em quatro passos fundamentais: 1 - Estabelecer o Sentido Geral; 2 - Divisão das Unidades de Significado; 3 - Transformação

das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico; 4 - Estrutura Geral de Significados Psicológicos.

### **Passo 1**

Após a transcrição, procedeu-se à leitura atenta das entrevistas numa atitude de redução fenomenológica com o objetivo único de apreender o sentido geral das descrições dos sujeitos.

### **Passo 2**

A determinação das unidades de significado com o objetivo de permitir uma análise mais aprofundada dos conteúdos psicológico foi feita pela divisão do texto em partes mais pequenas sempre que se verificava uma mudança de sentido na descrição dos participantes.

### **Passo 3**

Considerado um dos passos fundamentais do método fenomenológico, através da *redução fenomenológica-psicológica* e da *variação livre imaginativa*, converteram-se as unidades de significado em expressões de significado psicológico, a partir das quais pode ser determinada a estrutura geral das vivências dos sujeitos. Apresenta-se na tabela 1 um exemplo da aplicação deste passo no relato do participante 1 da amostra.

**Tabela 1**

#### **Transformação das Unidades de Significado em Expressões de carácter psicológico**

<b>Texto Original</b>	<b>Descrição das unidades de significado</b>	<b>Expressões de Significado Psicológico</b>
<b>1. P:</b> Gostava que me falasse da sua experiência como deputado, incluindo as motivações para a política, as competências, se pensa que existem competências específicas para o exercício do mandato de deputado, as	<b>1.</b> P1 declara que vir a exercer a função de deputado nunca fizera parte dos seus planos de vida.	<b>1+2</b> Atividade não programada nem perspectivada até ser convidado para trabalhar na AR.

<p>expectativas, as dificuldades e eventuais frustrações nesta função.</p> <p><b>R:</b> Do ponto de vista pessoal, o exercício destas funções nunca foi alguma coisa que eu programasse ou perspetivasse fazer na minha vida.</p>		
<p><b>2.</b> Nunca tinha tido essa perspetiva, aliás, nunca tinha sequer tido um particular interesse pela vida parlamentar até ao momento em que vim para o gabinete de apoio parlamentar da Assembleia da República, depois de ter sido desafiado para isso na altura pela direção da JCP, ainda estava integrado na JCP quando vim para o gabinete de apoio.</p>	<p><b>2.</b> P1 reafirma que nunca tinha planeado vir a ser deputado e declara que nem tinha grande interesse pela atividade parlamentar.</p> <p>Afirma que o seu interesse pelo Parlamento só aconteceu por ter sido convidado para ser assessor no gabinete de apoio parlamentar do PCP pela direção da JCP, a organização juvenil do partido cujos órgãos integrava.</p>	
<p><b>3.</b> Encarei, quer a vinda para o grupo parlamentar como assessor, quer o desafio que me foi proposto mais tarde de integrar as listas com a perspetiva de poder ser eleito, como encarei praticamente todas as outras funções e todas as</p>	<p><b>3.</b> P1 afirma que o facto de ter sido convidado para ser assessor do grupo parlamentar e mais tarde para integrar as listas do partido num lugar de possível eleição foi encarado por si com a</p>	<p><b>3</b> Aceitação do convite para ser deputado com a mesma naturalidade de outras funções que já tinha desempenhado no partido.</p> <p>Consciência do carácter</p>

<p>outras tarefas que desempenhei do ponto de vista partidário. Portanto, tendo-me sido proposto pelo partido e eu não tendo nenhuma limitação do ponto de vista da minha vida pessoal, nada que me impedisse de o fazer, encarei e continuo a encará-lo exatamente da mesma maneira, no dia em que o meu partido disser que precisam de mim para outra coisa, ou que já não me querem cá, encaro isso exatamente com a mesma naturalidade.</p> <p>Aliás, espero ainda voltar a exercer a advocacia e que não seja de preferência daqui por muito mais tempo. Mas encarei isso, como digo, como encarei todas as outras tarefas que fui desempenhando ao longo da minha vida.</p>	<p>mesma normalidade com que encarou todas as outras funções e tarefas que já tinha desempenhado no partido.</p> <p>Encara com o mesmo desprendimento a possibilidade do partido o vir a dispensar do Parlamento para outras funções.</p> <p>Manifesta o desejo de voltar a exercer a advocacia, de preferência num curto espaço de tempo.</p> <p>Reafirma que encarou o cargo de deputado com a mesma naturalidade com que desempenhou todas as outras tarefas ao longo da sua vida.</p>	<p>temporário da função.</p> <p>Desprendimento face à possibilidade do partido o dispensar do Parlamento e destacar para outras funções.</p> <p>Desejo de voltar a exercer a advocacia em breve.</p>
<p><b>4. P:</b> Qual foi a sua motivação para a política?</p> <p><b>R:</b> A política sempre foi uma coisa com a qual eu convivi, desde pequeno, em casa, com os meus pais, com o meu avô materno, a discussão política sempre foi uma coisa muito presente, obviamente que</p>	<p><b>4.</b> Questionado sobre a sua motivação para a política, P1 relata que a discussão política sempre foi, desde a infância, um tema muito presente no seio da família, entre os pais e o avô materno.</p> <p>Contudo, afirma que</p>	<p><b>4+5</b> A política foi um tema sempre presente desde a infância.</p> <p>Começou a sentir-se motivado para as questões políticas do seu quotidiano na Escola Secundária.</p>

<p>durante muitos anos era coisa de que eu ouvia falar mas na qual não me envolvia.</p>	<p>durante muitos anos não se envolveu.</p>	
<p><b>5.</b> O estímulo maior e o envolvimento acabou por surgir já na Escola Secundária a propósito do envolvimento na associação de estudantes e na vida da escola, nas reivindicações dos estudantes que na altura íamos assumindo na organização e no espaço da escola e nas atividades dos alunos que motivaram depois a integração na associação de estudantes e, portanto, foi aí que comecei a envolver-me mais e a preocupar-me mais com as questões políticas.</p>	<p><b>5.</b> P1 declara que foi na Escola Secundária que começou a envolver-se e a preocupar-se mais com as questões políticas.</p> <p>Relata que o maior estímulo surgiu do envolvimento nas reivindicações dos estudantes sobre meio escolar, resultando na sua integração na associação de estudante que o levaria a outro nível de envolvimento com as questões políticas.</p>	
<p><b>6.</b> Obviamente que a partir do momento em que defini ideologicamente e partidariamente as minhas preferências, e que decidi fazê-lo com uma perspetiva de poder ter uma intervenção mais ativa, obviamente que a partir daí a política, as preocupações políticas e a necessidade de intervenção política passou a ser uma constante. Portanto, é coisa que, mesmo sem estas tarefas parlamentares, nunca deixaria de</p>	<p><b>6.</b> Admite que definiu as suas preferências ideológicas e partidárias com o objetivo de ter uma intervenção política mais ativa, preocupação que passou a ser constante na sua vida.</p> <p>Afirma que mesmo que não exercesse a função de deputado nunca deixaria de ter uma atividade política, não só como</p>	<p><b>6+7+8</b> Escolha ideológica e partidária com o objetivo de ter uma intervenção política ativa, como militante, mas também fora do partido.</p> <p>Mesmo não sendo deputado, teria sempre atividade política e partidária.</p> <p>Empenho em intervir nas questões de âmbito local</p>

ter, uma atividade política no quadro da minha militância partidária e também fora dela. A política não se faz só dentro dos partidos, portanto, eu teria sempre, independentemente destas funções que agora exerço, essa atividade partidária.	militante mas também fora do partido. Contudo, embora afirme que a política não se faz só dentro dos partidos, independentemente do exercício das funções de deputado teria sempre atividade partidária.	ou nacional com implicações no seu cotidiano.
---	--	---

#### **Passo 4**

Após o tratamento dos dados brutos obtidos nas entrevistas, a análise dos significados psicológicos das vivências individuais dos sujeitos, através da aplicação sucessiva dos passos do método fenomenológico e do recurso à variação livre imaginativa, revelou três estruturas descritivas gerais da experiência de ser deputado para os cinco participantes.

#### **Resultados**

Nas tabelas que se seguem encontram-se refletidas as estruturas encontradas na aplicação do passo 4, tendo em conta as particularidades pessoais relatadas.

**Tabela 2**

<b>Estrutura da Experiência A (P2, P3 e P4)</b>
<p>Para estes participantes, a experiência de ser deputado decorre dos percursos individuais de participação política, quer no âmbito da militância partidária, como em movimentos de intervenção cívica. Os sujeitos sentiram-se motivados para a atividade política pela convicção de poder contribuir para o bem comum, vendo a eleição para a Assembleia da República como uma oportunidade de agir no sentido da resolução dos problemas da sociedade.</p> <p>A maior dificuldade com que se deparam no exercício da atividade parlamentar prende-se com o desgaste físico e emocional causado, não só pelas condições do edifício da</p>

Assembleia da República, como pelos longos horários e pela irregularidade das rotinas parlamentares. O impacto da rotina parlamentar reflete-se, além da componente física, na exigência de cada vez maior disponibilidade por parte dos deputados, sendo também experienciada como um desgaste ao nível pessoal, com o sacrifício da vida familiar e das amizades. Há, inclusive, alguma insatisfação associada à atividade parlamentar, pela forma como esta perde eficiência por carecer de melhor organização e planeamento dos trabalhos.

O sentimento de frustração é experienciado de forma ambivalente pelos sujeitos. Se, por um lado, há uma frustração que decorre do facto de nem sempre conseguirem alcançar os objetivos a que se propõem, alterando, aprovando ou chumbando iniciativas legislativas, por outro, são percecionadas formas de compensação proporcionadas pelo próprio sistema democrático que possibilita a reversão dos desfechos dos processos legislativos.

A capacidade de aprendizagem no exercício das funções é entendida como a única competência necessária ao desempenho do cargo. Os participantes adquiriram conhecimento e experiência quer pela observação e contacto com os pares, quer pelo próprio estudo teórico que o trabalho de preparação dos temas exige. O conhecimento adquirido está relacionado com a assertividade, eficácia e clareza do discurso político, mas também com capacidades de coordenação, trabalho em equipa, confiança interpessoal e alterações na forma de estruturar mentalmente a informação.

A exposição pública é sentida como algo natural que é inerente ao desempenho de funções na vida política. Contudo, à aceitação como normalidade sobrepõe-se algum desconforto, quando o reconhecimento público tem implicações na vida pessoal e familiar.

Os participantes têm consciência do carácter representativo do cargo e sentem-no como sendo a essência da experiência de ser deputado e como um garante da proporcionalidade exigida pelo sistema democrático.

**Tabela 3**

<b>Estrutura da experiência B (P1)</b>
<p>Para este participante, a experiência de ser deputado decorreu do percurso de participação encarada num âmbito coletivo, motivado desde a adolescência para as questões políticas relacionadas com o seu quotidiano. Da preocupação com a realidade do seu ambiente social foi feita uma escolha ideológica e partidária intencional com o objetivo de uma intervenção política ativa mais abrangente na sociedade.</p> <p>A maior dificuldade com que este participante se depara no exercício da atividade de deputado prende-se com o desgaste decorrente do desenraizamento, sentido como uma das circunstâncias pessoais que condicionam o exercício das funções pela exigência de uma deslocação constante que afeta as relações familiares e a vida pessoal.</p> <p>No quotidiano parlamentar, a desvalorização do debate político é experienciada como a grande dificuldade da atividade política, causadora de maior frustração e irritação do que o chumbo de iniciativas do seu partido. Contudo, estes sentimentos são compensados pela convicção da importância do trabalho coletivo no âmbito do seu grupo parlamentar. O sentimento de incompreensão do trabalho realizado pelos deputados, a par do transtorno causado pela distância dos locais de origem, são sentidos como fatores suscetíveis de conduzir ao desinteresse, ou mesmo à desistência do mandato.</p> <p>A capacidade de aprendizagem no exercício das funções é entendida como a única competência necessária ao desempenho do cargo. P1 adquiriu conhecimento e experiência quer pela observação e contacto com os pares, como pelo próprio estudo teórico que o trabalho dos temas exige. O conhecimento adquirido prende-se com a assertividade, eficácia e clareza do discurso político, mas também com capacidades de coordenação, trabalho em equipa, confiança interpessoal e alterações na forma de estruturar mentalmente a informação.</p> <p>A exposição pública é sentida como algo natural que é inerente ao desempenho de funções na vida política. P1 não se sente condicionado por essa exposição quando intervém, embora se sinta apreensivo quanto ao impacto mediático das suas intervenções pelo sentimento de responsabilidade de que a sua performance possa</p>

colocar em causa a imagem do partido e do grupo parlamentar.

A consciência da representatividade só é concebida por P1 no plano de um quadro partidário ou de outro coletivo. Da sua experiência, este participante rejeita mesmo qualquer motivação ou plano individual de participação política, concebendo a sua intervenção apenas no âmbito de um coletivo.

**Tabela 4**

**Estrutura da experiência C (P5)**

Para este participante, com uma longa experiência como deputado, a sua vivência oscila entre sentimentos de compensação e de desmotivação, associados a diferentes momentos em que reconhece o seu papel em mudanças legislativas relevantes, e outros períodos, por vezes longos, em que não encontra sentido na ação política.

A motivação para a política prende-se com a convicção de poder contribuir com os seus valores, ideias e conhecimentos para corrigir alguns males sociais e melhorar o destino coletivo.

A idealização da função de deputado, como sujeito com autonomia de pensamento que deveria beneficiar de espaços de expressão no seio do grupo parlamentar, é experienciada como desmoralizadora nos períodos em que não se identifica com o quadro político do seu partido, e se vê, por isso, afastado do centro de decisão e de intervenção no debate político. O seu descontentamento com o rumo do partido é sentido com tristeza e frustração.

A insatisfação pela perceção do desalento da vida política, bem como do papel do deputado reduzido a um desempenho burocrático das funções, é sentida como a maior dificuldade na vivência do quotidiano parlamentar.

A exposição pública é experienciada como algo natural que é inerente ao desempenho de funções na vida política. Contudo, à atitude de indiferença, atribuída ao decurso da sua longa experiência, sobrepõe-se um sentimento de penalização percecionado como

invasão da vida privada.

Mais do que as competências, este participante valoriza a diversidade de percursos pessoais e profissionais na representação parlamentar, manifestando preocupação com a capacidade de eleição de pessoas com autonomia de pensamento, preteridas em função das lógicas de percurso interno nos partidos.

Para P5, a consciência da representatividade está associada à valorização da individualidade, da autonomia e da voz própria do deputado, assente na ideia de uma elite política minoritária que corresponda às responsabilidades delegadas pelos eleitores. Entende que a seleção dos deputados com base apenas nos critérios das estruturas partidárias prejudica a representatividade e defende por isso a necessidade de mudança dos processos de legitimação dos candidatos.

### **Constituintes essenciais**

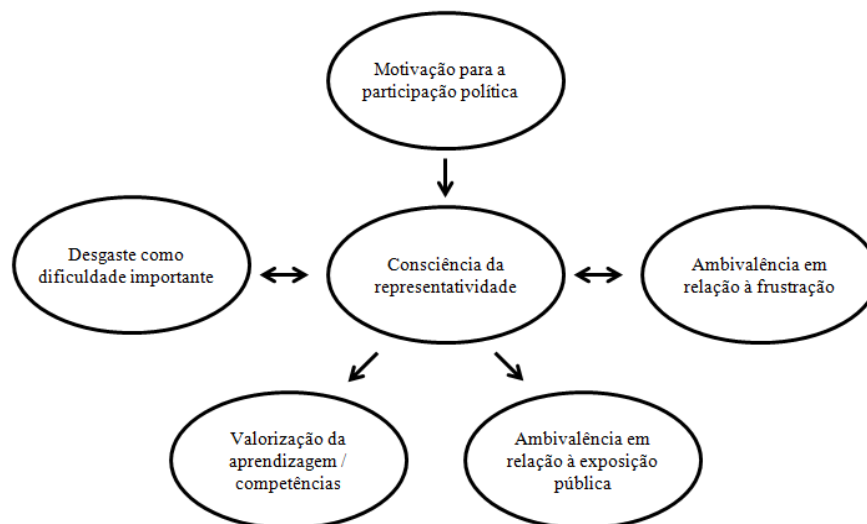
A partir das três estruturas gerais que sintetizam as principais vivências dos participantes, foram identificados seis constituintes essenciais transversais às três disposições que revelam, do ponto de vista psicológico, os aspetos mais significativos da experiência de ser deputado. Esses constituintes encontram-se especificados na tabela que se segue, bem como a forma como estes se articulam entre si, expressa no esquema da figura 1.

**Tabela 5**

<b>Constituintes essenciais</b>
- Motivação para a participação política
- Desgaste como dificuldade importante
- Ambivalência em relação à frustração
- Valorização da aprendizagem/ Competências
- Ambivalência em relação à exposição pública
- Consciência da representatividade

**Figura 1**

**Relação entre os constituintes essenciais**



Como se verifica na figura 1, identifica-se uma relação entre os constituintes essenciais da motivação para a participação política a consciência da representatividade, estando estas também relacionada quer com o desgaste como principal dificuldade, como com a ambivalência em relação à frustração. Da interligação destes constituintes essenciais decorre a valorização da aprendizagem / competências, bem como a ambivalência em relação à exposição pública. As relações entre estes constituintes a partir das vivências subjetivas dos sujeitos são analisadas mais detalhadamente na discussão dos resultados,

**Análise das Variações Empíricas dos constituintes essenciais**

Embora comuns às várias estruturas os constituintes mais invariáveis da experiência de ser deputado manifestaram-se de formas distintas nos participantes, em resultado dos percursos políticos e das particularidades das suas vivências pessoais. Para compreender de que forma se refletiram nas suas experiências procede-se à análise das variações empíricas desses constituintes essenciais a partir das descrições dos sujeitos desta amostra.

## **Motivação para a participação política**

Na origem das experiências destes cinco deputados está a motivação para a participação política assente na convicção de poderem contribuir para o bem comum, vendo a eleição para a Assembleia da República como uma oportunidade de intervenção no sistema democrático para agir no sentido de resolver os problemas da sociedade. As suas vivências emergem a partir dos percursos políticos e das circunstâncias pessoais que levaram à eleição para o Parlamento que, se para alguns decorreu de uma escolha intencional, para outros não foi programada, planeada ou desejada.

Para P1, a eleição decorre da aceitação natural de um convite partidário na sequência de outras funções desempenhadas no partido, sentindo-se motivado para as questões políticas do seu quotidiano desde a escola secundária. Daí decorreu uma escolha ideológica e partidária com o objetivo de ter uma intervenção política ativa, mas apenas entendida no âmbito de um coletivo e rejeitando qualquer motivação individual. Manifesta uma atitude de desprendimento face à possibilidade de o partido o destacar para outras tarefas, desvalorizando as expectativas sobre a continuidade em funções por estas estarem condicionadas pela incerteza da reeleição. Encara a perspectiva de deixar de ser deputado como motivação para voltar à atividade de advogado, justificada pelo gosto por desafios e agrado face à ideia de mudar de ambiente e das rotinas experienciadas durante dez anos.

P2 manifesta que ser deputado foi uma escolha intencional que decorreu de uma motivação para a política direcionada para um percurso partidário com o objetivo claro de ser eleito para o parlamento. Justifica a motivação pela vontade de participar no sistema democrático com a convicção de contribuir para o bem comum numa perspectiva de defesa de causas.

P3, ativista de movimentos sociais, sem filiação partidária, referiu ter aceite o convite do partido pelo qual foi eleita em coerência com o seu percurso de intervenção social. Do seu trajeto político, considerado "atípico" por não ser militante nem ter qualquer experiência partidária anterior, já tinha conhecimento prévio do Parlamento "onde vinha exigir coisas" nas comissões parlamentares em que participara enquanto ativista em movimentos ligados à precariedade laboral na cultura. Justifica ter aceitado o convite partidário por reciprocidade, convicta da utilidade do seu estatuto de deputada especialista para alterar algumas leis que permitiram travar a destruição do estado Social, embora manifeste ambivalência sobre o seu contributo para a concretização dessas alterações legislativas.

P4 ainda hoje se interroga sobre o que a motivou para a política. A atividade de deputada não foi planeada, mas a decisão surgiu no âmbito do processo de ascensão interna nas estruturas do partido, manifestando ter aceite o desafio por querer ter a experiência de "ver como é o outro lado". Como corolário do percurso partidário disse que aceitou o convite por ser a experiência que lhe faltava depois do exercício de funções autárquicas.

P5 manifesta sentir-se motivado para a política pela convicção de poder contribuir com o seu conhecimento e reflexões para corrigir alguns males sociais e melhorar o destino coletivo. Embora reconheça o seu contributo para influenciar as orientações do seu partido na abertura de caminhos que levariam a alterações legislativas em matérias de liberdades individuais, este participante avalia a sua longa experiência de 18 anos como deputado como uma oscilação entre sentimentos de compensação e de desmotivação em diferentes momentos. O primeiro decorre do reconhecimento dos seus esforços em mudanças legislativas relevantes, enquanto a desmotivação, em períodos por vezes longos, é vivenciada quando não encontra sentido na ação política.

**Tabela 6**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"A ideia da participação cívica e da participação enquanto cidadão foi sempre o móbil mais relevante em relação à minha participação política"
<b>P2</b>	"A motivação pessoal é o interesse pela participação no sistema democrático e, portanto, entender que é possível contribuir para o bem comum, para defender causas, sempre numa lógica de causas"
<b>P3</b>	"A razão que me fez aceitar foi aquele compromisso de quem esteve do outro lado sempre a exigir, agora tem oportunidade de estar lá e de fazer, uma certa reciprocidade, relação de espelho em relação ao que tinha feito sempre"
<b>P4</b>	"Não foi planeada mas aconteceu e achei que era um desafio que, precisamente porque a política é a coisa mais efémera que existe, valia a pena a experiência, vou ver como é o outro lado"
<b>P5</b>	"A minha motivação para a política é contribuir para um certo destino coletivo, de acordo com certos valores e certas convicções arreigadas que nascem não só dos

meus esforços, mas também de convicções anteriores que resultam e muito da minha experiência vivida e da minha observação do meu país"
--

### **Desgaste como dificuldade importante**

Os participantes referem o desgaste como a maior dificuldade no quotidiano da atividade parlamentar, causador de cansaço físico e psicológico atribuído à irregularidade das rotinas, aos longos horários e à má organização dos trabalhos. Os deputados por círculos mais afastados de Lisboa manifestam ainda o cansaço das constantes viagens entre o Parlamento e o local onde vivem, ou por onde foram eleitos, como fator de desgaste e até de alguma desmotivação.

Para P1, a distância e a necessidade de constantes deslocações são vivenciadas como um transtorno e constrangimento da vida pessoal e um condicionamento no exercício das funções. Daí resulta um sentimento de ambivalência em relação ao desenraizamento, sentido como dificuldade, mas também como estímulo e desafio, embora reconheça que nele existem vantagens, apesar do desejo de viver com menos agitação.

P2, embora considere que o Parlamento português tem boas condições de trabalho, aponta o desgaste emocional e psicológico provocado pelas rotinas irregulares como a maior dificuldade, considerando que "uma rotina de solavancos não é positiva". A insatisfação é sentida como fator de desequilíbrio psíquico e emocional que afeta não só os deputados, mas também os funcionários e toda a comunidade parlamentar, que inclui os jornalistas que acompanham regularmente a atividade do Parlamento.

P3 descreve dificuldades de adaptação às rotinas parlamentares, vivenciadas no primeiro mês como um choque físico violento, somatizado em dores de cabeça, náuseas e sensação de peso, atribuído à luz artificial, aos longos horários e ao stress. Manifesta o paradoxo entre a imagem exterior do Parlamento como uma organização com boas condições de trabalho, mas que vivencia como péssimas e que a obrigam a um grande esforço físico, com afetação da sua vida pessoal em prejuízo do acompanhamento das filhas pequenas. Perceciona o funcionamento do Parlamento sob uma conceção antiga de fazer política que afeta não só as mulheres mas também os homens com filhos. Expressa o desejo de melhores condições para um mínimo de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Para P4, embora considere que o Parlamento tem boas condições para trabalhar, a maior dificuldade decorre do esforço de conciliação da função de deputada com a vida familiar, considerando que esse é o seu maior desafio, mas também o que a motiva a procurar equilíbrios. Refere a exigência de grande de esforço físico devido às deslocações diárias entre a residência e o parlamento, a mais de 100 Km de distância, fazendo com que quase só veja a filha pequena, com apenas oito meses quando foi eleita pela primeira vez, quando esta já está a dormir, valorizando a rede familiar para compatibilizar a vida pessoal com a política. Insatisfeita com o funcionamento do Parlamento, defende a alteração do regimento, a valorização do trabalho das comissões parlamentares e a redução dos horários.

Para P5, a maior dificuldade no quotidiano parlamentar é vivenciada como insatisfação pela perceção do desalento da vida política, bem como do papel do deputado reduzido a um desempenho burocrático das funções. Expressa um sentimento de desmotivação com a apatia política e o tratamento superficial e preguiçoso dos assuntos que considera relevantes.

**Tabela 7**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"O facto de termos a vida organizada durante uma parte da semana num sitio e a outra parte da semana noutra acaba por ser um fator de constrangimento, uma das dificuldades no exercício das funções"
<b>P2</b>	"Cada vez mais transparência na atividade parlamentar (...) exige de cada deputado uma disponibilidade muito maior e tem consequência num desgaste também grande, muitas vezes que é pessoal, mas muitas vezes interfere com a esfera da família, de amigos"
<b>P3</b>	"A parte mais difícil foi mesmo o quotidiano da Assembleia, no primeiro mês tinha dores de cabeça todos os dias quando de cá saía, depois falei com outros deputados e disseram que lhes aconteceu a mesma coisa"
<b>P4</b>	"Faço um esforço físico muito grande (...). Quando entrei para a Assembleia, a minha filha era muito bebé, tinha oito meses, portanto, amamentava, é um choque

	grande, tive que conciliar isso. E depois habituei-me à conciliação, a fazer muitos quilómetros e a andar para trás e para a frente"
<b>P5</b>	"Os momentos menos interessantes são aqueles em que um deputado, às vezes longos períodos, em que se arrasta sem finalidade nem propósito, incapaz de ter um papel construtivo no desenrolar dos acontecimentos"

### **Ambivalência em relação à frustração**

As circunstâncias de cada um no respetivo grupo parlamentar, as dinâmicas do debate político e o seu reflexo na aprovação ou rejeição das iniciativas legislativas, bem como as características do quotidiano parlamentar, são experienciadas pelos sujeitos com sentimentos ambivalentes que oscilam entre a satisfação e a insatisfação, em função das expectativas de cada um sobre o seu papel e a relevância trabalho que realizam.

P1 começa por expressar um sentimento de frustração pelo facto da função de deputado o impedir de se dedicar a outras áreas de trabalho, manifestando reiteradamente o desejo de voltar a exercer a sua atividade profissional. No quotidiano parlamentar, sente a desvalorização da discussão política como uma das grandes dificuldades no exercício do mandato, vivenciada com um sentimento de maior frustração do que com chumbo de propostas do seu partido e irritação face não só à sua impotência, mas também à passividade dos outros deputados para mudar as regras do jogo político. Contudo, sente que a valorização no seu grupo parlamentar dos objetivos do trabalho coletivo o ajuda a racionalizar e a compensar a desmotivação. Expressa a convicção de que o exercício da função será cada vez mais difícil e complexo, com tendência a maior desinteresse pelo cargo também motivado pela incompreensão das pessoas sobre o trabalho parlamentar, sentimento de desmotivação que generaliza a todos os deputados.

P2 relativiza o sentimento de frustração em função da perspetiva sobre as situações, em que a tristeza pelas derrotas políticas é compensada pela ideia da possibilidade de reversão posterior. Considera que o Parlamento tem boas condições de funcionamento, sem limitações quer de fiscalização da ação do Governo, como da capacidade de iniciativa legislativa dos deputados e do contacto com os cidadãos. Entende que o bom

funcionamento do sistema democrático evita frustrações e constrangimentos no exercício do mandato, como acontece noutros sistemas políticos com mais imperfeições.

P3 descreve experiências diferentes com a composição do Parlamento nas duas legislaturas como deputada. A satisfação sentida no início do primeiro mandato com um Governo minoritário, em que reconhece que o seu estatuto de especialista contribuiu para alterar algumas "leis más", deu lugar a um sentimento de frustração motivado pela degradação do debate parlamentar, atribuído a uma opção intencional do Governo de maioria absoluta para desvalorizar a divulgação do confronto de alternativas democráticas no mais representativo órgão de poder. A frustração decorrente da desvalorização do debate político é compensada pela convicção da importância inalienável do Parlamento enquanto espaço de exposição da pluralidade de pontos de vista políticos. A falta de experiência no jogo partidário é sentida como outra das dificuldades, embora seja também entendida como favorável na tomada de posições de forma diferente. Sente a desvalorização dos problemas em função da relação de forças que se estabelece para os resolver como o lado negativo do jogo partidário, tendo aprendido que toda a discussão política se centra nessa dinâmica e não na resolução dos problemas. Reconhece ingenuidade por ter demorado a perceber que a dialética da discussão política é centrada na relação de forças com regras próprias que lhe são estranhas, admitindo já ter aprendido algumas, mas há outras que se recusa a aprender.

P4 faz uma avaliação positiva das diferentes experiências como deputada, primeiro na oposição e depois num partido do poder, embora sinta o quotidiano parlamentar como um rodopiar sobre si própria: "como um cãozinho com a pulguinha atrás do rabo, rodo, rodo, rodo, e parece que não saio do mesmo sitio". Descreve a sua vivência como uma rotina de andar em círculos que altera a perceção da realidade sobre a possibilidade de outros contributos fora da política, tendo encontrado uma compensação na atividade de voluntariado que desenvolveu após um grave acidente de viação do qual escapou ilesa. Afirmando-se como católica praticante, esta vivência levou-a a questionar-se sobre o sentido da sua vida e outras possibilidades de ação, além da função de deputada em regime de exclusividade. Decidindo-se por criar uma associação na sua terra natal para proporcionar eventos lúdicos a crianças institucionalizadas, constatou as dificuldades de agir à margem das organizações estatais, sentindo que estas iniciativas são questionadas e vistas com desconfiança. Expressa uma visão liberal das funções do Estado, criticando a dependência das instituições dos apoios públicos e defendendo mais espaço para a

iniciativa privada. Na vivência como deputada desvaloriza a importância do trabalho parlamentar, convicta de que a maioria das atividades não são políticas mas sim funcionais e inúteis, apontando o exemplo dos quilos de relatórios que considera sem utilidade.

Para P5, que adota ao longo da entrevista uma atitude de distanciamento referindo-se à sua experiência de forma generalista e na terceira pessoa, o sentimento de frustração no cotidiano parlamentar está associado à idealização da função de deputado como sujeito com autonomia de pensamento e liberdade de expressão no interior da própria bancada. Reconhece a inexistência destas condições quando não se identifica com as orientações políticas do seu partido, vivenciando com insatisfação, desmoralização e sentimento de perda os momentos em que se vê afastado do centro de decisão e de intervenção no debate político: "O deputado é uma voz que se some na ausência de debate político interno. Quando perde a sua voz perde tudo". Manifesta tristeza e frustração com o rumo do partido, admitindo que a vontade de desistir sentida nestas ocasiões é compensada com um maior investimento na vida familiar e profissional.

**Tabela 8**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"Que uma proposta que nós fazamos seja chumbada quando é preciso levá-la a votação, não me espanta nem me surpreende (...) aquela outra circunstância de desvalorização da substância da discussão política, isso não sou capaz de racionalizar (...) não sou capaz de entender, de aceitar"
<b>P2</b>	"Ao nível das frustrações, eu acho que depende um pouco de como encararmos, eu acho que nunca na política nada é fechado e definitivo, isso é a vantagem das democracias, tudo é alterável"
<b>P3</b>	"Neste momento, com este Governo, existe uma desvalorização do debate (...) sinto isso como uma frustração, uma vez que o Bloco acha que é importante (...) e eu concordo com isso, (...) que os Parlamentos são importantes do ponto de vista da pluralidade"
<b>P4</b>	"Viver um bocadinho nessa rotina faz-nos às vezes descolar da realidade, daquilo que nós também podemos dar como contributo não só como políticos. Somos mais para além disso"
<b>P5</b>	"Quando a vida interna do Grupo Parlamentar é intensa e estimulante, (...) porque

o deputado é uma voz, se não há debate político interno o deputado é uma voz calada, uma voz que fala e vai deixando de se ouvir, vai-se sumindo e por fim desaparece, vencida pela inutilidade dos seus esforços"
--

### **Valorização da aprendizagem / Competências**

A motivação para a aprendizagem permanente, aliada ao contributo das experiências profissionais anteriores, é entendida por estes participantes como a única competência necessária ao desempenho da função de deputado.

Para P1, a capacidade de aprendizagem permanente é a única competência exigida a partir da qual se adquire assertividade e clareza argumentativa, valorizando a sua experiência anterior de assessor parlamentar como vantagem em relação aos outros deputados. Na sua experiência distingue duas formas de aprendizagem: por observação das intervenções e contacto com outros deputados, ou acelerada em função das necessidades de resposta imediata que implicam um rápido domínio das matérias. Esta circunstância tem implicações na organização do tempo e na qualidade das intervenções dos deputados.

P2 expressa a convicção de que o exercício do mandato leva os deputados a procurar desenvolver novas competências, tanto pelo estudo de temas concretos como pela obtenção de conhecimentos teóricos mais adequados às necessidades da função. Foi por sentir essa necessidade que aprofundou os estudos académicos, considerando ser importante e enquadrador da atividade parlamentar para melhor corresponder às expectativas das pessoas que representa.

Para P3, a experiência de maior aprendizagem surge associada à circunstância do seu segundo mandato com um governo de maioria e redução do número de deputados da sua bancada. A exigência de maior presença em comissões parlamentares, obrigando-a a um esforço físico inédito, resultou em aprendizagens de coordenação, de trabalho em equipa e de confiança no seu resultado, pelo qual teria posteriormente de "dar a cara", no entendimento de que o trabalho político não se faz sozinho. Neste contexto, experienciou também diferenças na sua relação com o partido e na organização mental da informação, que diferencia dos processos de memorização de textos na sua atividade anterior de atriz. Após um sentimento de insegurança inicial devido às elevadas expectativas sobre o seu

estatuto de especialista, distingue o sentimento de solidão nas experiências do teatro e da política, manifestando sentir uma dúvida permanente perante o assumir solitário de uma responsabilidade coletiva. Da experiência do teatro reconhece vantagens e desvantagens, considerando positivas a dicção e a articulação das palavras e negativa a rapidez do discurso, valorizando também a participação em projetos artísticos de caráter político para a reflexão sobre a realidade social. Valoriza ainda a utilidade de outros conhecimentos como a frequência do curso de direito durante três anos para o domínio da terminologia e das bases jurídicas mínimas para o trabalho legislativo, bem como a gestão de orçamentos para interpretar a linguagem dos números, considerando que a experiência profissional com diversas responsabilidades de decisão favorece o trabalho do deputado.

P4 rejeita a necessidade de outras competências ou habilitações específicas para o exercício da função de deputado além do "mínimo básico" de "saber ler e escrever", destacando ao nível das características pessoais o bom senso e a seriedade na política. Valoriza a sua vida profissional como engenheira pela importância da experiência do "mundo lá fora" para a percepção da organização e funcionamento do Parlamento, embora reconheça dificuldades pela falta de domínio da linguagem jurídica. Expressa uma convicção paradoxal sobre a importância da aprendizagem com as experiências dos deputados mais antigos, valorizando essa oportunidade ao mesmo tempo que manifesta ter perdido a ingenuidade inicial de acreditar que apesar da sua juventude já tem mais vivências do que muitos desses deputados.

Para P5, mais importante do que requisitos de qualidades ou competências específicas valoriza como desejável que a representação parlamentar seja composta por pessoas com diferentes percursos, trajetos pessoais e diversidade de análise e de pensamento sobre os assuntos. Valoriza o princípio da individualidade sobre os coletivos partidários, manifestando como preocupação fundamental a capacidade de eleição de pessoas com convicções e voz própria reconhecidas, em detrimento dos critérios das escolhas partidárias com base nos percursos internos dos candidatos por considerar que estes prejudicam a representação parlamentar.

**Tabela 9**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"Ao longo destes anos fui confrontado com muita coisa que não sabia, tive que

	estudar, tive que aprender, e acho que essa é a única competência que se exige, a capacidade de aprender e sobretudo de reconhecer que não se sabe quando tem que se aprender"
<b>P2</b>	"Vamos sentindo, principalmente do ponto de vista técnico, que isso nos leva a procurarmos novas competências, aprofundando, quer pelo estudo das questões concretas, quer até em busca de algum conhecimento teórico que nos permita ter melhor preparação"
<b>P3</b>	"Há uma quantidade de informação de áreas diferentes que eu julgaria completamente impossível ter na cabeça e agora tenho. Se me dissessem há uns anos que eu era capaz de organizar... E, portanto, é assim... tudo o que nós somos também se constrói!"
<b>P4</b>	"O mínimo básico, saber ler escrever. Muito, muito, muito bom senso. Não era preciso pessoas com habilitações académicas específicas para o exercício do cargo de deputado. Não sei se um bom académico dará um bom deputado."
<b>P5</b>	"O que é desejável é que a Assembleia não perca a capacidade de ter entre os seus membros gente que seja verdadeiramente proprietária de uma voz própria. Essa para mim é a questão fundamental."

### **Ambivalência em relação à exposição pública**

Sendo o Parlamento um alvo permanente das atenções mediáticas, os participantes expressam um sentimento ambivalente face à exposição pública. Se, por outro lado, é entendida como natural e inerente ao desempenho de funções na vida política, é experienciada com um certo desconforto quando é sentida como intrusão na vida pessoal e familiar.

Para P1, embora encarada com naturalidade e alheamento da eventual projeção mediática das suas intervenções, a exposição pública é sentida com insegurança e responsabilidade acrescida por estar em causa a imagem do partido e do grupo parlamentar. Manifesta ter ficado surpreendido com a perceção posterior do impacto público das suas intervenções numa comissão de inquérito particularmente mediática, situação vivenciada com alguma insegurança pela eventualidade de não corresponder às expectativas. Expressa preocupação

com a preparação das suas intervenções, considerando que esta tarefa complica e dificulta o trabalho dos deputados por falta de tempo para outras respostas mais urgentes.

P2 vê a exposição pública como uma situação normal para quem exerce a função de deputado e para a qual deve estar preparado, embora a eventualidade de atrair a atenção mediática seja vivenciada com uma sensação desagradável e um constrangimento perturbador quando atinge a família e os amigos. Rejeita sentir-se incomodado ao ser reconhecido e abordado publicamente, sentindo, no entanto, que o pior da visibilidade pública não são os momentos positivos ou negativos, mas sim quando está acompanhado e dependendo das circunstâncias.

P3 reconhece uma alteração da vivência da exposição pública em relação à sua anterior atividade de atriz experienciando agora a sensação de maior visibilidade, descrita como não agradável e com a qual se sente mal, embora a considere normal. Entende que o escrutínio das posições públicas é apenas uma parte da exposição mediática que, por vezes irrelevante do ponto de vista político, sente como intrusiva ao nível pessoal. Expressa a convicção de que em funções políticas há uma maior exposição pública associada a um nível de responsabilização mais solitário. Admite ter medo de falhar, que associa à vivência da solidão como um peso inevitável resultante da escolha das responsabilidades que aceitou.

P4 afirma ter boa convivência com a exposição pública justificada pela convicção de que o povo português é pacífico, vendo com condescendência a existência de uns "maluquinhos" que aparecem a interpelar as figuras políticas de forma negativa. Procura ser simpática quando abordada pelas pessoas, tanto presencialmente como por correio eletrónico. Expressa satisfação com a divulgação mediática do seu trabalho, quer nos media locais como nacionais, confiante no cuidado minucioso com que prepara as suas intervenções desvalorizando o medo de falhar. Lamenta a pouca visibilidade do trabalho de outros deputados, atribuindo-a à falta de meios para a divulgação da atividade dos parlamentares. Ficou especialmente surpreendida e dececionada com a falta de visibilidade mediática quando o seu partido estava na oposição.

Para P5, a ambivalência em relação à exposição mediática manifesta-se na coexistência de uma indiferença desenvolvida ao longo dos já muitos anos de atividade política com um sentimento de penalização associado à invasão da sua vida privada. Expressa uma

distinção intransigente entre a sua individualidade enquanto pessoa e a atividade de deputado, rejeitando ser convertido em prisioneiro da função. Vê a exposição mediática como inerente à atividade política, que considera deve ser evitada por aqueles que temem a repercussão das suas posições. Entende que em política falar e ser ouvido têm o mesmo significado, sendo esta um domínio do espaço público. Admite sentir sempre alguma incerteza antes das suas intervenções por nunca saber como lhe irão correr.

**Tabela 10**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"A percepção da projeção dessa intervenção acabou por acontecer sempre à posteriori (...) nunca me senti exatamente condicionado por isso, não é uma coisa que eu sinta... que eu sinta como um peso quando falo."
<b>P2</b>	"Acontece muitas vezes afetar outras pessoas sendo que isso também nos preocupa a nós, portanto, terem outras pessoas que ser atingidas (...) seja família, amigos, os filhos, ou com o marido ou com a mulher. Seja como for, isso naturalmente é um constrangimento um pouco perturbador"
<b>P3</b>	"O nível de exposição é sempre muito maior e o nível de responsabilização é mais solitário, é uma atividade muito mais solitária"
<b>P4</b>	"Não convivo nada mal com a exposição pública. Acho que somos um povo muito pacífico nesse aspeto. Pronto, temos um maluquinho de vez em quando que diz coisas que ninguém quer ouvir..."
<b>P5</b>	"A circunstância de ter sido eleito muito novo, de ter vivido muito cedo os anos de mais intensa exposição mediática, contribuíram para que se desenvolvesse em mim uma certa indiferença a isso. Mas sempre que há essa visibilidade, sendo que não sou indiferente a ela, sinto-me penalizado".

### **Consciência da representatividade**

A consciência do carácter representativo da função é entendida por estes participantes como a essência da experiência de ser deputado e uma garantia da proporcionalidade do sistema democrático, embora com significados diferentes no âmbito das suas vivências pessoais e enquadramento ideológico e partidário.

Para P1, a consciência da representatividade está exclusivamente associada ao contexto da representação partidária, rejeitando qualquer plano individual de participação política e projetando a sua intervenção apenas num plano coletivo. A preocupação com a sua imagem individual é desvalorizada em função da eventual percepção de impreparação associada à imagem do partido. A percepção do sentimento de solidão no momento de intervir é relativizada pela rejeição de ser um trabalho exclusivamente individual ao contar com o apoio de preparação do coletivo.

Para P2, a representação parlamentar é o expoente máximo do sistema democrático e a essência da função de deputado, cujo principal objetivo é corresponder às expectativas das pessoas. Nessa perspectiva, entende que o exercício do mandato leva os deputados a procurar desenvolver novas competências mais adequadas ao desempenho da função.

Para P3, a proporcionalidade do sistema político é uma garantia de maior representação partidária, convicta da importância do parlamento como instrumento da pluralidade política. Vê a degradação do debate político parlamentar promovida pelas maiorias governativas através da instrumentalização da comunicação social como intencional para impedir a divulgação de projetos políticos alternativos. Exprime um sentimento de impotência face à ausência de perspectivas de aparecimento de outros mecanismos democráticos, mas que não a demove da determinação de continuar na atividade política, da qual tem uma perspectiva coletiva, convicta da necessidade das pessoas se empenharem nas diversas formas de participação no seu quotidiano. Expressa um sentimento de responsabilidade acrescida por integrar um coletivo que tem como principal objetivo a transformação da organização política e social.

P4 considera que a representatividade é condicionada pelo domínio da escolha dos candidatos pelas estruturas partidárias, defendendo a integração de mais independentes como forma de compensar a má imagem que os cidadãos possam ter dos partidos. Vê a representação parlamentar como um esforço dos deputados para acompanhar vários assuntos diferentes, defendendo a eleição de mais pessoas de outras áreas profissionais por entender que o Parlamento tem advogados a mais. Vê o papel de deputado como "ponte de informação" entre o Governo e as instituições, valorizando a sua função pedagógica para "acordar consciências". Expressa uma visão redutora do seu papel de deputada à auscultação dos destinatários das medidas que se encontram em processos legislativos.

Manifesta o desejo de contribuir para fazer a diferença através da alteração do modo de "funcionalismo" do Parlamento.

P5 vê a representação parlamentar como uma elite política legitimada pelo voto dos eleitores com responsabilidades acrescidas pela função que aceitaram, independentemente das qualidades individuais dos deputados, rejeitando qualquer sentimento de superioridade em relação aos seus pares. Valoriza a individualidade sobre os coletivos partidários, convicto da autonomia da função representativa do deputado em detrimento dos critérios de seleção com base exclusivamente nos percursos internos nos partidos, que considera prejudiciais à representatividade. Expressa a convicção esperançosa de que as suas posições individuais são representativas de uma parte da sociedade.

**Tabela 11**

<b>Variações Empíricas</b>	
<b>P1</b>	"Ao dizer o que estava a dizer estava não só a comprometer-me a mim, mas a comprometer também o grupo parlamentar e, em última instancia, (...) a imagem do partido e (...) a contribuir ou não (...) para atingir os objetivos que o partido define do ponto de vista da intervenção política pública e neste caso parlamentar".
<b>P2</b>	"O mandato de deputado é a representação que eu acho que é mais relevante do ponto de vista do sistema democrático".
<b>P3</b>	"A satisfação por não ter deixado que uma coisa tenha sido destruída (...) são momentos em que temos a certeza que há uma relação direta entre a razão porque aqui estamos, as pessoas que representamos e aquilo que conseguimos fazer (...). É quando as coisas têm sentido".
<b>P4</b>	"Temos que acompanhar assuntos todos muito diferentes, por isso é que também somos muitos deputados. Portanto, se no grupo de deputados onde somos eleitos houver mais pessoas com sensibilidades diferentes é mais fácil de abarcar e de representarmos (...) mais gente".
<b>P5</b>	"Os deputados representam sempre alguma coisa. Não podem é representar todos a mesma coisa, ou seja, a legitimidade partidária dos militantes de base e das estruturas intermédias. Porque o partido, ele próprio, é representativo de uma fatia considerável da sociedade, mas ele próprio não pode ter a pretensão de esgotar essa representatividade"

## **Discussão dos resultados**

A síntese dos significados psicológicos das experiências descritas pelos participantes revelou três estruturas que englobam os sentidos mais invariantes da experiência de ser deputado para os cinco participantes do estudo, embora do caráter individual e subjetivo das suas vivências tenham emergido diferenças significativas na forma como estes se articulam entre si.

A primeira prende-se com a relação entre os constituintes essenciais da *motivação para a participação política* e a *consciência da representatividade*, uma vez que é na representação parlamentar que estes sujeitos vêem a possibilidade de concretizar as suas aspirações de ampliar as formas de intervenção na comunidade através de medidas concretas no âmbito do processo legislativo. Embora motivações assentes em convicções de contribuir para o bem-comum e melhorar a sociedade estejam presentes nas três estruturas, a perceção da representatividade manifesta-se de forma diferente nos sujeitos.

No que respeita à motivação, entendida como um comportamento orientado para alcançar o poder, a intimidade da militância e a realização (Cottam et al, 2010), o desejo de ser eleitos sustentado na convicção de contribuir para melhorar a sociedade de acordo com as suas crenças e princípios manifestado pelos deputados deste estudo encontram ressonância nos motivos invocados por parlamentares do Reino Unido para o envolvimento na política (Kwiatkowski, 2012). Tal como aqueles, também os parlamentares portugueses se vêem a si próprios como agente dessa mudança, ou mesmo líder, como a participante 3 que integra um coletivo partidário que se bate pela transformação da organização política e social. A exceção surge com a participante 4 que afirmou ainda se interrogar sobre o que a motivou para a política.

Quanto à representatividade, enquanto a estrutura A reflete uma perspetiva genérica da representação como a essência do cargo de deputado e uma garantia da proporcionalidade do sistema democrático, na estrutura B está presente o mesmo entendimento, mas demarcado por uma posição ideológica de conceção da função representativa num quadro exclusivamente coletivo e partidário, do qual é banida qualquer possibilidade de posicionamento individual na atividade política.

Em contraponto com esta posição, o participante da estrutura C, com uma longa experiência parlamentar, revela um conflito entre a liberdade individual do deputado e a lógica da disciplina partidária, fundado na valorização das crenças e valores individuais como motivações para a atividade política refletida na conceção da representação parlamentar como uma elite política minoritária mandatada para corresponder aos interesses dos eleitores. Embora reconhecendo a posição coletiva da representação partidária, esta perspetiva é acentuada por um forte criticismo à organização interna dos partidos, cujos processos de legitimação dos candidatos baseados em critérios de percursos partidários são considerados prejudiciais à representatividade.

Idêntica crítica ao condicionamento da representatividade pelo domínio das escolhas dos candidatos pelas estruturas partidárias foi apontada pela participante 4, incluída na estrutura A, com a diferença de que admite como possível solução a integração de mais independentes nas listas como forma de compensar a má imagem pública dos partidos. Estes dois deputados integram, respetivamente, as bancadas do PS e do PSD, os dois partidos com maior representação parlamentar e que até à última legislatura, que terminou em 2015, eram considerados os do chamado "eixo da governação" por alternarem no exercício da função executiva.

As diferentes conceções expressas pelos participantes deste estudo quanto às dimensões da representação parlamentar encontram-se em ressonância com as particularidades na perceção dos parlamentares portugueses relativamente às lógicas da representatividade descritas numa perspetiva sociológica por Espírito-Santo & Lisi, 2015, citados num estudo etnográfico sobre o Parlamento português por Lopes & Frois et al, 2017. No que respeita ao conceito do foco de representação, relativo aos interesses dos eleitores, os sujeitos 2 e 3 da estrutura A e o da estrutura C revelam uma conceção congruente com as conclusões daqueles investigadores quanto ao entendimento da maioria dos deputados portugueses de que representam sobretudo a população em geral. Na parcela mais pequena, daqueles que se sentem representantes de outros setores específicos da sociedade, inclui-se o participante da estrutura B, deputado do PCP, cujo foco recai na representação do seu coletivo partidário, mas também a participante 4 da estrutura A que destaca a representatividade dos círculos eleitorais.

No âmbito das particularidades relativamente às lógicas da representatividade, também ao encontro das conclusões de que os deputados valorizam sobretudo a sua própria opinião,

evidencia-se no participante da estrutura C o conflito entre a valorização da liberdade individual do deputado e os critérios de obediência à disciplina partidária. No escalão seguinte, a opinião do partido é particularmente valorizada pelo participante da estrutura B, mas também pela participante 3 da estrutura A, deputada do Bloco de Esquerda, que manifesta igualmente uma perspectiva coletiva da política, embora concebida a partir das novas formas de participação em movimentos cívicos e sociais. Os outros dois participantes da Estrutura A, deputados do CDS e PSD, incluem-se no terceiro patamar de obediência às opiniões dos eleitores.

Em relação às críticas apontadas pelos participantes 4 e 5 quanto ao predomínio das lógicas partidárias nos processos de seleção dos candidatos, temos de voltar a socorrer-nos da sociologia política para compreender que nos sistemas eleitorais proporcionais, como o português, os deputados são eleitos em listas escolhidas pelas direções dos partidos dependendo destas para se recandidatar, o que pressupõe um dever de obediência às indicações do partido, como explicam vários autores nesta área (Freire & Viegas, 2009; Lopes & Freire, 2002; Sampaio, 2009).

Embora não tenham sido encontrados estudos em psicologia política sobre a consciência da representatividade, investigações neste domínio sobre o sistema eleitoral maioritário nos Estados Unidos apontam para o impacto negativo dos esforços individuais dos políticos para serem reeleitos na relação direta de confiança com o eleitorado (Bøggild, Troels, 2016). Da mesma forma, o enviesamento sistemático das perceções das elites políticas americanas sobre a opinião dos eleitores pode levar ao falhanço da representação democrática porque os políticos percebem mal os interesses daqueles que representam (Broockman & Skovron, 2017 e 2018).

Quanto às preocupações daqueles dois deputados relativamente aos critérios das escolhas partidárias, estas encontram eco, no âmbito da psicologia política, nas investigações realizadas no Reino Unido com o objetivo de determinar um modelo de seleção dos melhores candidatos a políticos que pudesse ser transversal a todos os partidos e áreas do governo e se refletisse nos resultados eleitorais (Silvester, 2012; Silvester & Dikes, 2007). Embora esse novo processo de recrutamento tenha sido encontrado e aplicado nas eleições de 2005, os seus autores não deixam de chamar a atenção para as dificuldades da seleção de candidatos políticos com perfis baseados em competências previamente definidas porque os resultados eleitorais dependem dos juízos individuais dos eleitores que são livres

de basear as suas decisões nos critérios em que mais se revêem. Por outro lado, como também salientam, a determinação desses critérios é dificultada pela escassa investigação sobre os conhecimentos, competências e capacidades requeridas para o bom desempenho da função de deputado.

A partir da interpretação de cada um dos sujeitos relativamente à dimensão da representatividade, da comparação das três estruturas sobressai também uma relação entre a vivência do *desgaste como dificuldade importante* e o sentimento de *ambivalência em relação à frustração*, na medida em que as condições de funcionamento e as características do trabalho parlamentar se conjugam no impacto, com as respetivas particularidades, nas experiências dos participantes.

No que respeita às dificuldades, são apontados pelos sujeitos incluídos na estrutura A aspetos como o desgaste físico e emocional causado quer pelos longos horários como pela irregularidade das rotinas com repercussões na vida pessoal e familiar, embora com diferentes repercussões nas vivências descritas. Para o participante 2, a distribuição irregular dos trabalhos ao longo da semana é sentida como um fator de desequilíbrio físico e emocional, que estende a toda a comunidade parlamentar onde se incluem os funcionários, assessores e também os jornalistas. Já as participantes 3 e 4, talvez por serem mulheres, são as únicas a destacar o impacto negativo destas condições no acompanhamento das filhas pequenas, agravado para a participante 4 que percorre diariamente longas distâncias para acompanhar o crescimento da filha. Ambas partilham a insatisfação com o funcionamento do Parlamento, embora com visões opostas quer quanto às condições como à substância do trabalho político.

Enquanto a participante 3 experiencia as condições do Parlamento como sendo "péssimas", decorrendo a sua principal frustração da degradação intencional do debate parlamentar e da desvalorização da essência dos problemas em função da relação de forças do jogo partidário, a participante 4 vê no Parlamento boas condições para trabalhar, resultando o seu descontentamento da convicção da inutilidade da maior parte da atividade parlamentar, cujas longas horas de debate atribui não à substancia política mas a "questões funcionais", que acredita poderem ser melhoradas através da alteração do regimento para limitar os tempos de discussão nas comissões especializadas.

Apesar das diferentes leituras das especificidades do quotidiano parlamentar, o impacto da tensão física e psicológica nas vivências destes deputados tem ressonância nas conclusões de vários estudos quanto à evidência de níveis mais elevados de stress entre os políticos do que em indivíduos com responsabilidades noutras áreas profissionais (Weinberg, 2012, 2003, 1993, 1992; Weinberg & Cooper-Thomas, 2003; Weinberg, Sutherland and Cooper, 2010). Em linha com os resultados dessas investigações, inscrevem-se as dificuldades de adaptação descritas pela participante 3 como um "choque físico violento" com manifestações psicossomáticas em dores de cabeça, náuseas e sensação de peso, mas também o transtorno causado pelas constantes deslocações aos deputados eleitos pelos círculos mais afastados de Lisboa, apontado como uma das principais dificuldades experienciadas pelo sujeito da estrutura B e pela participante 4 da Estrutura A, destacando ambos o impacto negativo nas relações familiares e vida pessoal.

Contudo, para o participante da estrutura B, a desvalorização do debate político é vivenciada como a grande dificuldade do quotidiano parlamentar, encarada com maior frustração e irritação do que o chumbo de iniciativas legislativas do seu partido.

Na estrutura C, o desgaste deste participante surge associado à vivência do quotidiano parlamentar com sentimentos de insatisfação e desmotivação que decorrem da perceção do desalento e apatia da vida política, do tratamento superficial de temas relevantes e da redução da função de deputado à execução de tarefas burocráticas hierarquicamente distribuídas. Para este participante, que se distancia da sua vivência concreta colocando-se num plano abstrato de conceptualização do papel do deputado, a oscilação entre sentimentos de compensação e de desmotivação vivenciados na sua longa permanência como parlamentar aparece associada à idealização do cargo pela valorização da autonomia de pensamento e de liberdade de expressão no interior da própria bancada. À frustração nos períodos em que não se revê no rumo do seu partido acresce um sentimento de desmoralização por se ver afastado do palco de intervenção política, contrariando a ideia defendida por Silvester & Cooper-Thomas, 2012, quanto ao predomínio das atitudes punitivas sobre os novos deputados como forma de obediência à disciplina partidária.

Os sentimentos de frustração decorrentes quer do facto destes deputados nem sempre conseguirem alcançar os objetivos a que se propõem através do debate político e da produção legislativa, como das dificuldades relacionadas com as especificidades do

quotidiano parlamentar, leva-os a procurar estratégias de compensação que lhes permita persistir nos propósitos que os levaram a querer ser eleitos.

Para os deputados da estrutura A, tanto a desmotivação causada pelo desgaste e pelos revezes na votação das propostas do seu partido, apontada pelo participante 2, como a frustração sentida pela participante 3 face à degradação do debate político percebida como intencional, são compensadas pela percepção da possibilidade de reversão dos desfechos legislativos proporcionada pelo próprio sistema democrático, bem como pela convicção da importância do Parlamento como garantia da proporcionalidade e da pluralidade política. Já a participante 4 incluída nesta estrutura, foi no exterior que encontrou uma forma de compensação para a falta de sentido experienciada no quotidiano parlamentar através da dedicação ao voluntariado. É também fora do Parlamento que o participante da estrutura C procura contrabalançar os sentimentos de frustração e desmoralização vivenciados no âmbito do seu quadro partidário, através de um maior investimento na vida familiar e noutros interesses profissionais.

Para o participante da estrutura B, a frustração com a desvalorização do debate político é compensada pela racionalização proporcionada pela crença nos objetivos do trabalho coletivo partilhada no seu grupo parlamentar, de cuja aceitação consensual poderá decorrer o sentimento de pertença indispensável para o seu reconhecimento da legitimidade do coletivo partidário sobre qualquer posicionamento singular, de acordo com a leitura estrutural-dinâmica sobre a génese e o desenvolvimento individual do poder proposta por Leal, em 1995.

Quanto ao constituinte *valorização da aprendizagem* verifica-se uma idêntica percepção dos sujeitos das estruturas A e B como sendo a única competência necessária para o desempenho da função. Em linha com as investigações sobre as formas de adaptação à função parlamentar (Silvester & Cooper-Thomas, 2012, Cooper-Thomas, 2015 ), foi valorizada a motivação para a aprendizagem permanente, quer através da observação e contacto com os outros parlamentares como do estudo dos temas, ou do aprofundamento de estudos académicos como fez o participante 2, a par da valorização dos conhecimentos decorrentes das experiências profissionais anteriores. O conhecimento e a experiência adquiridos por estes participantes prende-se com a assertividade, eficácia e clareza do discurso político, incluindo capacidades de coordenação, trabalho em equipa e confiança interpessoal, em ressonância com algumas das capacidades identificadas em estudos

realizados no Reino Unido para determinar as competências fundamentais para o exercício da função de deputado (Silvester, 2012; Silvester & Dykes, 2007).

Na estrutura C, mais do que as competências é valorizada a diversidade na representação parlamentar, sendo apontada como preocupação fundamental a capacidade de eleição de pessoas com reconhecida autonomia de pensamento e voz própria em detrimento das lógicas das estruturas partidárias. Esta perspectiva vai ao encontro de uma das competências identificadas por aqueles investigadores no que respeita às convicções políticas de que decorre o compromisso com os princípios do partido e do serviço público, aliado à integridade e coragem para defender as suas crenças. Nas vivências descritas pelos participantes identificam-se também algumas das características para a progressão na atividade parlamentar descritas por Kwiatkowski, 2012, relativas à valorização das convicções políticas, crenças, história pessoal, reconhecimento como representante de um grupo, ser noticiado e ter visibilidade.

Estes últimos fatores estão interligados com o constituinte relativo à *ambivalência em relação à exposição mediática* que é comum a todas as estruturas. Embora todos os participantes considerem a exposição pública como natural e inerente ao exercício de funções políticas, exprimem de forma geral a vivência de algum desconforto quando sentida como uma intrusão com implicações na vida pessoal e familiar. A gestão da visibilidade da atividade destes deputados prende-se não só com as suas necessidades pessoais de marcar presença na comunicação social mas também com os interesses de benefício geral dos seus partidos, alvo de particular preocupação para o participante da estrutura B que sente o impacto das suas intervenções com uma responsabilidade acrescida pela associação à imagem do partido. A relação entre uma maior proeminência mediática e o aumento da atividade parlamentar encontrada por investigadores quer da área da psicologia (Cooper-Thomas, 2015) como da comunicação (Cohen, Tsfati & Sheafer, 2008) apontam para essa linha ténue entre os prós e contras da exposição mediática que pode remeter o deputado para uma posição de invisibilidade, pondo até em causa a sua reeleição, ou catapultando-o para o palco mediático ofuscando colegas com mais experiência, o que pode da mesma forma ser prejudicial à sua imagem e carreira.

## Conclusões

Neste estudo sobre a experiência de ser deputado concluiu-se que embora se tenha verificado a partilha de alguns constituintes essenciais nas vivências dos participantes, estes não são suficientes para se poder considerar que existe uma estrutura comum das suas experiências em resultado das diferenças que emergiram das particularidades descritas.

Dessas diferenças sobressai a relação dos constituintes essenciais da *motivação para a participação política* com a *consciência da representatividade*, na medida em que espelha os princípios orientadores da vontade dos indivíduos terem um papel ativo na resolução dos problemas da sociedade, consubstanciados na oportunidade de materialização de decisões no âmbito da representação parlamentar.

A análise dos resultados revela também a existência de uma relação entre a vivência do *desgaste como dificuldade importante* e o sentimento de *ambivalência em relação à frustração*, em que a conjugação dos fatores orgânicos e funcionais com a natureza do trabalho parlamentar, que inclui o debate político e a elaboração das leis, é transversal a todos os sujeitos embora com relevância e significados diferentes nas suas experiências individuais.

Verifica-se, no entanto, a existência de um sentimento comum marcado pela insatisfação, que em alguns casos pode mesmo atingir a frustração, por não conseguirem realizar nem coletivamente nem individualmente os objetivos que levaram estes sujeitos a querer ser deputados.

O desgaste apontado como a grande dificuldade no exercício da função aparece não só associado às condições e características do trabalho parlamentar analisadas neste estudo, com o conseqüente impacto na vida pessoal e familiar, mas também como resultado da tensão psicológica resultante do esforço destes participantes para contornar o sentimento de insatisfação através da procura de diversas estratégias de compensação.

A resiliência resultante dessas estratégias está subjacente à vontade expressa por todos os participantes deste estudo de perseverar no propósito maior que os levou à atividade política e continuar a protagonizar a defesa das suas crenças e convicções no âmbito do sistema democrático e da representação parlamentar.

Constituindo as questões que se prendem com a consciência da representatividade uma lacuna na investigação em psicologia política, não só em Portugal, aponta-se a pertinência de futuros estudos nesta área para aprofundar a relação causa-efeito entre a desconfiança do eleitorado e o enviesamento da perceção dos políticos sobre as expectativas dos eleitores.

Em linha com a ideia defendida por vários autores, conclui-se que existe também necessidade de se aprofundarem estudos psicológicos com vista a ampliar a compreensão da atividade dos políticos em geral, sugerindo-se a pertinência de examinar mais detalhadamente alguns dos sentimentos e emoções experienciados pelos deputados no desempenho dos seus cargos. A análise de estados emocionais como a ansiedade, quer face às responsabilidades do trabalho quotidiano como à contingência de deixar de ser deputado, o sentimento de solidão e o medo de falhar, bem como a satisfação ou frustração com os resultados diários do trabalho parlamentar, poderia fornecer pistas importantes sobre a auto consciência dos agentes políticos relativamente aos cargos que ocupam.

## Referências Bibliográficas

- Abbagnano, Nicola (1985). *História da Filosofia*. Editorial Presença, Lisboa, Portugal.
- Arendt, Hannah (2006). *Entre o passado e o futuro*. Relógio d'Água Editores, Lisboa, Portugal.
- Arendt, Hannah (2007). *A Promessa da Política*. Relógio d'Água Editores, Lisboa, Portugal.
- Arendt, Hannah (2001). *A Condição Humana*. Relógio d'Água Editores. Lisboa, Portugal.
- Bagault, Céline (2013). Hannah Arendt: L'impasse de la modernité. In *Les Grands Dossiers des Sciences Humaines*, n° 30. Sciences Humaines Éditions, Paris, France.
- Beauvoir, S. (2008) *O existencialismo e a sabedoria das nações*. Esfera do Caos Editores. Lisboa
- Bøggild, Troels (2016). *How Politicians' Reelection Efforts Can Reduce Public Trust, Electoral Support, and Policy Approval*. *Political Psychology*. Dec2016, Vol. 37 Issue 6, p901-919. 19p.
- Broockman, David E. & Skovron, Christopher (2018). *Bias in Perceptions of Public Opinion among Political Elites*. *American Political Science Review*; Aug2018, Vol. 112 Issue 3, p542-563, 22p
- Broockman, David E. & Skovron, Christopher (2017). *Conservative Bias In Perceptions of Public Opinion Among American Political Elites*. Working Papers (Faculty) -- Stanford Graduate School of Business. Mar2017, preceding p1-59. 60p.
- Braud, Philipe (1982). *Introdução à Ciência Política*. Editorial Notícias, Lisboa, Portugal.
- Cohen, Jonathan; Tsafri, Yariv; Tamir Sheaffer (2008). *The influence of presumed media influence in politics*. In: *Public Opinion Quarterly*, Vol. 72, N° 2, 2008. American Association for Public Opinion Research, USA.
- Cooper-Thomas, Helena (2015). *Becoming an MP*. In: *The Psychologist*, Vol. 28, N° 5, 2015. UK: British Psychological Society.
- Cottam, Martha L.; Dietz-Uhler, Beth; Mastors, Elena & Preston, Thomas (2010). *Introduction to Political Psychology*. New York, NY: Psychology Press
- Dortier, Jean-François (2013). Karl Marx: Capital et travail. In *Les Grands Dossiers des Sciences Humaines*, n° 30. Sciences Humaines Éditions, Paris, France.
- Fonseca, Teresa (2011), coordenadora. *O Parlamento de Portugal*. Assembleia da República – Divisão de Edições. Lisboa. Portugal.
- Freire, André & Viegas, José Manuel Leite, Org. (2009). *Representação Política. O caso português em perspetiva comparada*. Sextante Editora. Lisboa, Portugal

- Gonçalves, Miguel M. & Gonçalves, Óscar F. (1995). Funções políticas do conceito de identidade: A psicologia, o self e o poder. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL. Lisboa, Portugal.
- Hartley, Jean (2012). Political leadership and its development. *In: The psychology of politicians*. Weinberg, Ashley (Ed.); New York, NY, US: Cambridge University Press.
- Langdridge, Darren (2007). *Phenomenological Psychology. Theory, Reserach and Method*. Pearson Education Limited, Edinburgh, England.
- Leal, Isabel (1995). O Poder: Proposta para uma análise estrutural-dinâmica. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL. Lisboa, Portugal.
- Lopes, Fernando Farelo & Freire, André (2002). *Partidos políticos e sistemas eleitorais*. Celta Editora. Oeiras, Portugal
- Lopes, Daniel Seabra; Frois, Catarina; Mineiro, João; Carvalheira, Raquel; Moreira, Ricardo Gomes & Bento, Sofia (2017). O Parlamento por dentro. *In O Estado por dentro. Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa, Portugal.
- Maximiano, Ricardo (1995). PS e PSD: Que diferença? Atitudes políticas face à intervenção do Estado. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL, Lisboa.
- Potes, Ana (1995). Comportamento partidário: Uma aplicação da Teoria da Acção Racional. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL. Lisboa, Portugal.
- Silvester, Jo (2012). Recruiting politicians: designing competency-based selection UK parliamentary candidates. *In: The psychology of politicians*. Weinberg, Ashley (Ed.); New York, NY, US: Cambridge University Press.
- Sousa, Elizabeth; Potes, Ana & Valério, Francisca (1995). Atitudes socio-políticas e intenção de voto: Restrições à aplicabilidade da Teoria de Acção Racional. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL. Lisboa, Portugal.
- Kwiatkowski, Richard (2012). Politicians and power: MPs in the UK parliament. *In: The psychology of politicians*. Weinberg, Ashley (Ed.); New York, NY, US: Cambridge University Press.
- Reale, Giovanni (1974). *Introdução a Aristóteles*. Edições 70, Lisboa, Portugal.
- Reto, Luís & Nunes, Francisco (1995). Para um modelo do estudo da abstenção eleitoral em Portugal: um estudo exploratório. *In Análise Psicológica*, nº 4. ISPA, CRL, Lisboa, Portugal.
- Sampaio, Nuno (2009). *O sistema eleitoral português*. Alêtheia Editores. Lisboa, Portugal

Weinberg, Ashley (2012). Should the job of national politicians carry a government health warning? The impact of psychological strain on politicians. *In: The Psychology of Politicians*. Weinberg, Ashley (Ed.); New York, NY, US: Cambridge University Press.

Weinberg, Ashley (2012). The Psychology of Politicians. *In: The Psychology of Politicians*. Weinberg, Ashley (Ed.); New York, NY, US: Cambridge University Press.

Weinberg, Ashley (2003). Stress among national politicians elected to parliament for the first time. *In Stress and Health* 19 (pp 111-117): Journal of the International Society for the Investigations of Stress. UK.

## **Anexos**

### **Anexo 1: Consentimento informado**

#### **Consentimento Informado**

Eu, Carla Ferraz Alves, aluna do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica no Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário, estou a realizar a minha tese de Mestrado sobre o tema “A Experiência de ser deputado – Uma abordagem fenomenológica-existencial”.

Com este estudo pretende-se investigar quais são os fatores comuns às vivências pessoais de deputados de cinco partidos com assento na Assembleia da República, bem como quais as motivações e expectativas sobre os resultados da sua ação.

A participação implica a realização de uma entrevista não dirigida de cerca de 45 minutos, completamente confidencial e anónima. O entrevistado tem o direito a qualquer momento, durante ou mesmo depois de ter participado, de poder desistir.

Este trabalho decorre sob orientação do Prof. Dr. Daniel Sousa.

Declaro que aceito participar neste estudo

## Anexo 2: Transcrição e análise das entrevistas

### Transcrição e análise - P1

Texto Original	Descrição das unidades de significado	Significado Psicológico
<p><b>1. P:</b> Gostava que me falasse da sua experiência como deputado, incluindo as motivações para a política, as competências, se pensa que existem competências específicas para o exercício do mandato de deputado, as expectativas, as dificuldades e eventuais frustrações nesta função.</p> <p><b>R:</b> Do ponto de vista pessoal, o exercício destas funções nunca foi alguma coisa que eu programasse ou perspectivasse fazer na minha vida.</p>	<p><b>1.</b> P1 declara que vir a exercer a função de deputado nunca fizera parte dos seus planos de vida.</p>	<p><b>1+2</b> Atividade não programada nem perspectivada até ser convidado para trabalhar na AR</p>
<p><b>2.</b> Nunca tinha tido essa perspetiva, aliás, nunca tinha sequer tido um particular interesse pela vida parlamentar até ao momento em que vim para o gabinete de apoio parlamentar da Assembleia da República, depois de ter sido desafiado para isso na altura pela direção da JCP, ainda estava integrado na JCP quando vim para o gabinete de apoio.</p>	<p><b>2.</b> P1 reafirma que nunca tinha planeado vir a ser deputado e declara que nem tinha grande interesse pela atividade parlamentar.</p> <p>Afirma que o seu interesse pelo Parlamento só aconteceu por ter sido convidado para ser assessor no gabinete de apoio parlamentar do PCP pela direção da JCP, a organização juvenil do partido cujos órgãos integrava.</p>	
<p><b>3.</b> Encarei, quer a vinda para o grupo parlamentar como assessor, quer o desafio que me foi proposto mais tarde de integrar as listas com a perspetiva de poder ser eleito, como</p>	<p><b>3.</b> P1 afirma que o facto de ter sido convidado para ser assessor do grupo parlamentar e mais tarde para integrar as listas do</p>	<p><b>3</b></p> <p>Aceitação do convite para ser deputado com a mesma naturalidade</p>

<p>encarei praticamente todas as outras funções e todas as outras tarefas que desempenhei do ponto de vista partidário. Portanto, tendo-me sido proposto pelo partido e eu não tendo nenhuma limitação do ponto de vista da minha vida pessoal, nada que me impedisse de o fazer, encarei e continuo a encará-lo exatamente da mesma maneira, no dia em que o meu partido disser que precisam de mim para outra coisa, ou que já não me querem cá, encaro isso exatamente com a mesma naturalidade.</p> <p>Aliás, espero ainda voltar a exercer a advocacia e que não seja de preferência daqui por muito mais tempo. Mas encarei isso, como digo, como encarei todas as outras tarefas que fui desempenhando ao longo da minha vida.</p>	<p>partido num lugar de possível eleição foi encarado por si com a mesma normalidade com que encarou todas as outras funções e tarefas que já tinha desempenhado no partido.</p> <p>Afirma encarar com o mesmo desprendimento a possibilidade de o seu partido o vir a dispensar do Parlamento ou o destacar para outras funções.</p> <p>Manifesta o desejo de voltar a exercer a advocacia, preferencialmente num curto espaço de tempo.</p> <p>Reafirma que encarou o cargo de deputado com a mesma naturalidade com que desempenhou todas as outras tarefas ao longo da sua vida.</p>	<p>de outras funções que já tinha desempenhado no partido.</p> <p>Desprendimento face à possibilidade do partido o dispensar do Parlamento e destacar para outras funções.</p> <p>Desejo de voltar a exercer a advocacia em breve.</p>
<p><b>4. P:</b> Qual foi a sua motivação para a política?</p> <p><b>R:</b> A política sempre foi uma coisa com a qual eu convivi, desde pequeno, em casa, com os meus pais, com o meu avô materno, a discussão política sempre foi uma coisa muito presente, obviamente que durante muitos anos era coisa de que eu ouvia falar mas na qual não me envolvia.</p>	<p><b>4.</b> Questionado sobre a sua motivação para a política, P1 relata que a discussão política sempre foi, desde a infância, um tema muito presente no seio da família, entre os pais e o avô materno.</p> <p>Contudo, afirma que durante muitos anos não se envolveu.</p>	<p><b>4+5</b></p> <p>A política foi um tema sempre presente desde a infância.</p> <p>Começou a sentir-se motivado para as questões políticas na Escola Secundária.</p>

<p>5. O estímulo maior e o envolvimento acabou por surgir já na Escola Secundária a propósito do envolvimento na associação de estudantes e na vida da escola, nas reivindicações dos estudantes que na altura íamos assumindo na organização e no espaço da escola e nas atividades dos alunos que motivaram depois a integração na associação de estudantes e, portanto, foi aí que comecei a envolver-me mais e a preocupar-me mais com as questões políticas.</p>	<p>5. P1 declara que foi na Escola Secundária que começou a envolver-se e a preocupar-se mais com as questões políticas.</p> <p>Relata que o maior estímulo surgiu com o envolvimento nas reivindicações dos estudantes sobre o espaço e as atividades da escola, o que resultaria na sua integração da associação de estudantes, o que o levaria a outro nível de envolvimento com as questões políticas.</p>	
<p>6. Obviamente que a partir do momento em que defini ideologicamente e partidariamente as minhas preferências, e que decidi fazê-lo com uma perspectiva de poder ter uma intervenção mais ativa, obviamente que a partir daí a política, as preocupações políticas e a necessidade de intervenção política passou a ser uma constante. Portanto, é coisa que, mesmo sem estas tarefas parlamentares, nunca deixaria de ter, uma atividade política no quadro da minha militância partidária e também fora dela. A política não se faz só dentro dos partidos, portanto, eu teria sempre, independentemente destas funções que agora exerço, essa atividade partidária.</p>	<p>6. P1 admite que definiu as suas preferências ideológicas e partidárias com o objetivo de ter uma intervenção política mais ativa, preocupação que passou a ser constante na sua vida.</p> <p>Afirma que mesmo que não exercesse a função de deputado nunca deixaria de ter uma atividade política, não só como militante mas também fora do partido.</p> <p>Contudo, embora afirme que a política não se faz só dentro dos partidos, garante que independentemente do exercício das funções de deputado teria sempre</p>	<p><b>6+7+8</b></p> <p>Escolha ideológica e partidária com o objetivo de ter uma intervenção política ativa, como militante, mas também fora do partido.</p> <p>Mesmo não sendo deputado, teria sempre atividade política e partidária.</p> <p>Empenho em intervir nas questões de âmbito local ou nacional com implicações no seu quotidiano.</p>

	atividade partidária.	
<p><b>7.</b> Em termos de motivação para isto, há um elemento que é decisivo que é sempre ter tido preocupação, sempre ter feito questão de dar a minha opinião e o meu contributo naquilo que à minha vida diz respeito e obviamente no quadro em que faço a minha vida, seja ao nível mais local, seja ao nível mais nacional, seja nas questões mais isoladas e mais concretas em relação à minha profissão, ou anteriormente em relação à minha condição de estudante, seja a um nível mais alargado enquanto munícipe de um determinado concelho.</p> <p>A ideia da participação cívica e da participação enquanto cidadão foi sempre o móbil mais relevante em relação à minha participação política.</p>	<p><b>7.</b> P1 considera que para a sua motivação para a política também foi decisivo o facto de sempre ter feito questão de manifestar as suas opiniões e de ter um papel ativo no que diz respeito à sua vida no âmbito das circunstâncias locais ou nacionais em que esta se desenrola.</p> <p>Exemplifica apontando vários contributos, desde questões mais concretas relacionadas com a sua profissão de advogado, às mais recuadas no tempo relacionadas com a condição de estudante, passando por um nível mais abrangente enquanto munícipe de um concelho.</p> <p>Realça a ideia da participação cívica enquanto cidadão como o motivo mais relevante para a sua participação na política.</p>	<p>A intervenção cívica foi o motivo mais relevante para a sua participação política ativa.</p> <p>O enquadramento partidário e a identidade ideológica levaram-no a ter de intervir em áreas que nunca tinha considerado, mas das quais acabou por vir a gostar.</p>
<p><b>8.</b> Obviamente que o meu enquadramento partidário e a minha identidade ideológica, digamos assim, contribuem depois para que a minha intervenção também seja, até em alguns campos que estaria longe de considerar que algum dia poderia ter alguma intervenção política. Acabei por assumi-los também, particularmente em algumas áreas para as quais achei que nunca teria</p>	<p><b>8.</b> P1 admite que o seu enquadramento partidário e identidade ideológica o levaram a ter uma intervenção política em algumas áreas que nunca tinha considerado.</p> <p>Reconhece que acabou por assumir essas áreas mais</p>	

<p>que puxar pela cabeça para pensar em algumas coisas que não têm que ver com a minha vivencia mais direta e, portanto, são coisas mais afastadas da minha vivencia direta, com as quais acabei por ter que lidar e em relação às quais acabei por ter que intervir com algum gosto, gosto esse que ainda mantenho hoje.</p>	<p>afastadas da sua vivência direta, sobre as quais nunca pensou que teria de puxar pela cabeça, acabando por vir a gostar de intervir sobre algumas delas.</p>	
<p><b>9.</b> Portanto, não há nenhum fator de motivação, com exceção deste da dimensão da participação cívica, da participação enquanto cidadão nas decisões que me dizem respeito, não há nenhum fator individual que oriente ou que norteie a minha intervenção política, ela resulta daquilo que é a consideração coletiva no quadro partidário, ou outro, mas ainda assim coletiva, em que acabe por me integrar.</p> <p>Fosse ao nível da associação de estudantes, fosse ao nível do ensino superior ou de outro tipo de participação que tive enquanto estive na faculdade, a minha participação política acabou por ter sempre um enquadramento coletivo, fosse ele de maior ou menor dimensão, fosse ele de natureza partidária ou não.</p>	<p><b>9.</b> P1 rejeita qualquer fator de motivação individual para a sua intervenção política e volta a sublinhar que esta decorre apenas da participação cívica enquanto cidadão nas questões que lhe dizem respeito.</p> <p>Afirma que a sua intervenção política resulta da consideração coletiva no quadro partidário, ou outro, mas sempre coletivo, em que acabe por se integrar.</p>	<p><b>9+10+11</b></p> <p>Rejeição de qualquer motivação individual para a participação política.</p> <p>Intervenção política só é considerada no âmbito do quadro partidário ou de outro coletivo.</p> <p>Reconhecimento do seu contributo individual subordinado à ideia de ação política apenas integrada num coletivo.</p> <p>Nunca teve qualquer plano de intervenção política isolado de uma consideração coletiva.</p>
<p><b>10. P:</b> Não sente, portanto, a sua contribuição individual para essa participação?</p> <p><b>R:</b> Sinto sempre a minha contribuição como individual mas</p>	<p><b>10.</b> Questionado sobre o papel da sua contribuição individual na participação política, P1 reconhece o seu contributo como individual, mas sempre</p>	

<p>sempre integrada num coletivo, ou seja, eu procuro sempre individualmente refletir sobre as coisas e contribuir com a minha reflexão pessoal, com a minha reflexão própria, mas nunca tive um plano qualquer de intervenção política em que fizesse isso isoladamente de uma outra consideração coletiva, fosse com um grupo de amigos, fosse no quadro do meu grupo de amigos com quem me juntei para fazer uma lista para a associação de estudantes em Évora, fosse na faculdade quando me envolvi com um grupo de estudantes que já na altura estava organizado para a instalação do núcleo de estudantes de direito, fosse no quadro de intervenção na JCP ou no PCP.</p>	<p>integrado num coletivo.</p> <p>Afirma que procura sempre refletir individualmente sobre as questões e contribuir com a sua reflexão própria, mas rejeita ter tido alguma vez qualquer plano de intervenção política isolado de uma consideração coletiva.</p> <p>Aponta como exemplos dessa participação coletiva desde o quadro de amigos com quem se juntou para fazer uma lista à associação de estudantes na Escola Secundária, ao grupo de estudantes em que se integrou para a instalação de um núcleo na faculdade de direito, até à intervenção no quadro da JCP e do PCP.</p>	
<p><b>11.</b> A minha participação política nunca resultou exclusivamente da minha vontade pessoal e da minha intervenção individual. Surge sempre enquadrada coletivamente, seja em círculos maiores ou menores, seja em círculos de amigos com quem às vezes até há alguma divergência do ponto de vista político e ideológico, seja num quadro ideologicamente mais homogéneo como é o caso da JCP ou do PCP. Portanto, a minha intervenção política nunca foi uma coisa isolada e individualmente concretizada, foi sempre integrada num espaço mais alargado do que o da minha própria pessoa.</p>	<p><b>11.</b> P1 declara que a sua participação política nunca resultou exclusivamente da sua vontade pessoal nem da sua participação individual.</p> <p>Insiste que a sua intervenção política surgiu sempre enquadrada coletivamente, desde círculos de amigos onde admite haver por vezes algumas divergências políticas e ideológicas, ao quadro ideologicamente mais homogéneo como a</p>	

	JCP e o PCP.  Reafirma que nunca foi um ato isolado e individualmente concretizado, mas sempre integrado num espaço mais alargado do que o da sua própria pessoa.	
<p><b>12.</b> Em relação à questão das competências, julgo que há, como em tudo, um processo de aprendizagem que se faz no exercício destas funções.</p> <p>Obviamente que há quem tenha o trabalho já mais facilitado. No meu caso por exemplo, tendo já a experiência do que era o trabalho parlamentar antes de ser deputado, obviamente que comecei a exercer funções com alguns passos já dados, pelo menos da compreensão do funcionamento da Assembleia da República, na compreensão da intervenção parlamentar e, portanto, com alguma vantagem em relação a outros que não tendo essa experiência acabam por ter que fazer essa aprendizagem num ponto mais recuado.</p> <p>Julgo que a resposta que posso dar a isto é exclusivamente fruto da minha experiência e admito que noutro enquadramento, sobretudo no enquadramento de outro grupo parlamentar, essa experiência seja radicalmente distinta.</p>	<p><b>12.</b> Quanto às competências para ser deputado, P1 considera que estas decorrem sobretudo do processo de aprendizagem no exercício das funções.</p> <p>Reconhece que, no seu caso, esse processo foi facilitado pela experiência adquirida sobre o funcionamento do parlamento no seu trabalho prévio enquanto assessor, o que lhe conferiu alguma vantagem em relação a outros deputados em início de funções.</p> <p>Admite que enquadrado noutro grupo parlamentar essa experiência pudesse ser muito diferente.</p>	<p><b>12+13</b></p> <p>A capacidade de aprendizagem no exercício das funções é a única necessária.</p> <p>A experiência anterior como assessor deu-lhe alguma vantagem em relação a outros novos deputados.</p> <p>A única competência que se exige para ser deputado é a capacidade de reconhecer que não se sabe e de aprender.</p>
<p><b>13.</b> Da minha experiência integrada no grupo parlamentar do PCP, obviamente que ao longo destes anos fui confrontado com muita coisa que não sabia, tive que estudar, tive que</p>	<p><b>13.</b> P1 afirma que a única competência que se exige para ser deputado é a capacidade de aprender, de reconhecer que não se sabe</p>	

<p>aprender, e acho que essa é a única competência que se exige, a capacidade de aprender e sobretudo de reconhecer que não se sabe quando tem que se aprender, quando tem que se aprender alguma coisa porque temos que intervir sobre alguma área que não dominamos, que não conhecemos ou que conhecemos mal, é preciso mesmo reconhecer isso e ter a capacidade de aprender.</p>	<p>e ter a capacidade de aprender para intervir sobre as matérias que não se dominam.</p> <p>Dá como exemplo a sua experiência no grupo parlamentar do PCP, onde ao longo dos anos foi confrontado com várias matérias que desconhecia tendo que as estudar e aprender para poder intervir sobre matérias que não dominava.</p>	
<p><b>14.</b> O resto, em termos daquilo que são os critérios que eu julgo que talvez sejam comuns a todos os deputados, aquilo que tem que ver com a eficácia da intervenção, a assertividade da intervenção, a clareza da mensagem, a eficácia com que se transmite a mensagem, com que se assume posição, com que se confronta argumentos, julgo que isso tudo acaba por ser o resultado da capacidade de aprendizagem com o passar do tempo, e isso é uma aprendizagem que é permanente, vamos sempre aprendendo alguma coisa. Alguma aprendizagem fazemo-la observando deliberadamente os outros e procurando confrontar a nossa intervenção com a intervenção dos outros e procurando também com a experiência dos outros aperfeiçoar a nossa própria intervenção.</p>	<p><b>14.</b> P1 considera que os critérios que talvez sejam comuns a todos os deputados - eficácia e assertividade da intervenção, transmissão da mensagem, forma como se assume uma posição e se confrontam argumentos - decorram dessa capacidade de aprendizagem permanente.</p> <p>Admite que alguma dessa aprendizagem é feita através da observação deliberada uns dos outros e do confronto das suas intervenções, procurando com a experiência dos outros aperfeiçoar a própria intervenção.</p>	<p><b>14+15+16</b></p> <p>A capacidade de aprendizagem permanente proporciona os critérios comuns ao desempenho dos deputados - eficácia e assertividade da intervenção, clareza de posições na confrontação de argumentos.</p> <p>Parte da aprendizagem faz-se pela observação das intervenções e experiências dos outros deputados.</p>
<p><b>15.</b> Outras vezes é uma aprendizagem que é feita de sobressalto por força das exigências</p>	<p><b>15.</b> P1 afirma que, outras vezes, essa aprendizagem é feita de sobressalto e com</p>	<p>Outras vezes, é acelerada em função das necessidades de</p>

<p>que estas funções têm, em particular num grupo parlamentar mais pequeno, há uma exigência de maior rapidez nessa aprendizagem porque somos chamados a intervir com maior frequência, somos chamados a intervir com menos apoio e menos retaguarda que nos grupos parlamentares maiores, temos que fazer essa aprendizagem de forma mais acelerada. O que por vezes complica, de alguma forma, alguma gestão do tempo e gestão de recursos.</p>	<p>maior rapidez por força da exigência das funções, em particular num grupo parlamentar mais pequeno como o seu, no qual os deputados têm de intervir com mais frequência e com menos apoio de retaguarda que nos grupos parlamentares maiores.</p> <p>Reconhece que essa necessidade de aprendizagem mais acelerada por vezes complica a gestão do tempo e dos recursos.</p>	<p>resposta a questões imediatas, o que complica a gestão do tempo e dos recursos.</p> <p>A aprendizagem acelerada tem implicações na organização do tempo e nos critérios de exigência da intervenção dos deputados.</p>
<p><b>16.</b> Uma coisa é a gente ter condições para planificar o trabalho que vai fazer, para definir um plano de trabalho e cumpri-lo, outra coisa é fazer isso tudo e de repente surgir uma coisa qualquer à qual temos que dar resposta, que é urgente e prioritária, e temos que parar aquilo que estávamos a fazer e reconstruir um plano de urgência para responder a essa questão que surgiu e que é urgente, com tudo o que isso implica de sobressalto na organização do tempo e de exigências redobradas em todos aqueles critérios que referi em relação à nossa intervenção.</p>	<p><b>16.</b> P1 aponta as implicações da diferença entre ter condições para planificar, definir e cumprir um plano de trabalho, ou ter que reconstruir um plano de urgência para dar resposta prioritária a uma qualquer questão que surja subitamente, no sobressalto da organização do tempo e no redobrar das exigências nos critérios referidos em relação à intervenção dos deputados.</p>	
<p><b>17. P:</b> Quando fala em dar respostas, trata-se de dar uma resposta pública a uma determinada questão. Como é que sente essa necessidade de exposição pública?</p> <p><b>R:</b> Acho que há um elemento... não tenho isto muito bem pensado para lhe dar uma resposta, para dizer isto</p>	<p><b>17.</b> Questionado sobre como se sente com a exposição pública decorrente das suas intervenções como deputado, P1 começa por reconhecer que não tem uma resposta muito bem pensada para esta questão, admitindo poder vir a</p>	<p>(17)</p> <p>Reconhece falta de reflexão prévia sobre o sentimento face à exposição pública.</p>

<p>que vou dizer com muita certeza... se calhar se surgir alguma contradição ao longo do discurso tem que ver com isto... eu de alguma forma, não sei como nem porquê, parece-me que o mais acertado talvez seja dizer que isto é uma coisa natural, sinto que me abstraio disso, sinto que me abstraio da projeção pública que tem aquilo que digo, ou seja, quando estou a fazer uma intervenção no plenário ou numa comissão, ou quando estou a prestar declarações à comunicação social, não estou propriamente condicionado com o facto daquelas declarações terem uma ampliação depois mediática, em alguns casos acentuada, e acabo sempre por me surpreender por isso mesmo.</p>	<p>surgir alguma contradição ao longo do discurso.</p> <p>Declara depois que lhe parece mais acertado dizer que é algo natural, que se abstrai da projeção pública daquilo que diz quando intervém em plenário ou numa comissão, ou quando presta declarações à comunicação social.</p> <p>Afirma que não se sente propriamente condicionado pelo facto das suas declarações terem uma ampliação mediática por vezes acentuada, admitindo que acaba por se surpreender com esse facto.</p>	<p>Admite a possibilidade de ser contraditório ao considerar mais acertado dizer que é algo natural, que se abstrai da eventual projeção pública das suas intervenções ou declarações.</p> <p>Não se sente condicionado pela possibilidade de ampliação mediática das suas declarações e fica surpreendido quando isso acontece.</p>
<p><b>18.</b> Houve uma experiência com uma comissão de inquérito que integrei que teve de facto uma projeção mediática muito significativa e o resultado disso foi receber centenas de e-mails, pessoas que me interpelavam na rua por causa da comissão de inquérito sobre alguma coisa que tinha dito ou que se tinha passado, alguma coisa que as pessoas achavam que devia perguntar ou devia dizer. A percepção da projeção dessa intervenção acabou por acontecer sempre à posteriori, portanto, eu nunca me senti exatamente condicionado por isso, não é uma coisa que eu sinta... que eu sinta como peso quando falo.</p>	<p><b>18.</b> P1 relata, como exemplo, a experiência de uma comissão de inquérito que integrou e que teve uma grande projeção mediática.</p> <p>Como resultado dessa projeção, afirma que recebeu centenas de e-mails e que foi interpelado por pessoas na rua a comentar as suas intervenções ou a opinar sobre o que devia dizer ou perguntar.</p>	<p><b>18+19+20</b></p> <p>Da experiência de participação numa comissão de inquérito com grande mediatismo, só se apercebeu dessa projeção posteriormente, quando interpelado por centenas de pessoas a comentar as suas intervenções.</p> <p>A percepção do impacto</p>

	<p>Afirma que a percepção da projeção dessa intervenção aconteceu sempre posteriormente, rejeitando que se sentisse condicionado quando intervém.</p>	<p>foi geradora de alguma insegurança sobre a qualidade das suas intervenções corresponder ou não às expectativas dos cidadãos.</p>
<p><b>19. P:</b> O que é que sentiu depois, à posteriori, nessa experiência que descreveu? Como é que se sentiu ao perceber que tinha tido esse impacto?</p> <p><b>R:</b> Em alguns casos isso é fator de insegurança porque nós de repente percebemos que tudo aquilo que dizemos e os raciocínios que fazemos, sobretudo numa comissão de inquérito como foi aquela - com muita coisa imprevista a acontecer, porque as audições naquela comissão de inquérito acabavam por trazer sempre uma novidade qualquer, uma surpresa qualquer com que éramos confrontados e com a qual tínhamos que lidar ali no momento, e o facto de percebermos de repente que aquilo que estávamos a fazer ali no momento com algum imediatismo estava a ser avaliado e escrutinado por milhares de pessoas -, acaba por ter o impacto de criar alguma insegurança porque de repente começa-se a colocar a dúvida sobre se estamos a fazer exatamente as coisas como devia ser, com o rigor, com a qualidade e com a exigência com que devíamos fazer e, de repente, a nossa prestação ali é fator de influência direta em relação a outros e de uma forma muito significativa.</p>	<p><b>19.</b> Questionado sobre o que sentiu à posteriori, quando percebeu o impacto que tinha tido naquela comissão de inquérito, P1 admite que em alguns casos foi um fator de insegurança perceber que tudo o que ali se dizia e todos os raciocínios que ali se faziam estavam a ser avaliados e escrutinados por milhares de pessoas.</p> <p>Reconhece que o impacto foi gerador de alguma insegurança criada pela dúvida sobre se o que estava a fazer cumpria com o rigor, a qualidade e a exigência que seriam esperados pelos cidadãos.</p> <p>Admite que a prestação dos deputados naquele contexto era um fator de influência direta e muito significativa sobre as pessoas que acompanhavam as transmissões televisivas da comissão.</p>	<p>A percepção do impacto público da prestação dos deputados naquela comissão também teve implicações no significado dos seus desempenhos.</p>

<p><b>20.</b> Aliás, quando comecei a aperceber-me disso a propósito de alguns comentários que entretanto foram sendo feitos sobre isso, apercebemo-nos que o canal Parlamento tinha tido por umas três vezes uma multiplicação das audiências que traduziam precisamente isso, o interesse com que as pessoas estavam por aquilo que estava a acontecer naquela comissão de inquérito, com tudo o que isso significava sobre o nosso desempenho.</p>	<p><b>20.</b> P1 refere que se apercebeu desse impacto público pelo triplicar das audiências do canal Parlamento, o que, na sua opinião, traduzia o interesse das pessoas por tudo o que acontecia naquela comissão de inquérito, com o significado que isso tinha sobre o desempenho dos deputados.</p>	
<p><b>21. P:</b> Sentiu algum peso de responsabilidade pessoal nessa prestação?</p> <p><b>R:</b> Sim, necessariamente, aliás, era isso que ia acrescentar, porque a insegurança, ou a pressão que se sente, resulta sobretudo disso, de sabermos que pelo imediatismo que tudo aquilo comporta há ali uma dimensão muito significativa de influência pessoal, da forma como cada um consegue conduzir aquele trabalho ou reagir naquelas situações, mas ao mesmo tempo é a imagem do partido e a imagem do grupo parlamentar que está a ser associada àquele desempenho, que está a ser escrutinada ao mesmo tempo que estamos a fazer aquele trabalho que aparentemente é um trabalho individual, que não é...</p>	<p><b>21.</b> Questionado sobre o peso da sua responsabilidade pessoal nessa prestação, P1 admite que a insegurança e a pressão que se sente resulta do imediatismo da situação, não só pela significativa dimensão da influência pessoal, mas também pela imagem do partido e do grupo parlamentar que está a ser escrutinada e que fica associada ao desempenho do deputado.</p> <p>Afirma que, apesar de parecer tratar-se de um trabalho individual, efetivamente não é.</p>	<p><b>21+22+23</b></p> <p>Insegurança e pressão acrescidas por estar também em escrutínio a imagem do partido e do grupo parlamentar associada ao desempenho do deputado.</p> <p>Não é um trabalho exclusivamente individual porque conta com um apoio de preparação coletivo.</p> <p>Perceção de trabalho solitário, a prestação era sua, ali, naquele momento.</p> <p>Sentimento de responsabilidade acrescida pela consciência de que não se compromete apenas a si próprio mas também a imagem pública do partido.</p>
<p><b>22. P:</b> É solitário...</p>	<p><b>22.</b> P1 admite, contudo, que é um trabalho solitário.</p>	

<p><b>R:</b> Exatamente... quer dizer, solitário, solitário, acaba por não ser completamente solitário, porque a preparação das reuniões, todo o trabalho de pesquisa e preparação das reuniões da comissão de inquérito era sempre feito coletivamente e havia sempre um apoio coletivo, agora, havia coisas que tinham que ser ali...</p>	<p>Apesar de voltar a sublinhar o apoio coletivo no trabalho de pesquisa e preparação das reuniões da comissão de inquérito, reconhece que a prestação tinha que ser sua e ali, naquele momento.</p>	
<p><b>23. P:</b> A sua prestação é sua, sozinho...</p> <p><b>R:</b> ... exatamente, quando era para abrir a boca ninguém podia abrir a boca por mim e ninguém me podia ajudar a abrir a boca na altura. A questão é que ao dizer o que estava a dizer, estava não só a comprometer-me a mim, mas a comprometer também o grupo parlamentar e em última instância o partido e a imagem do partido e de alguma forma estava a contribuir ou não, consoante o juízo das pessoas, para atingir os objetivos que o partido define do ponto de vista da intervenção política pública e neste caso parlamentar.</p>	<p><b>23.</b> P1 reconhece a responsabilidade exclusiva pelo teor das suas prestações, acrescida pela pressão de saber que não se comprometia apenas a si próprio mas também a imagem do partido perante a opinião pública.</p> <p>Assume a dúvida sobre o contributo da sua prestação para atingir os objetivos definidos pelo partido no âmbito da intervenção política e parlamentar.</p>	
<p><b>24. P:</b> E a sua imagem?</p> <p><b>R:</b> Com isso não me preocupo muito. Aquilo com me preocupo, a única preocupação em relação a isso tem que ver com a preparação, ou seja, eu, há coisa que não, e isso assumo que é um defeito pessoal, não sou capaz de por o pé em ramo verde. Ou seja, não sou capaz de participar numa discussão sem ter estudado minimamente aquilo que vou dizer nem me ter preparado</p>	<p><b>24.</b> Questionado sobre a sua própria imagem, P1 afirma que a única preocupação que tem com a sua imagem é a preparação para as matérias sobre as quais tem que intervir.</p> <p>Afirma que a sua preocupação com a preparação é um defeito pessoal e que é incapaz de</p>	<p><b>24+25</b> Única preocupação com a própria imagem é a preparação das matérias sobre as quais tem que intervir.</p> <p>A preocupação com a preparação é vista como um defeito pessoal por ser incapaz de participar numa discussão sem ter</p>

<p>minimamente para aquilo que vou fazer. E isso acaba por influenciar o meu trabalho porque muitas vezes isso não é compatível com a velocidade que há aqui, com a urgência que há na resposta. Há solicitações que aqui se nos colocam, e dificuldades. Se há uma questão a que de repente é preciso responder e se não me sinto em condições de responder enquanto não estudar alguma coisa mais a fundo, isso às vezes é incompatível com isto.</p>	<p>participar numa discussão sem ter estudado minimamente o assunto.</p> <p>Admite que essa necessidade de preparação prévia acaba por influenciar e trazer dificuldades ao seu trabalho por se tornar incompatível com a urgência de respostas que é preciso dar no Parlamento.</p>	<p>estudado o assunto.</p> <p>A necessidade de preparação influencia e dificulta o seu trabalho por ser incompatível com a necessidade de respostas urgentes no quotidiano parlamentar.</p>
<p><b>25.</b> Mas, do ponto de vista da preocupação em relação à forma como os outros olham para mim individualmente, essa é a única preocupação que tenho porque não quero que a minha circunstância de impreparação, ou a imagem que transmita de impreparação, ou de fragilidade na intervenção, acabe por associar o grupo parlamentar ou o partido. Portanto, essa é uma coisa que de facto pesa, tem a ver com a minha personalidade, isto é uma preocupação estritamente pessoal que, como sou eu que tenho que lidar com ela na minha vida particular, lido com ela com mais tranquilidade, mas de facto no quadro da intervenção política, seja ela parlamentar ou não, tenho alguma preocupação de não deixar uma imagem de falta de preparação, de falta de estudo ou de displicência no tratamento das questões em que sou chamado a intervir e faço questão de evitar a todo o custo que isso aconteça.</p>	<p><b>25.</b> P1 afirma que a sua única preocupação sobre a forma como os outros o veem individualmente é a de que a imagem de impreparação ou fragilidade na intervenção que possa transmitir fique associada à imagem do partido ou do grupo parlamentar.</p> <p>Admite a preocupação com a preparação como um peso que atribui a um traço da sua personalidade.</p> <p>Reconhece que lida com essa situação com mais tranquilidade na sua vida pessoal, mas que no quadro da intervenção política e parlamentar faz questão de evitar a todo o custo deixar uma imagem de falta de preparação, de estudo ou de displicência no tratamento dos assuntos sobre os quais tem que</p>	<p>Única preocupação com a forma como o veem individualmente é a possibilidade de transmitir uma imagem de impreparação ou fragilidade que fique associada à imagem do partido ou do grupo parlamentar.</p>

	intervir.	
<p><b>26. P:</b> Da sua vivência no dia a dia no Parlamento, já falou um pouco sobre isso, mas gostava que me falasse um pouco mais dessa experiência. Quais são as principais dificuldades que encontra, as suas expectativas na função de deputado e eventuais frustrações sobre o seu trabalho?</p> <p><b>R:</b> Nestes seis anos como deputado, na Assembleia da República já são quase 10, estive quase quatro anos como assessor do grupo parlamentar. Em relação à questão das frustrações, tenho uma frustração que é comum, digamos assim, a quase todo este período e que tem que ver com o facto de ter que deixar para trás muita coisa que gostava de fazer e muita coisa que gostava de aprender e que não sou capaz de fazer por força das circunstâncias com que estamos aqui colocados. Há matérias para as quais tenho mais gosto e mais apetência que acabo por ter que deixar para segundo plano, ou deixar mesmo de intervir sobre elas porque há outras que se colocam com maior urgência e num grau de prioridade acrescido e que vou deixando ficar para trás. E isso acaba, em algumas circunstâncias, por de alguma forma pesar como uma frustração porque pelo gosto, pela apetência que tenho por determinadas áreas não o consigo fazer com as condições com que gostaria de o fazer e, portanto, isso deixa-me alguma frustração, digamos assim.</p>	<p><b>26.</b> Instado a especificar, da sua experiência como deputado, as principais dificuldades, expectativas e eventuais frustrações com que se depara, P1 relembra que já está há quase 10 anos no Parlamento, seis anos como deputado, depois de 4 como assessor do grupo parlamentar.</p> <p>Reconhece a frustração em todo esse período de ter deixado para trás outras coisas que gostava de ter feito e aprendido e que não pode fazer por força das circunstâncias daquelas funções.</p> <p>Admite que há matérias que lhe suscitam maior interesse, mas sobre as quais se impõem outras prioridades de intervenção que o obrigam a ir deixando para trás.</p> <p>Admite que esse impedimento para se dedicar às áreas pelas quais tem mais apetência acaba por lhe pesar como uma frustração.</p>	<p><b>26</b> Sentimento de frustração por trabalho parlamentar impedir de se dedicar a outras áreas que gostava de ter desenvolvido</p>
<b>27.</b> Em relação às dificuldades, as	<b>27.</b> Entre as dificuldades	<b>27+28</b> Dificuldade em

<p>dificuldades que aqui vou encontrando são muito variáveis. Tenho alguma dificuldade em lidar com uma evolução que aqui vai existindo no sentido negativo de desconsideração de opiniões, sobretudo em contexto de discussão política mais específica, mais setorial. Há muitas vezes uma desconsideração da argumentação, uma desconsideração das opiniões e dos argumentos dos outros em função de um resultado final de uma votação que já se sabe qual vai ser. Custa-me a aceitar isso e tenho alguma dificuldade em lidar com isso, seja num sentido seja noutro. Seja no sentido de quem desvaloriza os argumentos dos outros porque não os quer considerar porque no fim de contas quando se for votar a sua opinião vence e portanto desconsidera os argumentos dos outros, sendo que, nestas situações, a maior parte das vezes eu estou do lado dos outros, seja ao invés, na perspectiva de quem, sabendo antecipadamente que as suas propostas vão ser chumbadas, já não se esforça em encontrar argumentos para as justificar. Já tenho encontrado algumas situações dessas e isso é uma coisa com a qual eu não tenho muita facilidade em lidar e, pessoalmente, é uma coisa que me causa alguma irritação...</p>	<p>variáveis que admite ir encontrando no exercício das suas funções, P1 reconhece alguma dificuldade em lidar com a tendência negativa de uma crescente desconsideração de opiniões, sobretudo no contexto da discussão política mais específica e setorial.</p> <p>Afirma que lhe custa aceitar essa desconsideração das opiniões e da argumentação dos outros pelo facto de o resultado final da votação já estar definido.</p> <p>Sublinha a dificuldade em aceitar que essas situações aconteçam nos dois sentidos - daqueles que desvalorizam os argumentos dos outros porque sabem que são maioritários e quem vai determinar o resultado da votação, bem como dos outros, o lado de que está a maior parte das vezes, que, sabendo que as suas propostas vão ser chumbadas, já não se esforçam para argumentar em sua defesa.</p> <p>Admite que pessoalmente não tem muita facilidade em lidar com essas situações e que lhe causam alguma irritação.</p>	<p>lidar com a desconsideração das outras opiniões na discussão política.</p> <p>Custa-lhe aceitar a desconsideração da argumentação dos outros pelo facto de o resultado final da votação já estar definido.</p> <p>Lidar com essas situações causa-lhe alguma irritação.</p> <p>Admite dificuldade em racionalizar essas situações, reconhece ter uma reação mais emotiva do que racional.</p>
<p><b>28. P:</b> Que é da substância da política, propriamente...</p>	<p><b>28.</b> Embora admita a superficialidade com que se abordam os temas, a sobreposição da forma ao</p>	

<p><b>R:</b> Exatamente, da substância da política, portanto, quando se faz tudo assim pela rama, quando se faz tudo mais preocupado com a forma do que com o conteúdo, quando se faz tudo desvalorizando o processo de construção da solução política, porque já está tudo decidido à partida quem é que ganha a votação, isso é uma coisa com a qual tenho dificuldade em lidar, tenho dificuldade sobretudo em racionalizar essas coisas, portanto, tenho uma reação mais emotiva do que propriamente racional.</p>	<p>conteúdo, a desvalorização do processo de construção da solução política face ao determinismo do resultado da votação como situações que decorrem da substância da política, P1 reafirma a sua dificuldade em racionalizar essas situações e reconhece ter perante elas uma reação mais emotiva do que racional.</p>	
<p><b>29.</b> Há coisas que a gente percebe, porque há determinadas regras. Fico irritado, acho que a irritação talvez seja a expressão mais adequada. Fico irritado, há um sentimento de irritação com isto, é irritação que também resulta de alguma impotência, e há uma impotência que é naturalmente aceite e assumida. Não posso meter-me na cabeça dos outros para que os outros pensem da mesma forma que eu, nem esse seria o meu objetivo. O facto de os deputados lidarem com estas coisas assim deixa-me algum desconforto e irritação, acho que irritação é mesmo a expressão mais adequada.</p>	<p><b>29.</b> P1 afirma que a percepção dessas situações pela existência de regras pré-estabelecidas o deixa irritado.</p> <p>Afirma que o sentimento de irritação também resulta de alguma impotência aceite e assumida pelos membros dos partidos mais pequenos.</p> <p>Embora admita a sua impotência para mudar o pensamento dos outros, reconhece que o facto de alguns deputados aceitarem passivamente essa situação lhe causa algum desconforto e irritação.</p>	<p><b>29+30+31+32+33</b></p> <p>Irritação face à aceitação generalizada do sentimento de impotência para alterar as regras do jogo político.</p> <p>A passividade de alguns deputados perante essa situação causa-lhe desconforto e irritação.</p> <p>Sentimento de maior frustração com a desvalorização do debate político do que com o chumbo de propostas do seu partido.</p>
<p><b>30. P:</b> Sente-se, de certa forma, frustrado com essa desvalorização?</p> <p><b>R:</b> Sim, sinto. Curiosamente, não sei se isto que vou dizer faz sentido, mas sinto-me mais frustrado com isso do que com o fundo de uma proposta. Ou seja, que uma proposta que nós façamos seja chumbada quando é</p>	<p><b>30.</b> P1 afirma que se sente mais frustrado com a desvalorização do debate político do que com o chumbo de uma proposta do seu partido, o que, dado o seu posicionamento político, não o surpreende e</p>	<p>Incapacidade de racionalizar, entender e aceitar a desvalorização da discussão política.</p> <p>Tentativa de calma e tranquilidade face a essa não consegue</p>

<p>preciso levá-la a votação, não me espanta nem me surpreende e é uma realidade com a qual eu sou capaz de lidar com naturalidade. Acho que isso decorre das circunstâncias objetivas em que estamos, do posicionamento que cada um assume e portanto há uma compreensão racional dessas coisas. O resto, aquela outra circunstância de desvalorização da substância da discussão política, isso não sou capaz de racionalizar. Não sou capaz de racionalizar, não sou capaz de entender, de aceitar.</p>	<p>compreende racionalmente.</p> <p>Afirma que o que é incapaz de racionalizar, de entender e de aceitar é a desvalorização da substância da discussão política.</p>	<p>travar a irritação.</p> <p>A desvalorização da discussão política é uma das suas grandes dificuldades no exercício do mandato.</p>
<p><b>31.</b> No fundo é isso! Não sou capaz de aceitar porque, compreendendo que haja quem esteja menos motivado para isso por força de variadíssimas circunstâncias, compreendendo que nos grupos parlamentares maiores, porque há mais gente e mais dificuldade em intervir, as pessoas acabem por perder alguma motivação e, portanto, a desconsideração dos argumentos dos outros acaba por ser resultado disso, reconhecendo que em algumas circunstâncias, porque o objetivo pode ser deixar o adversário político assumir uma determinada posição como quiser para depois mais à frente se lhe pedir responsabilidades políticas sem se discutir quando se pode evitar que aquilo seja feito assim, aceitando que em algumas circunstâncias isso possa ser assim também, ainda assim é uma coisa que eu não sou capaz de aceitar com naturalidade.</p>	<p><b>31.</b> P1 afirma que, embora compreenda algumas circunstâncias que possam contribuir para a desvalorização da discussão política, não é capaz de a aceitar com naturalidade.</p> <p>Enuncia como possíveis razões para a desconsideração pelos argumentos dos outros uma eventual falta de motivação de alguns deputados, principalmente dos maiores partidos onde têm mais dificuldade em intervir, ou uma estratégia deliberada para deixar o adversário adotar certas medidas sem discussão com o intuito de lhe pedir mais tarde responsabilidades políticas, quando isso podia ser evitado.</p>	
<p><b>32.</b> Portanto, tento contrariar essas situações quando elas acontecem. Mas mesmo quando o tento fazer aparentemente de uma forma clama,</p>	<p><b>32.</b> P1 admite que, embora tente contrariar essas situações de forma calma e com tranquilidade, não</p>	

<p>de uma forma mais tranquila, isso causa-me alguma irritação. Causa mesmo, porque não sou capaz de lidar com facilidade com essas circunstâncias.</p>	<p>consegue evitar a irritação porque não consegue lidar com facilidade com essas circunstâncias.</p>	
<p><b>33. P:</b> Essa é a maior dificuldade que sente no dia-a-dia?</p> <p><b>R:</b> Acaba por ser grande porque depois traduz-se em muitas coisas. Traduz-se nas questões mais profundas da discussão política dos aspetos mais significativos de uma discussão setorial ou da discussão de uma iniciativa legislativa, como se traduz às vezes em questões procedimentais, em práticas de trabalho, na organização interna da própria Assembleia da República. Ou seja, essa atitude, que é mais frequente encontrarmos na discussão política mais pura, digamos assim, acabamos depois por encontrar a mesma atitude noutras circunstâncias diferentes. E o facto de isso se generalizar acho que é mau, é profundamente negativo e, como disse, tenho alguma dificuldade em lidar com isso.</p>	<p><b>33.</b> P1 reconhece que a desvalorização da discussão política é uma das grandes dificuldades com que se depara no exercício do mandato.</p> <p>Afirma que, embora seja uma atitude mais frequente no debate político legislativo, acaba por ser extensiva a outras práticas de trabalho e á própria organização interna da Assembleia da República, reafirmando a sua dificuldade em lidar com essa situação.</p>	
<p><b>34. P:</b> E as suas expectativas nestas funções?</p> <p><b>R:</b> Bem... expectativas, expectativas em relação às minhas funções, não tenho muito boas expectativas. Há sempre uma circunstância que condiciona as expectativas que é a incerteza com que estamos colocados sempre. Eu exerço estas funções há 6 anos, se houver eleições daqui a 3 meses não sei se voltarei a ser eleito, portanto, a incerteza sobre se cá estarei daqui a seis meses ou não acaba por condicionar muito as expectativas que temos em relação ao exercício</p>	<p><b>34.</b> Questionado sobre as suas expectativas em relação à função de deputado, P1 afirma não ter muito boas expectativas, pois estas são sempre condicionadas pela incerteza de vir a ser reeleito.</p>	<p><b>34+35</b> Expectativas estão sempre condicionadas pela incerteza da reeleição.</p> <p>Convicção de que o exercício das funções de deputado será cada vez mais difícil e complexo, com tendência para um maior desinteresse pelo exercício do cargo.</p>

das nossas funções.		
<p><b>35.</b> Não me parece que no futuro as funções de deputado possam ser mais fáceis do que são hoje, pelo contrário, acho que o exercício destas funções tende a tornar-se cada vez mais complexo, tende a criar cada vez mais, até do ponto de vista pessoal, desinteresse pelo seu exercício.</p>	<p><b>35.</b> P1 não prevê que no futuro as funções de deputado venham a ser mais fáceis do que atualmente. Pelo contrário, considera que o seu exercício se torne cada vez mais complexo e tenda a criar maior desinteresse a nível pessoal pelo exercício do cargo.</p>	
<p><b>36.</b> Alguma incompreensão também daquilo que se faz na Assembleia da República, daquilo que é o trabalho dos deputados e, sobretudo, alguma incapacidade, ou incompreensão, da necessidade de distinguir o trabalho que cada um vai fazendo, acabam por traduzir também alguma dúvida sobre aquilo que efetivamente fazemos, sobre aquilo com que efetivamente nos preocupamos e a forma como fazemos o nosso trabalho.</p> <p>Ou seja, o facto de as pessoas que estão fora da assembleia da República não compreenderem exatamente como funciona a Assembleia da República, o que é que nós aqui fazemos, de muitas vezes fazerem juízos ou apreciações sobre o nosso trabalho de forma limitada em relação àquilo que efetivamente é, acaba por criar condições para que mais dificilmente as pessoas se motivem para trabalhar mais. Eu julgo que isso é inevitável. Aliás, é uma realidade com a qual desde o início todos nós nos confrontamos.</p>	<p><b>36.</b> Para P1, o desinteresse pela função de deputado também resulta do sentimento de alguma incompreensão por parte dos cidadãos sobre o trabalho que é feito na Assembleia da República e da incapacidade de distinguirem o trabalho realizado por cada um.</p> <p>Admite que a incompreensão e os juízos e apreciações limitadas sobre o trabalho parlamentar criam condições para que os deputados tenham dúvidas sobre a eficácia e utilidade do seu trabalho e não se motivem para trabalhar mais.</p> <p>P1 considera que a desmotivação é uma realidade com a qual todos os deputados se confrontam desde o início.</p>	<p><b>36.</b> Sentimento de incompreensão dos cidadãos sobre o trabalho dos deputados é outro fator de desinteresse</p> <p>A incompreensão sobre o trabalho parlamentar na origem das dúvidas dos deputados sobre a utilidade do seu trabalho, contribuindo para sua desmotivação.</p> <p>Generalização da desmotivação a todos os deputados desde o início dos seus mandatos</p>
<p><b>37.</b> Depois, há diferentes formas de lidar com isso, mas no grupo parlamentar do PCP, independentemente da atitude</p>	<p><b>37.</b> Embora reconheça que há formas diferentes de lidar com a desmotivação, P1 afirma que no grupo</p>	<p><b>37</b> Apesar da atitude pessoal de cada um face à desmotivação, no seu grupo</p>

<p>         pessoal que cada um tem perante essa circunstância poder ser um fator de desmotivação, a nossa compreensão coletiva do trabalho que aqui fazemos e dos objetivos que colocamos à nossa intervenção acaba por ajudar a racionalizar tudo isso e a dar uma perspetiva diferente de abordagem desse problema.       </p> <p>         Não é pelo facto de as pessoas deixarem de conhecer o trabalho que nós fazemos que nós deixamos de fazer aquilo que temos que fazer. Procuramos é dar-lhe outro tipo de divulgação e de projeção. Procuramos identificar isso como um obstáculo e ultrapassá-lo, em vez de desistir perante ele. E isso é de facto uma perspetiva que é colocada do ponto de vista político, independentemente da forma como cada um pessoalmente lida com essas situações, isso é assumido politicamente como uma circunstância para a qual temos que encontrar uma resposta política.       </p>	<p>         parlamentar do PCP, independentemente da atitude pessoal de cada deputado face aos fatores dessa desmotivação, a compreensão do trabalho coletivo e dos objetivos da intervenção política ajudam a racionalizar e a ter uma abordagem diferente desse problema.       </p> <p>         Afirma que a falta de reconhecimento do trabalho do seu grupo parlamentar não é um fator de desistência, antes um obstáculo que procuram identificar e ultrapassar, procurando dar-lhe outro tipo de divulgação e projeção.       </p> <p>         Reconhece que, independentemente de cada abordagem pessoal da situação, a essa circunstância é assumida do ponto de vista político com a procura de uma resposta política.       </p>	<p>         parlamentar, a compreensão dos objetivos do trabalho coletivo ajudam à racionalização e a outra abordagem desse problema.       </p> <p>         Independentemente de cada abordagem pessoal, a desmotivação é assumida do ponto de vista político com a procura de uma resposta política.       </p>
<p> <b>38.</b> Em relação às expectativas, tenho ideia que com o passar do tempo estas funções vão ser cada vez mais difíceis de exercer por variadíssimas circunstâncias, também pelas circunstâncias pessoais que se impõem a cada um. Há uma coisa sobre a qual penso, que há uns anos atrás nem pensava, que tem que ver com as condições que cada um tem para exercer estas funções em função até da sua proveniência geográfica. Porque quando nos confrontamos hoje com isto, quem tem a sua vida organizada aqui em Lisboa, ou nos arredores de       </p>	<p> <b>38.</b> Ainda sobre as expectativas, PI considera que o decorrer do tempo vai tornar cada vez mais difícil o exercício das funções de deputado que são também condicionadas pelas circunstâncias pessoais de cada um.       </p> <p>         Admite pensar hoje que as condições para o exercício das funções de deputado também são afetadas pela proveniência geográfica,       </p>	<p> <b>38+39</b> </p> <p>         Convicção de que o exercício das funções de deputado será cada vez mais difícil e condicionado pelas circunstâncias pessoais.       </p> <p>         A proveniência geográfica dos deputados também afeta as condições para o exercício da função.       </p> <p>         Vê hoje a distância       </p>

<p>Lisboa, ou em Setúbal, e exerce as funções de deputado tem naturalmente um transtorno muito menor na sua vida do que quem vem de Beja, de Évora, de Trás-os-Montes ou do Porto para exercer a função de deputado.</p>	<p>questão na qual não pensava antes, mas que, reconhece agora, são um transtorno diferente para os deputados eleitos por Lisboa ou arredores e os que são eleitos por outros distritos mais distantes.</p>	<p>como um transtorno na organização da sua vida pessoal e como um constrangimento para o exercício das funções.</p>
<p><b>39. P:</b> Sente esse transtorno?</p> <p><b>R:</b> Sinto, necessariamente, sou de Évora. O facto de termos a vida organizada durante uma parte da semana num sítio e a outra parte da semana noutra acaba por ser um fator de constrangimento, uma das dificuldades no exercício das funções, porque isso dificulta tudo, não é? Dificulta, ou não, também pode funcionar como um incentivo. Quer dizer, a perturbação que causa nas relações familiares, nas relações das amizades mais próximas, na organização da vida pessoal e familiar, o facto de andarmos de um lado para o outro.</p> <p>Depois também tem outra vantagem que é o facto de sermos colocados em contextos diferentes, de podermos estabelecer contacto com pessoas diferentes e em diferentes circunstâncias com as quais naturalmente não teríamos contacto se não fosse por via do exercício destas funções, ou pelo menos por via desse desenraizamento e, portanto, é uma circunstância com um carácter ambivalente, de dificuldade e ao mesmo tempo de desafio, de estímulo que é colocado.</p>	<p><b>39.</b> Questionado, P1 admite que sente esse transtorno porque é de Évora, reconhecendo que o facto de ter a vida organizada em dois locais diferentes durante a semana constitui um constrangimento e uma das dificuldades no exercício das funções.</p> <p>Contudo, admite que, apesar das perturbações na organização da vida pessoal e familiar, essa mobilidade permanente também pode funcionar como um incentivo.</p> <p>Reconhece a vantagem de conhecer outros contextos e poder contactar com pessoas e circunstâncias que não conheceria se não exercesse a função de deputado.</p> <p>Admite que esse desenraizamento tem um carácter ambivalente de dificuldade e ao mesmo tempo de desafio e de estímulo.</p>	<p>Contudo, essa mobilidade permanente também funciona como um incentivo.</p> <p>Vantagem de conhecer outros contextos e pessoas que não conheceria fora das funções de deputado.</p> <p>O desenraizamento tem um carácter ambivalente de dificuldade e, em simultâneo, de estímulo e desafio.</p>
<p><b>40. P.</b> A ambivalência gera sempre alguma espécie de conflito. Como é que lida com essa situação?</p>	<p>40. P1 reconhece que, apesar dos ganhos obtidos pelo estímulo e desafio</p>	<p><b>40+41</b> O sentimento dos ganhos obtidos pelo desenraizamento</p>

<p><b>R:</b> Pois, isso acaba por ser sempre uma circunstância contraditória porque há momentos em que preferiríamos não estar sujeitos a estas reviravoltas todas. Há outros momentos em que de facto os ganhos por força desse desenraizamento, desse estímulo e desse desafio com que somos confrontados, seja porque são situações em que em circunstâncias normais não estaríamos, seja por força de pessoas com as quais estabelecemos contacto com as quais de outra forma nunca contactaríamos, acaba por resultar daí um ganho e acaba sempre por ser uma situação de alguma contradição.</p>	<p>provocados pelo desenraizamento, é uma situação de alguma contradição em que há momentos em que preferia não estar sujeito a tantas reviravoltas.</p>	<p>forçado entra em contradição com os momentos em que preferia não estar sujeito a tantas reviravoltas.</p> <p>Duvida que com o tempo essa contradição chegue a ser superada, acabando por condicionar a disponibilidade de alguns deputados para o exercício das funções.</p> <p>Possibilidade de alguns não conseguirem aceitar as circunstâncias do cargo e se manifestem indisponíveis para permanecer</p>
<p><b>41.</b> Não sei se essa contradição algum dia chega a superar-se ou não, mas que ela existe, efetivamente existe. Tem a ver com o passar do tempo, a arrumação dessa contradição, e a sua aceitação ou não, pode acabar por condicionar até a própria disponibilidade para o exercício das funções. Há quem não conseguindo aceitar essas circunstâncias concretas que resultam do exercício de deputado acabe por se ir embora, por se tornar indisponível para as manter, isso depois já tem a ver com a avaliação pessoal de cada um.</p>	<p><b>41.</b> P1 admite a dúvida de que seja possível superar essa contradição com o decorrer do tempo, acabando mesmo por condicionar a disponibilidade para o exercício das funções.</p> <p>Afirma que há quem não consiga aceitar essas circunstâncias que resultam do exercício do mandato de deputado e acabe por se manifestar indisponível para o exercer.</p>	
<p><b>42. P:</b> Há pouco perguntei-lhe sobre as expectativas, disse que também dependem, naturalmente, da eleição. Como é que convive com essa ideia de poder deixar de ser deputado a</p>	<p><b>42.</b> Questionado sobre a eventualidade de deixar de ser deputado a qualquer momento, P1 reconhece que convive com essa ideia</p>	<p><b>42+43</b> Eventualidade deixar de ser deputado a qualquer momento é fator de preocupação mas também de</p>

<p>qualquer momento?</p> <p><b>R:</b> Convivo com alguma preocupação que me motiva sempre a alguma preparação também para isso. Portanto, a preocupação de não saber se daqui por seis meses continuarei ou não a exercer estas funções obriga-me a ter a preocupação de saber o que é que vou fazer da minha vida a seguir. E, portanto, de alguma forma, essa preocupação acaba por ter como consequência o facto de procurar ir-me preparando a todo o momento para voltar a fazer aquilo que fazia antes de exercer estas funções, preparar-me para o facto de voltar a ser advogado. Provavelmente, a minha profissão até nem será daquelas em que seja mais difícil a transição porque acabamos por nunca perder o pé às coisas e de retomar aquilo que fazíamos com menos transtorno.</p>	<p>com alguma preocupação, mas que também o motiva a estar sempre preparado e preocupado com o que fará a seguir.</p> <p>Afirma que essa preocupação faz com que se vá preparando a todo o momento para voltar a exercer a advocacia, profissão que considera não ser de mais difícil transição porque enquanto deputado nunca se perde o contacto com as matérias legais.</p>	<p>motivação para projetar o que fazer a seguir, voltar a exercer a advocacia.</p> <p>Relativiza essa preocupação pelo seu gosto pelos desafios.</p> <p>Agrado face à ideia de mudar de ambiente e de tarefas, de quebrar rotinas e de deixar a vida que leva já há 10 anos.</p>
<p><b>43.</b> Mas o elemento pessoal do gosto pelos desafios também me relativiza essa preocupação. Eu gosto de mudar de ambiente com alguma frequência, gosto de mudar aquilo que faço, gosto de quebrar rotinas, de quebrar hábitos instalados e de não ter sempre a vida feita da mesma forma e fazer durante 10 anos a mesma coisa, ou pelo menos faze-la da mesma forma.</p> <p>E, portanto, também encaro com muito bons olhos essa transição no dia em que ela acontecer, em que vou olhar para isso como uma possibilidade que tenho para fazer muitas outras coisas que hoje não tenho tempo nem condições para fazer, e também como um incentivo para a descoberta de novas coisas que vou ter necessariamente que</p>	<p><b>43.</b> P1 afirma que essa preocupação também é relativizada pelo seu gosto pelos desafios.</p> <p>Afirma que gosta de mudar de ambiente com alguma frequência, de mudar de tarefas, de quebrar rotinas e de não vir a fazer a mesma vida que já faz há 10 anos.</p> <p>Afirma que encara bem essa transição no dia em que ela acontecer, que a vê como uma possibilidade para fazer outras coisas para as quais agora não tem tempo e como um incentivo para novas descobertas que terá que</p>	

<p>fazer quando voltar a ser advogado.</p>	<p>fazer quando voltar à advocacia.</p>	
<p><b>44.</b> Há coisas que necessariamente sou capaz de identificar como fatores de motivação para o regresso a essa circunstância. Aliás, já hoje me confronto com elas. Quando há um amigo ou um familiar que me vem pedir uma consulta jurídica, que lhe patrocine uma determinada ação ou uma peça processual, que faça trabalho de advogado e eu digo que não posso porque estou aqui em regime de exclusividade e não faço trabalho de advogado, isso deixa-me de alguma forma descontente, de... , bom também não quero arranjar um adjetivo muito forte porque não é um sentimento assim tão forte, mas fico com pena de não poder ajudar as pessoas e dar esse contributo que poderia dar noutras circunstâncias. Portanto, a perspetiva de poder voltar a fazer isso também é uma coisa que me estimula, porque vou estar em circunstâncias em que se calhar vou poder dar resposta a outras solicitações que me fazem às quais hoje estou limitado e impedido de responder.</p>	<p><b>44.</b> P1 identifica fatores de motivação para a circunstância de deixar de ser deputado com os quais já se confronta agora.</p> <p>Aponta o exemplo de quando algum amigo ou familiar lhe pede uma consulta jurídica ou um trabalho de advogado e tem de recusar por estar em regime de exclusividade se sente descontente.</p> <p>Recusa-se a usar outro adjetivo porque afirma não ser um sentimento assim tão forte, admitindo apenas que fica com pena de não poder ajudar e dar o contributo que poderia noutras circunstâncias.</p> <p>Afirma que a perspetiva de voltar a ter disponibilidade para responder a outras solicitações o estimula.</p>	<p><b>44.</b> Identificação de motivações para deixar de ser deputado: desgosto por não poder responder a pedidos de ajuda jurídica.</p> <p>Estímulo pela perspetiva de poder responder a outras solicitações.</p>

## Transcrição e análise - Participante 2

Texto Original	Descrição das unidades de significado	Significado Psicológico
<p><b>1. P:</b> Gostaria que me falasse da sua experiencia como deputado, incluindo as motivações, competências, se acha que há competências especiais para ser deputado, as expectativas, as dificuldades e, eventualmente, frustrações da sua atividade como deputado.</p> <p><b>R:</b> Começando pelas motivações, o interesse pela política em geral que levou a uma filiação partidária e depois a um caminho que levou à presença em órgãos partidários e à eleição.</p>	<p><b>1.</b> P2 declara como motivação para ser deputado o seu interesse pela política em geral que o levou a filiar-se num partido e a um percurso de participação nos órgãos partidários até à eleição para o Parlamento.</p>	<p><b>1+2</b></p> <p>Interesse pela política em geral levou a um percurso de filiação partidária e participação em órgãos partidários que culminou com a eleição para o Parlamento.</p> <p>Interesse pela participação no sistema democrático e convicção de contribuir para o bem comum e defesa de causas.</p>
<p><b>2.</b> Mas a motivação pessoal é o interesse pela participação no sistema democrático e, portanto, entender que é possível contribuir para o bem comum, para defender causas, sempre numa lógica de causas, aquilo que se acredita que contribui para o bem comum e isso tem o expoente máximo na representação parlamentar. E foi por aí, essa motivação principal de me envolver na política e depois terminar com o mandato de deputado, é a representação que eu acho que é mais relevante do ponto de vista do sistema</p>	<p><b>2.</b> P2 declara ainda como motivação pessoal para se envolver na política o interesse em participar no sistema democrático por acreditar na possibilidade de contribuir para o bem comum e defender causas.</p> <p>Vê a representação parlamentar do mandato de deputado como o expoente máximo do sistema democrático.</p>	<p>Envolvimento na política a culminar no mandato de deputado pela convicção na representação parlamentar como o expoente máximo do sistema democrático.</p>

democrático.		
<p><b>3.</b> Sobre competências, eu acho que o exercício do mandato nos leva a procurarmos novas competências e a desenvolvermos por nós próprios competências das quais sentimos falta, porque obviamente que o essencial do exercício do mandato é a representação, o principal input é dar sequencia àquilo que são ambições das pessoas e, portanto, representá-las nisso, mas vamos sentindo, principalmente do ponto de vista técnico, que isso nos leva a procuramos novas competências, aprofundando, quer pelo estudo das questões concretas, quer até em busca de algum conhecimento teórico que nos permita ter melhor preparação para isso, senti isso, inclusivamente vim a aperfeiçoar em termos de estudos académicos ao longo deste percurso por sentir que isso era importante e enquadrador da atividade parlamentar.</p>	<p><b>3.</b> P2 afirma que o exercício do mandato leva a que os deputados procurem novas competências e desenvolver aquelas que sentem necessárias.</p> <p>Considerando a representação como o essencial do exercício do mandato de deputado, cujo principal objetivo é dar sequencia às expectativas dos cidadãos, P2 afirma que se sente necessidade de procurar novas competências, seja pelo aprofundamento do estudo de questões concretas, seja em busca de algum conhecimento teórico com vista a uma melhor preparação.</p> <p>Afirma que sentiu essa necessidade, o que o levou a aprofundar os estudos académicos ao longo do percurso como deputado por sentir que era importante e enquadrador da atividade parlamentar.</p>	<p><b>3</b> Exercício do mandato leva os deputados a procurar desenvolver novas competências mais adequadas às necessidades da função.</p> <p>Representação como essência da função do deputado, o principal objetivo é corresponder às expectativas das pessoas.</p> <p>Necessidade de aprofundar estudos académicos por sentir que era importante e enquadrador da atividade parlamentar.</p>
<p><b>4.</b> É naturalmente uma atividade que envolve um desgaste tremendo e cada vez maior. Há uma componente muito positiva de haver cada vez mais transparência na atividade parlamentar, sou muito a favor disso e acho que é muito importante, mas naturalmente isso exige de</p>	<p><b>4.</b> P2 considera que a atividade de deputado envolve um desgaste cada vez maior.</p> <p>Embora veja como muito positiva a cada vez maior transparência na atividade parlamentar, considera que esta exige aos deputados uma maior disponibilidade que tem</p>	<p><b>4</b> Atividade de deputado implica um desgaste cada vez maior.</p> <p>Transparência na atividade parlamentar exige mais disponibilidade dos deputados e consequente</p>

<p>cada deputado uma disponibilidade muito maior e tem consequência num desgaste também grande, muitas vezes que é pessoal, mas muitas vezes interfere com a esfera de família, de amigos, de tudo isso, porque tudo é público nesta atividade e tudo isso dá um desgaste bastante grande do ponto de vista pessoal, psicológico, sem qualquer margem para dúvidas.</p>	<p>como consequência um grande desgaste pessoal e familiar.</p> <p>Considera que a circunstancia de ser uma atividade em que tudo é público dá um grande desgaste pessoal e psicológico.</p>	<p>aumento de desgaste pessoal e familiar.</p> <p>Atividade em que tudo é público, leva a um grande desgaste pessoal e psicológico.</p>
<p><b>5.</b> Ao nível de frustrações, eu acho que depende um pouco de como encararmos, eu acho que nunca na política nada é fechado e definitivo, isso é a vantagem das democracias, tudo é alterável e, portanto, eu acho que pode haver alguns momentos em que achamos que há uma causa tão importante e que não passou ou foi derrotada e isso nos traz alguma tristeza. Agora, em democracia há sempre essa vantagem, nada é irreversível, e, portanto, acreditando nisso conduz-nos provavelmente a mobilizar-nos para uma batalha seguinte e futura.</p> <p>Agora, volto a dizer, também isso dá o seu desgaste. Portanto, eu diria que do ponto de vista das frustrações, eu não vejo propriamente como frustrações, mas vejo como desgastes grandes desta atividade, é uma atividade</p>	<p><b>5.</b> Para P2, as frustrações no exercício do mandato de deputado dependem da forma como se encaram as situações.</p> <p>A derrota de causas consideradas importantes provoca alguma tristeza, mas acredita ser compensada pela vantagem de em democracia nada estar fechado nem ser definitivo e irreversível, o que leva a uma mobilização para as batalhas seguintes e futuras. Contudo, admite que isso também provoca desgaste.</p> <p>Não vê as derrotas políticas como frustrações, mas como uma atividade com desgastes muito intensos.</p>	<p><b>5</b> As frustrações dependem da forma de encarar as situações.</p> <p>Alguma tristeza pelas derrotas políticas é compensada pela ideia de que em democracia nada é irreversível, o que leva à mobilização para novas batalhas.</p> <p>As derrotas políticas não são encaradas como frustrações, mas como atividade de intenso desgaste.</p>

<p>com muita, muita intensidade...</p>		
<p><b>6. P:</b> Vê o desgaste como a maior dificuldade do seu trabalho no dia-a-dia?</p> <p><b>R:</b> Hoje em dia sim porque hoje em dia as condições para o exercício do mandato de deputado são muito boas, isso deve dizer-se. Portugal tem hoje em dia um parlamento que tem condições para funcionar bastante boas e, portanto, quem quiser tem capacidade, quer do ponto de vista de fiscalizar a ação do governo, de propor iniciativas, de contactar com os cidadãos, o essencial do mandato de deputado, tem condições hoje em dia para o fazer. Portanto, não há aí limitações.</p> <p>Hoje em dia a nossa democracia é uma democracia madura e que funciona bem, portanto, acho que aí não há outro tipo de frustrações como há noutros sítios onde as democracias não são tão perfeitas e as frustrações têm a ver com os deputados não conseguirem exercer o seu mandato nas condições que achavam que são essenciais e que as imperfeições do sistema não lhe permitem isso.</p>	<p><b>6.</b> Questionado, P2 admite que vê o desgaste como a maior dificuldade do seu quotidiano parlamentar.</p> <p>Reconhece que o Parlamento português tem atualmente boas condições de funcionamento para quem quiser exercer o essencial do mandato de deputado, como a fiscalização da ação governativa, a proposta de iniciativas legislativas e o contacto com os cidadãos.</p> <p>Considera que não haver limitações, porque a nossa democracia está madura e funciona bem, contribui para não existirem frustrações no exercício do mandato de deputado, como acontece noutras democracias menos perfeitas onde os deputados se veem frustrados no exercício do seu mandato pelas imperfeições do sistema.</p>	<p><b>6</b></p> <p>Desgaste é a maior dificuldade do quotidiano parlamentar</p> <p>Parlamento português tem boas condições para o exercício do mandato de deputado sem limitações</p> <p>A nossa democracia madura e a funcionar bem contribui para que não haja frustrações no exercício do mandato de deputado, como acontece noutras democracias menos perfeitas.</p>
<p><b>7. P:</b> Falou da transparência e, portanto, na consequente visibilidade pública. Como é</p>	<p><b>7.</b> Questionado sobre a visibilidade pública do exercício da função de deputado, P2</p>	<p><b>7+8</b></p> <p>A exposição pública</p>

<p>que convive com essa exposição, saber que está permanentemente sob os holofotes?</p> <p><b>R:</b> Não é a sensação mais agradável do mundo, naturalmente. Acho que todos nós gostamos da nossa privacidade, obviamente, não me incomoda estar num sítio público e uma pessoa abordar-me para colocar uma qualquer questão, às vezes por exemplo estando com outras pessoas pode haver... eu acho que é assim, o grande problema disso é o limite de nós e os outros que convivem connosco. Portanto, enquanto é connosco faz parte do mandato, é normal, nós sabemos que temos de estar preparados para isso. Acontece muitas vezes afetar outras pessoas sendo que isso também nos preocupa a nós, portanto, terem outras pessoas que ser atingidas de alguma forma por algo que não tem a ver com eles e têm todo o direito a ter a sua independência, seja, volto a dizer, seja família, amigos, os filhos, ou com o marido ou com a mulher, seja como for, isso naturalmente é um constrangimento um pouco perturbador. Isso é indiscutível que é.</p>	<p>reconhece que a exposição permanente não é uma sensação agradável.</p> <p>Embora ressalve a importância da privacidade pessoal, afirma não o incomodar ser reconhecido e abordado publicamente, exceto quando está acompanhado, situações em que vê como grande problema o limite entre a sua privacidade pessoal e o das pessoas com quem convive.</p> <p>Considera a exposição pública como um aspeto normal do mandato de deputado para o qual é preciso estar preparado, mas como um constrangimento perturbador quando atinge as pessoas mais próximas como a família e os amigos.</p>	<p>permanente não é uma sensação agradável.</p> <p>Indiferença face ao reconhecimento público, exceto quando está acompanhado.</p> <p>O limite entre a sua privacidade pessoal e o das pessoas com quem convive é um grande problema.</p> <p>A exposição pública da função de deputado é normal, é preciso estar preparado para ela, quem quer exercê-la sabe que está sujeito a essa situação.</p> <p>Contudo, é um constrangimento perturbador quando atinge a família e amigos.</p> <p>O pior da visibilidade pública não são os momentos positivos ou negativos, mas sim quando está com outras pessoas e dependendo das circunstâncias.</p>
<p><b>8.</b> Mesmo quem goste mais de uma certa mediatização e de uma exposição, eu acho</p>	<p><b>8.</b> P2 acredita que mesmo quem gosta mais de alguma mediatização não gostará de ver</p>	

<p>que não há ninguém que goste de ter toda a sua vida exposta. Pode ter coisas agradáveis nalguns momentos, todos temos momentos em que isso acontece pela positiva e outros em que acontece pela negativa, mas eu acho que pessoalmente não é o pior, é um bocadinho pior quando estamos com outras pessoas e dependendo das circunstâncias. Mas isso faz parte, quem vem para aqui sabe que isso existe.</p>	<p>toda a sua vida exposta.</p> <p>Afirma que o pior não é o facto da visibilidade ter momentos agradáveis e positivos e outros negativos, mas sim quando está com outras pessoas e dependendo das circunstâncias.</p> <p>Contudo, considera que faz parte da função e quem quer exercê-la já sabe que está sujeito a essa situação.</p>	
<p><b>9. P:</b> como é que convive com o dia-a-dia no Parlamento?</p> <p><b>R:</b> Acho que o Parlamento português tem um problema de dia-a-dia que é ter uma organização de trabalhos que faz com que não haja dois dias iguais, isso não é bom. Não é bom do ponto de vista da produtividade, em termos de trabalho, e não é bom também do ponto de vista do equilíbrio emocional porque tem dias extenuantes, quarta-feira é um dia de comissão de manhã e plenário de tarde, o dia inteiro, portanto, um dia completamente absorvente, tem outros dias que consoante as comissões, por exemplo a terça-feira pode ter umas horas de comissão mas depois está o resto do dia mais parado, a segunda-feira é um dia muito intensivo para</p>	<p><b>9.</b> Questionado sobre o quotidiano no Parlamento, P2 considera como um problema que a organização dos trabalhos parlamentares tenha dias muito irregulares, alguns demasiado longos e preenchidos e outros com menos atividade.</p> <p>Considera que é negativo e afeta não só a produtividade como o equilíbrio emocional porque tem dias muito extenuantes e outros mais parados.</p> <p>A segunda feira, dia de contacto com o eleitorado, também é um dia muito intensivo para quem quiser fazer trabalho de terreno, tornando-se complicado andar de um lado para o outro a seguir a um fim de semana.</p>	<p><b>9+10+11</b></p> <p>Organização dos trabalhos parlamentares é um problema porque tem dias muito irregulares, uns demasiado longos e preenchidos, outros com pouca atividade.</p> <p>A irregularidade afeta a produtividade e o equilíbrio emocional porque tem dias muito extenuantes e outros mais parados.</p> <p>Inconstância da organização semanal é um problema, causa perda de eficiência dos trabalhos e desgaste emocional e psicológico</p>

<p>quem o queira, para quem faça trabalho de terreno, andar para trás e para a frente às vezes a seguir a um fim de semana, também é complicado.</p>		<p>dos deputados, funcionários e de toda a comunidade parlamentar.</p>
<p><b>10.</b> Eu acho que nós temos um problema em Portugal que causa perda de eficiência dos trabalhos parlamentares e até desgaste emocional e psicológico desnecessário dos deputados, dos funcionários, de todos, de toda a comunidade parlamentar por não se organizar como outros parlamentos lá fora, a maioria deles, que têm semanas mais homogêneas, têm semanas de comissões, têm semanas de plenários, têm semanas de contactos com o eleitorado. Eu acho que isso permitiria uma estabilidade maior dos trabalhos e permitiria também uma eficiência maior dos trabalhos parlamentares.</p>	<p><b>10.</b> P2 considera que o facto do Parlamento português não ter uma organização com semanas mais homogêneas, à semelhança de outros parlamentos, é um problema que causa perda de eficiência dos trabalhos e desgaste emocional e psicológico dos deputados, funcionários e de toda a comunidade parlamentar.</p>	<p>A irregularidade das rotinas parlamentares afeta-o emocionalmente porque uma rotina de solavancos não é positiva.</p> <p>Insatisfação com a irregularidade das rotinas parlamentares como fator de desequilíbrio emocional que afeta não só os deputados mas também os funcionários e toda a comunidade parlamentar.</p>
<p><b>11. P:</b> Como é que isso o afeta a si, essa instabilidade?</p> <p><b>R:</b> Afeta porque a programação é menos eficaz...</p> <p><b>P:</b> Disse que até emocionalmente...</p> <p><b>R:</b> Afeta, porque ter dias muito preenchidos e dias menos preenchidos não é</p>	<p><b>11.</b> P2 admite que a irregularidade das rotinas parlamentares também o afeta emocionalmente porque uma rotina de solavancos não é positiva.</p>	

<p>bom para ninguém, uma rotina de solavancos não é positiva, não é positiva... eu acho que se tivéssemos uma rotina mais homogênea isso era mais eficaz...</p>		
<p><b>12. P:</b> Quais são as suas expectativas na vida política?</p> <p><b>R:</b> Eu acho que não faz grande sentido ter expectativas na vida política que não seja concretizarmos os projetos de curto prazo. A política também tem isso, muito rapidamente muda...</p>	<p><b>12.</b> Questionado sobre as suas expectativas na vida política, P2 afirma que estas não fazem grande sentido a não ser na concretização de projetos a curto prazo, pois em política tudo muda muito rapidamente.</p>	<p><b>12+13</b></p> <p>Expectativas na vida política não fazem grande sentido, apenas a concretização de projetos a curto prazo.</p> <p>Permanecerá na política enquanto sentir que luta pelo que lhe faz sentido e sairá quando não for assim.</p>
<p><b>13. P:</b> As suas expectativas pessoais estando na política...</p> <p><b>R:</b> Enquanto sentir que faz algum sentido estar na atividade política, estar e lutar por aquilo que acho que faz sentido a cada momento. E quando assim não for, sair. Eu acho que ninguém pode estar na política sem ter a porta de saída aberta, isso causa uma dependência que é muito nociva e, portanto, não tenho propriamente expectativas, nem projetos, ou ambições pessoais na vida política, acho que isso não faz</p>	<p><b>13.</b> P2 afirma que permanecerá na atividade política enquanto sentir que está a lutar pelo que lhe fizer sentido a cada momento e que sairá quando não for assim.</p> <p>Considera que estar na política sem ter uma porta de saída aberta cria uma dependência nociva e reafirma não fazer grande sentido ter expectativas, projetos ou ambições pessoais na vida política.</p> <p>Aponta o exemplo do seu caso,</p>	<p>Estar na política sem ter uma porta de saída cria uma dependência nociva.</p> <p>Não faz grande sentido ter expectativas, projetos ou ambições pessoais na vida política.</p> <p>Encarar a possibilidade de saída com normalidade é mais positivo.</p>

<p>grande sentido... como disse no início, estive cá, já saí, já voltei e acho que isso na política é normal.</p> <p>Da primeira vez que cá entrei se tivesse feito um grande projeto de ser deputado durante um determinado período, ou de fazer isto ou aquilo a seguir, provavelmente não teria feito e isso é normal, portanto, acho que encarar-se com normalidade é mais positivo.</p>	<p>em que já tinha sido deputado, saiu e voltou, para afirmar a ineficácia de fazer projetos de ser deputado a longo prazo, considerando como mais positivo encarar com normalidade a possibilidade de saída.</p>	
<p><b>14.</b> Acho que nós na política nunca somos nada, estamos - estamos deputados, estamos vereadores, estamos chefes de gabinete, estamos assessores – agora estamos, não é algo de definitivo.</p> <p>O ser é muito mais do que isso, é muito mais do que o estar. Eu acho que a política é uma condição muito mais de estar do que de ser, pelo menos para quem encare do ponto de vista democrático. Eu acho que só se encarássemos de um ponto de vista mais absoluto é que poderíamos achar que se é qualquer coisa. Nunca se é na política, está-se.</p>	<p><b>14.</b> P2 considera que em política nunca se é nada, apenas se está temporariamente em determinadas funções que não são definitivas.</p> <p>Considera que o ser é muito mais do que o estar. Afirma que, na sua perspetiva da política como democracia, a condição é mais de estar do que de ser, de outra forma, só encarando a política de um ponto de vista absoluto.</p> <p>Afirma que nunca se é na política, está-se.</p>	<p><b>14.</b> Em política nunca se é nada, está-se.</p> <p>O ser é muito mais do que o estar.</p> <p>Na perspetiva da política como democracia, a condição é mais de estar do que de ser.</p> <p>De outra forma, só encarando a política de um ponto de vista absoluto.</p>

## Transcrição e análise - P3

Texto Original	Descrição das unidades de significado	Significado Psicológico
<p><b>1. P:</b> Gostava que me falasse da sua experiência como deputada, incluindo o que sente nestas funções, mas também motivações, competências, se julga que são necessárias competências específicas, expectativas, dificuldades e eventuais frustrações em relação ao trabalho que desempenha no dia-a-dia no Parlamento.</p> <p><b>R:</b> São muitas coisas... então... eu tenho um percurso político eventualmente atípico. Não tinha uma experiência partidária, de atividade partidária antes de ser deputada, não fazia parte sequer, nunca tinha sido militante de nenhum partido, mas tinha algum conhecimento do Parlamento porque como ativista de movimentos diversos ligados à cultura, mas também ligados a precários, a intermitentes, o Parlamento era o sítio onde eu vinha exigir coisas. Fui ouvida na Comissão de Educação, na da Cultura... ou seja, tive sempre relação com o Parlamento há já algum tempo enquanto ativista que vinha ao Parlamento de várias formas, em vários movimentos diferentes sempre ligados ou à cultura ou aos precários, ou uma fusão das duas, os intermitentes do espetáculo.</p>	<p><b>1.</b> Questionada sobre a sua experiência como deputada, P3 classifica o seu percurso político como atípico por não ter experiência partidária antes de ser deputada, nem ser militante de nenhum partido.</p> <p>Contudo, afirma que já conhecia e tinha uma relação com o Parlamento pela sua atividade como ativista em diversos movimentos cívicos ligados à cultura, aos precários e aos intermitentes.</p> <p>O Parlamento era o sítio onde vinha exigir coisas, tendo sido ouvida várias vezes em comissões, como a da Educação e a da Cultura.</p>	<p><b>1.</b> Percurso político atípico, não tinha experiência nem era militante partidária</p> <p>Ativista em movimentos cívicos, já conhecia o Parlamento, onde ia fazer exigências em audições nas comissões parlamentares.</p>
<p><b>2.</b> E, portanto, a razão por que eu aceitei quando o Bloco me</p>	<p><b>2.</b> Declara que não tinha planeado ou desejado ser deputada, foi</p>	<p><b>2.</b> Atividade não planeada ou desejada, foi convidada para</p>

<p>convidou a vir, porque não foi uma coisa que eu tivesse planeado ou desejado, foi um convite que me foi feito, porque o meu percurso era outro, a razão que me fez aceitar foi aquele compromisso de quem esteve do outro lado sempre a exigir agora tem oportunidade de estar lá e de fazer, uma certa reciprocidade, relação de espelho em relação ao que tinha feito sempre.</p>	<p>convidada pelo Bloco de Esquerda para integrar as listas do partido.</p> <p>Afirma que aceitou o convite por razões de compromisso com o seu percurso de ativista perante a oportunidade de passar para o lado do fazer, reciprocidade, relação de espelho relativamente ao que sempre tinha feito.</p>	<p>integrar as listas eleitorais do partido.</p> <p>Aceitou por coerência com o percurso de ativista face à oportunidade de passar para o lado do “fazer”.</p> <p>Reciprocidade, relação de espelho.</p>
<p><b>3.</b> Depois, eu tenho experiências muito diferentes aqui. Porque eu tenho a experiência de ter entrado para um Grupo Parlamentar do Bloco com 16 deputados e numa altura em que eu começava a conhecer o Bloco todo, embora tivesse sempre trabalhado próxima do Bloco, não era do Bloco e, portanto, começava tudo muito próximo, e em que, digo assim, tive o grande luxo de ser uma deputada especialista, ou seja, de uma área, trabalhei sempre com a área da cultura e da comunicação social.</p>	<p><b>3.</b> P3 afirma ter diferentes experiências enquanto deputada.</p> <p>Relata a experiência de início de mandato no grupo parlamentar do Bloco, partido com o qual já tinha trabalhado mas que só agora começava a conhecer, com o privilégio de ser deputada especialista nas áreas em que sempre trabalhou, cultura e comunicação social.</p>	<p><b>3.</b> Diferentes experiências como deputada, iniciou o mandato com um governo minoritário.</p> <p>Privilégio de ser deputada especialista nas suas áreas de trabalho, cultura e comunicação.</p>
<p><b>4.</b> E aí... há a parte mais difícil e também a parte melhor. A parte mais difícil foi mesmo o quotidiano da Assembleia, no primeiro mês tinha dores de cabeça todos os dias quando de cá saía, depois falei com outros deputados e disseram que lhe aconteceu a mesma coisa, que ao princípio. <b>P:</b> Porquê? Foi difícil a adaptação?</p> <p><b>R:</b> Sim, mesmo do ponto de vista físico, ficava mal disposta, dores de cabeça, tudo isto pesava. Portanto,</p>	<p><b>4.</b> Afirma que o início do mandato teve uma parte mais difícil e uma parte melhor.</p> <p>Relata que a parte mais difícil foi o quotidiano da Assembleia em que no primeiro mês ficava todos os dias com dores de cabeça, situação que confirmou ser comum a outros deputados.</p>	<p><b>4.</b> Dificuldades de adaptação ao quotidiano parlamentar.</p> <p>O primeiro mês foi fisicamente difícil, tinha dores de cabeça, má disposição, sensação de que tudo aquilo pesava.</p> <p>Adaptação à luz artificial, horários longos e stress foram</p>

<p>tem a ver com tudo, com a luz artificial, com os horários seguidos, eventualmente o tipo de stress associado, é diferente, é assim um choque para quem não está cá... Não é tanto o choque pelo número de horas por dia que se trabalha porque também sempre fiz imensas coisas ao mesmo tempo, nunca tive propriamente uma grande rotina, uma vida descansada, desse ponto de vista não tive uma diferença, mas ainda assim houve um choque grande, fisicamente violento até.</p>	<p>Admite que a adaptação foi difícil até do ponto de vista físico, ficava mal disposta, com dores de cabeça e com a sensação de que tudo aquilo pesava.</p> <p>Atribui as dificuldades de adaptação à luz artificial, aos horários longos e seguidos e ao tipo de stress associado às funções, descrevendo o seu impacto como um choque grande e fisicamente violento.</p>	<p>um choque fisicamente violento.</p>
<p><b>5.</b> Teve a parte boa porque, numa altura com um governo minoritário e tendo o Bloco na altura 16 deputados e sendo uma deputada especialista, foi possível alterar algumas coisas nas leis, ou seja, foi possível perceber o impacto direto de vir de uma determinada área na feitura de uma determinada legislação. Mesmo em leis que se consideram más. Eu lembro-me, por exemplo, a Lei da Rádio, votei contra na especialidade, uma lei péssima, mas foi possível, na altura estavam a tirar as cotas da música portuguesa, não deixar que as cotas fossem retiradas e mantê-las e fazer audições... ou seja, mesmo que o edifício legislativo depois continuasse a ter os problemas políticos gerais, foi possível alterar algumas coisas, ou a alteração que foi feita à legislação sobre os contratos de trabalho dos intermitentes do espetáculo, eu não concordo com algumas coisas mas foi possível avançar-se, noutras não foi possível.</p>	<p><b>5.</b> Considera como parte boa ter iniciado funções numa altura em que existia um governo minoritário e em que o Bloco tinha elegido 16 deputados, o que possibilitou alterações em algumas leis.</p> <p>Afirma que, sendo deputada especialista, percebeu o impacto da sua origem profissional para a elaboração das leis, apontando o exemplo de algumas que considera serem más e com as quais não concorda, mas que poderiam ter problemas políticos maiores se não se tivesse batido por certas propostas de alteração.</p> <p>Aponta como exemplos a Lei da Rádio, contra a qual votou na especialidade por considerar péssima mas em que conseguiu introduzir alterações, ou a alteração à legislação sobre os contratos de trabalho dos intermitentes do espetáculo em que, embora discordando, também conseguiu alguns avanços.</p>	<p><b>5.</b> Satisfação por ter iniciado funções com um governo minoritário, permitiu alterações legislativas que menorizaram o impacto de algumas leis más.</p> <p>Convicção do contributo da sua origem profissional para a alteração de algumas leis.</p>

<p><b>6. P:</b> Sentiu que teve um contributo para essas alterações? Como é que se sentiu com isso?</p> <p><b>R:</b> Tenho a certeza que tive. Tenho a certeza que tive também no seguimento das propostas que o Bloco já tinha feito antes, ou seja, aliás, foi por aí que eu comecei a trabalhar com o Bloco antes de cá estar, foi porque o Bloco já era motor dessas alterações. Aí, o sistema constitucional parlamentar português tem uma vantagem em relação a outros países que muitas vezes não é considerada importante, que é o facto dos partidos da oposição terem capacidade de proposta legislativa, ou seja, não fazem só alterações ao que o Governo propõe. Os partidos da oposição, independentemente do seu tamanho, têm sempre capacidade de propor e isso é muito importante porque na capacidade de propor há também a capacidade de promover a audição de quem vem de fora cá para dentro falar dos aspetos concretos. E, portanto, quando eu digo que eu acho que tive influência no que foi conseguido não é uma influência pessoal de, por uma grande iluminação, de repente se ter influência, mas é por o mecanismo o permitir. E permitir uma grande ligação entre quem está no terreno a falar dos assuntos.</p>	<p><b>6.</b> Afirma-se convicta do seu contributo para a alteração de algumas leis, bem como para a continuidade de propostas que já tinham sido impulsionadas pelo partido e nas quais tinha colaborado enquanto ativista.</p> <p>Realça a vantagem do sistema parlamentar português, em relação a outros países, de permitir a capacidade de proposta legislativa dos partidos de oposição, independentemente da sua dimensão.</p> <p>Destaca que a possibilidade de iniciativa legislativa dos partidos da oposição permite também a audição de pessoas e entidades sobre os assuntos em apreço.</p> <p>Afirma-se convicta de que o seu contributo para as alterações legislativas alcançadas não se deveu a uma influência pessoal ou de grande iluminação, mas porque o sistema democrático permite à oposição apresentar propostas.</p>	<p><b>6+7.</b> Ambivalência na avaliação do seu papel:</p> <p>Convicção do seu contributo pessoal para algumas alterações legislativas/</p> <p>Desvalorização da sua influência num sistema democrático que permite aos partidos da oposição apresentar iniciativas legislativas.</p> <p>Satisfação moderada, sem grandes euforias, porque não foram vitórias completas.</p> <p>Resiliência: num período mais de resistência do que de conquistas, sentiu que conseguiu resistir e que alguma coisa ficou.</p> <p>Maior satisfação por ter contribuído para travar a destruição do Estado Social.</p> <p>Constatação da relação direta entre a razão de ser deputado, as pessoas que se representa e os ganhos obtidos faz com que as coisas tenham sentido.</p>
<p><b>7. P:</b> Como é que se sentiu com essas vitórias?</p> <p><b>R:</b> Como nunca são vitórias completas nunca há uma grande euforia, não é? Mas ainda assim sente-se... Nós estamos a viver um momento, e já estávamos naquela altura quando eu vim cá, que é de</p>	<p><b>7.</b> Questionada sobre como se sentiu com essas vitórias, afirma que não se tratando de vitórias completas não houve lugar para grande euforia.</p> <p>Contudo, face à progressiva alteração de regime com retração</p>	

<p>estarmos a assistir a uma progressiva alteração de regime e, portanto, aquilo que eram as garantias públicas de serviço público, na cultura, tem impacto e na comunicação social, como as garantias de trabalho... mas agora para o que interessa, as garantias do serviço público já estavam em grande retração e, portanto, não se estava tanto num período de conquistas mas de resistência a essa retração e, portanto, uma pessoa sentiu que conseguiu resistir, que não foi tudo passado a ferro, que houve alguma coisa que ficou. Mais essa conquista do que propriamente de ter mudado. Noutras matérias houve alterações. No que diz respeito, por exemplo, aos direitos civis, como a questão do casamento de pessoas do mesmo sexo e mesmo outras questões, aí não, mas do ponto de vista de tudo o que era público, e como eu me dedicava às questões da cultura e da comunicação social, a ideia de que a presença do Estado era o mais importante, não é com este Governo que se começa a ver essa alteração, com o anterior já era e, portanto, não é tanto uma satisfação por ter mudado, é uma satisfação por não ter deixado que uma coisa tenha sido destruída e isso dar tempo às pessoas para se organizarem e, portanto, são momentos em que temos a certeza que há uma relação direta entre a razão por que aqui estamos, as pessoas que representamos e aquilo que conseguimos fazer. E isso é importante. É quando as coisas têm sentido.</p>	<p>das garantias de serviço público, afirma que foi um período mais de resistência do que de conquistas. Sentiu que conseguiu resistir e que alguma coisa ficou.</p> <p>Considera a resistência uma conquista maior do que mudar alguma coisa, embora reconheça a importância de alterações em matérias como os direitos civis, que possibilitou o casamento de pessoas do mesmo sexo.</p> <p>Satisfação não tanto pelo que foi mudado mas por não ter deixado destruir a presença do Estado em alguns setores.</p> <p>Certeza da relação direta entre a razão de ser deputado, as pessoas que se representa e os ganhos obtidos.</p> <p>Importante é quando as coisas têm sentido.</p>	
<p><b>8.</b> Depois, já com este Governo tive uma experiência muito diferente que é a experiência, por um lado, de</p>	<p><b>8.</b> Relata a experiência muito diferente de ser deputada com um governo maioritário e um grupo</p>	<p><b>8.</b> Experiência diferente com um governo de maioria e um grupo parlamentar mais</p>

<p>estar com um Grupo Parlamentar mais pequeno, que me exigia estar em comissões ao mesmo tempo, que é uma coisa que exige um esforço que eu nunca tinha feito, que é essencial em política, que é bem que seja feito, é que a política é mesmo o coletivo. Ou seja, quando eu na mesma tarde faço três comissões, significa que há assessores que estão a trabalhar nas áreas com quem é possível discutir politicamente qual é o assunto mas depois se confia politicamente no seu trabalho quando se chega a fazer. Portanto, essa ideia de confiança e de coordenação do trabalho político, ou seja, coordenar um trabalho, trabalhar em equipa e depois confiar, depois damos a cara por aquilo que a equipa fez porque objetivamente não se pode fazer sozinho.</p>	<p>parlamentar mais reduzido, o que lhe exigia a presença em comissões simultâneas e um esforço que nunca tinha feito, obrigando-a a confiar no que considera como essencial em política, o trabalho coletivo.</p> <p>Ideia de coordenação e confiança no trabalho de equipa para posteriormente dar a cara pelo resultado, o trabalho político não se pode fazer sozinho.</p>	<p>pequeno.</p> <p>Exigência de maior presença em comissões simultâneas obrigou-a a um esforço que nunca tinha feito e a ter que confiar no trabalho coletivo.</p> <p>Aprendeu a coordenar, a trabalhar em equipa e a confiar, porque o trabalho político não se pode fazer sozinho.</p>
<p><b>9.</b> Isso, por um lado, é uma experiência política diferente, mesmo de relação com o partido, com a forma como funciona, etc... e, por outro lado, também é diferente até a forma como organizamos a informação na nossa cabeça – é extraordinário como o nosso cérebro (risos) encontra formas diferentes de se organizar e como se encaixa informação diferente. Essa experiência foi a experiência que me fez ter mais noção de uma alteração na minha forma de organizar informação, se quiser. Até há muito pouco tempo, isto é um exemplo que pode parecer banal mas eu acho que significa isso, do trabalho mudar a forma como organizamos a nossa cabeça: eu até aqui há pouco tempo sabia, se não todos, mas boa parte dos textos de teatro que alguma vez fiz como atriz, sempre soube, agora</p>	<p><b>9.</b> Afirma que é uma experiência política diferente tanto na relação com o partido, como na forma de organizar mentalmente a informação.</p> <p>Foi a experiência que lhe deu maior noção de alteração mental na sua forma de organizar a informação.</p> <p>Aponta a sua experiência anterior de atriz como exemplo da transformação que o trabalho de deputada operou na sua organização mental. Afirma que antes sabia de cor quase todos os textos de teatro que tinha representado e agora não sabe nenhum.</p>	<p><b>9.</b> Experiência política diferente também na relação com o partido e na organização mental da informação.</p> <p>Consciência de alteração psíquica na forma de organizar e reter informação sobre várias áreas diferentes que antes julgava impossível memorizar.</p>

<p>não sei nenhum. Por outro lado, há uma quantidade de informação de áreas diferentes que eu julgaria completamente impossível ter na cabeça e agora tenho. Se me dissessem há uns anos que eu era capaz de organizar... E, portanto, é assim... tudo o que nós somos também se constrói!</p>	<p>Retém hoje informação sobre várias áreas diferentes que antes julgava impossível memorizar.</p>	
<p><b>10. P:</b> Veio do teatro, como é que foi esta passagem para a política? Depois das circunstâncias que já descreveu, o convite para a política. Como é que sentiu esta mudança de palco? É também um palco aqui?</p> <p><b>R:</b> Mas é muito diferente, não tem nada a ver. Uma das coisas, quando cheguei, que mais me custou foi que o facto de que ser deputada especialista significava também que eu tinha, e também por algumas áreas em que decidi trabalhar eram áreas que ainda não se tinham trabalhado muito no Bloco e era esse o meu papel, foi por isso que foi feito o convite, para acrescentar alguma coisa, mas nalgumas áreas. Uma das coisas que se nota, é que, de repente, estamos ali sozinhos, no teatro nunca estamos sozinhos, nem num monólogo (risos), na política sim. Na política está-se bastante sozinho. No momento em que se decide dizer aquilo, no momento em que se decide votar, é diferente o tipo de isolamento.</p> <p><b>P:</b> Não há um texto escrito...</p> <p><b>R:</b> Sim, não há um texto escrito. É um assumir isolado de uma responsabilidade coletiva. No teatro é um pouco diferente. Pomo-nos individualmente ao serviço de toda uma construção que é sempre coletiva, embora o grau de</p>	<p><b>10.</b> Questionada sobre a mudança de palco de atividade, do teatro para o Parlamento, afirma que é uma experiência muito diferente.</p> <p>Relata que uma das coisas que mais lhe custou no início foi sentir que o seu papel de deputada especialista significava que tinha de acrescentar alguma coisa em áreas que ainda não tinham sido muito trabalhadas pelo partido.</p> <p>Ao contrário do teatro, onde afirma que nunca se está sozinho, notou que no palco da política se está sozinho no momento em que se intervém ou vota, um assumir isolado de uma responsabilidade coletiva.</p>	<p><b>10+11.</b> Diferenciação entre as experiências do teatro e o trabalho parlamentar</p> <p>Insegurança inicial em relação às elevadas expectativas sobre o seu papel de deputada especialista.</p> <p>Ao contrário do teatro, onde nunca se está sozinho, sentimento de solidão no palco da decisão política</p> <p>Dúvida permanente sobre o assumir isolado de uma responsabilidade coletiva.</p> <p>Experiência do teatro tem vantagens e desvantagens. Positivo a dicção e a articulação das palavras, negativo o falar depressa.</p> <p>Alteração na relação com a exposição pública, antes não se importava de ser fotografada no palco, mas sente um grau de exposição pessoal diferente enquanto deputada.</p>

<p>exposição seja grande.</p>		
<p><b>11. P:</b> Como é que sente essa responsabilidade?</p> <p><b>R:</b> Com as necessárias dúvidas a todo o tempo. E eu, isso, acho que essas não passam, nunca. Embora sejam atividades completamente distintas, sendo certo que reconheço que algumas questões do teatro até podem ajudar, sei lá, a articulação, nunca ninguém me disse para ter cuidado com a minha dicção a falar, há pessoas que têm problemas com isso (risos), mas há outras coisas em que não ajuda nada porque eu sempre falei depressa, só não falava depressa quando estava em palco se a personagem exigia que eu falasse devagar. Portanto, há coisas que sei que não ajudam nada porque é completamente diferente construir uma personagem e sermos nós próprios a fazermos as coisas. E isso é uma distinção brutal do ponto de vista da exposição. Nunca tive problemas em ser fotografada em palco, agora já me habituei um bocadinho, mas isto de ser fotografada enquanto deputada, enquanto dirigente político, é diferente, ou seja, é um grau de exposição pessoal diferente.</p>	<p><b>11.</b> Admite uma dúvida permanente face ao assumir sozinha a responsabilidade coletiva.</p> <p>Apesar de serem atividades completamente diferentes, admite que há aspetos do teatro que podem ajudar e outros que não ajudam nada, apontando como exemplo positivo a dicção e a articulação das palavras, mas como negativo o falar depressa.</p> <p>Reconhece a diferença entre construir uma personagem e ser o próprio a dirigir a ação, o que afirma ser também muito diferente em termos de exposição pública.</p> <p>Afirma que nunca teve problemas em ser fotografada no palco mas que ser fotografada enquanto deputada é um grau de exposição pessoal diferente.</p>	
<p><b>12 P:</b> Como é que convive com essa exposição?</p> <p><b>R:</b> Relativamente mal, mas acho isso normal (risos). Relativamente mal no sentido de que não me é agradável...</p> <p><b>P:</b> O facto de estar sob o escrutínio permanente da opinião pública?</p> <p><b>R:</b> O escrutínio é diferente da exposição. O escrutínio das posições políticas é uma coisa que</p>	<p><b>12.</b> Afirma que se sente mal com o novo tipo de exposição, não é agradável, embora o considere normal.</p> <p>Questionada sobre se o que não é agradável é estar sob escrutínio permanente, traça a diferença entre escrutínio e exposição.</p> <p>Considera que o escrutínio das</p>	<p><b>12.</b> Sente-se mal com o novo tipo de exposição, não é agradável, mas é normal.</p> <p>A exposição mediática por vezes é irrelevante do ponto de vista político mas intrusiva do ponto de vista pessoal.</p> <p>Em funções políticas, há um nível maior de exposição</p>

<p>tem a ver com ideias. O problema da exposição mediática é uma parte muito grande do escrutínio público mas é diferente. E há aí uma parte que é, do ponto de vista político, verdadeiramente irrelevante e, do ponto de vista pessoal, algo intrusiva. Ainda que a imprensa em Portugal seja extraordinariamente cuidadosa e corre muito bem, em Portugal as coisas correm muito bem, ainda assim há alguma decência. Mas é diferente, o escrutínio político é diferente da cor da camisola que se veste, da imagem. Mas, enfim... em todo o caso, o nível de exposição é sempre muito maior e o nível de responsabilização é mais solitário, é uma atividade muito mais solitária. O teatro é uma construção muito mais coletiva.</p>	<p>posições políticas tem a ver com ideias e que é apenas uma parte do problema da exposição mediática, por vezes irrelevante do ponto de vista político e intrusiva do ponto de vista pessoal.</p> <p>Ressalvando que a imprensa em Portugal é bastante cuidadosa e decente, admite que em funções políticas o nível de exposição é muito maior e o nível de responsabilização é mais solitário por se tratar de uma atividade solitária.</p>	<p>pública associado a um nível de responsabilização mais solitário.</p>
<p><b>13. P:</b> Sente essa solidão como um peso? Tem medo de falhar?</p> <p><b>R:</b> Medo de falhar tem-se e é bom que se tenha porque é o que também faz pesarmos aquilo que fazemos. E é um peso, sim. E, porém, eu acho que é exatamente o peso que se escolhe quando se decide fazer determinadas coisas. E, portanto, ele é escolhido, não há outra forma, não significa que não haja um espaço na mesma para o debate livre mas é muito restrito. Quando se faz criação artística passamos meses, semanas, a debater ideias parvas para termos uma ideia boa com um grupo alargado de pessoas, na política isso não é possível (risos). A liberdade, a patetice é pouca, o que é um problema, porque a patetice faz surgir boas ideias também. E esse equilíbrio é um equilíbrio difícil de encontrar e eu acho que a arte o</p>	<p><b>13.</b> Questionada sobre a vivência da solidão na ação política, admite que tem medo de falhar, o que considera ser bom porque é o que permite pesar aquilo que se faz.</p> <p>Sente a solidão como um peso inevitável, mas escolhido, como resultado das responsabilidades que se aceitam.</p> <p>Compara a atividade política com a criação artística onde, ao contrário da política, existe mais liberdade para a patetice coletiva que pode resultar em boas ideias. Considera que a política poderia aprender com a arte para encontrar o equilíbrio.</p>	<p><b>13.</b> Reconhecimento do medo de falhar.</p> <p>Sentimento de solidão como um peso inevitável mas escolhido, decorrente das responsabilidades que aceitou.</p>

<p>encontra melhor que a política (risos) e terá alguma coisa a aprender com isso. Mas ainda assim, acho que faz sempre parte das responsabilidades que se aceitam, esse peso, essa solidão inevitável.</p>		
<p><b>14. P:</b> Vem de uma área que não tem nada a ver com a política, nem com as profissões mais habituais no Parlamento, juristas, médicos, outro tipo de atividades profissionais. Acha que são necessárias algumas competências especiais para ser deputada? Que competências considera que são necessárias para esta função?</p> <p><b>R:</b> Eu por acaso não acho que a minha atividade profissional não tivesse nada a ver com política, acho é que não é tradicional. Ou seja, depende daquilo que se faz em arte. Mas os projetos artísticos em que eu estive envolvida foram sempre projetos artísticos eminentemente políticos, políticos numa aceção geral da forma como olhamos para a vida. Ou seja, fazer por exemplo trabalhos sobre o espaço urbano é muito político (risos) e eu fiz vários. Fazer inclusão pela arte e trabalhar em bairros sociais é eminentemente político e foi um trabalho que eu fiz. Fazer coisas nas aldeias do Alvão, ou coisa do género, também é trabalho eminentemente político e eu fiz. Ou nas prisões, ou seja o que for... Portanto, acho que é importante na política um nível grande de reflexão sobre a forma como vivemos coletivamente. E acho que o que eu fazia me dava esse nível de reflexão e era com o que eu era confrontada todos os dias. Acho mesmo que quem faz do</p>	<p><b>14.</b> Considerando a sua proveniência de uma área profissional fora da política e de outras profissões mais habituais entre os deputados, questionada sobre as competências necessárias para exercer a função de deputado, começa por rejeitar a ideia de que a sua atividade profissional não tivesse nada a ver com a política, mas sim não tradicional, dependendo do género de arte que se faz.</p> <p>Afirma que sempre se envolveu em projetos artísticos de carácter político no sentido geral da forma como se olha para a vida.</p> <p>Aponta exemplos de trabalhos artísticos de intervenção social, sobre o espaço urbano, a inclusão pela arte em bairros sociais, em aldeias recônditas no norte do país, ou nas prisões, para defender a importância de existir uma reflexão política sobre a forma como se vive na comunidade.</p> <p>Afirma que a sua atividade artística lhe propiciava esse tipo de reflexão porque a arte não tem paredes estanques e obriga quem a faz a ter uma grande atenção ao que está à sua volta.</p>	<p><b>14+15.</b> Competências para ser deputado: o seu trabalho em projetos artísticos de carácter político proporcionou-lhe uma reflexão política sobre a vida da comunidade.</p> <p>Sente que tem até mais recursos do que outras pessoas com percursos profissionais mais típicos da atividade de deputado.</p> <p>O trabalho artístico deu-lhe matéria prima para conhecer melhor algumas realidades.</p> <p>Não substitui o estudo teórico dos assuntos, apenas ajuda a pôr caras concretas nos problemas com que se depara.</p> <p>Alguns projetos artísticos em que participou ajudam-na agora a pensar sobre o impacto das leis na vida das pessoas.</p>

<p>trabalho artístico a sua vida e tem esta ideia de trabalho artístico com a comunidade, não é exclusivamente com a comunidade, não estou a dizer que a arte tem paredes estanques, mas quem o faz tem uma atenção muito grande ao que está à sua volta. Porque o que está à sua volta é a sua matéria-prima de trabalho. Portanto, eu acho até que tem mais do que outras pessoas que têm percursos profissionais mais típicos deste tipo de atividade e, muitas vezes, são muito mais fechados dentro das coisas da própria profissão.</p>	<p>Considera por isso que até tem mais recursos do que outras pessoas com percursos profissionais mais típicos da atividade de deputado e que estão mais fechados nas áreas das suas profissões.</p>	
<p><b>15.</b> A minha atividade profissional é uma atividade profissional em que o quotidiano e a sua diversidade eram matérias-primas, portanto, não pode estar fechada sobre si própria. E, portanto, acho que isso me dá muito mais conhecimento, até do país, porque uma pessoa a percorrer o país todo e a fazer coisas em sítios diferentes... Portanto, quando se fala de determinados assuntos, ou seja, seja, por exemplo, quando se fala das escolas que entretanto fecharam, com poucos alunos, e agora estão a fechar muito mais com mega agrupamentos, não são para mim uma teoria, eu trabalhei em escolas dessas. Quando se fala nas linhas de comboio, eu andei nelas, fiz trabalho sobre elas, quando se fala sobre o sistema prisional, eu fiz trabalho nas prisões. Ou seja, é uma profissão em que, se essa for opção das pessoas, há uma abertura a realidades muito diversas, faz com se chegue aqui e as coisas não sejam teóricas. Não significa que se tenha tudo o que é preciso do ponto de vista teórico para se pegar nos assuntos, não estou com isso a</p>	<p><b>15.</b> Considera que a diversidade do seu trabalho artístico lhe deu matérias-primas que lhe proporcionam maior conhecimento sobre a realidade de alguns assuntos.</p> <p>Admite, contudo, que o conhecimento empírico não substitui a necessidade do estudo teórico dos assuntos, apenas ajuda a pôr caras concretas nos problemas com que se depara.</p> <p>Aponta exemplos de projetos artísticos em que participou que ajudam agora a pensar sobre o impacto de determinada legislação na vida das pessoas.</p>	

<p>desvalorizar o estudo teórico, porque esse é preciso fazer. Mas é verdade que só ajuda pôr caras muito concretas nos problemas que nos são postos pela frente. Quando vem uma legislação que diz que é preciso expor o nome das pessoas que vivem em bairros sociais, eu conheço pessoalmente muitas pessoas que vivem nesses bairros, portanto, lá está, e posso pensar qual é o impacto que isso terá nas suas vidas e nas suas caras concretas. Eu acho que isso é bom. Acho que isso só nos faz bem, nós darmos caras concretas às coisas.</p>		
<p><b>16.</b> Há depois, naturalmente, ferramentas que ajudam, umas que eu não tinha, outras que eu tinha e que não têm a ver com a minha profissão. Eu reconheço que o facto de ter estudado direito durante algum tempo, embora tenha desistido do curso e depois fui estudar outra coisa qualquer, me ajudou, porque há, é verdade, uma diferença entre o uso da terminologia jurídica e o uso da terminologia quotidiana que muitas vezes leva a confusões e que para mim estava completamente resolvido na minha cabeça, ou até de organização política, etc, porque foi o que eu estudei. Embora depois não tenha feito nada com isso na minha vida profissional, a verdade é que está cá (risos), a verdade é que ter estado três anos em Coimbra a estudar Direito está cá e, portanto, mesmo que eu não tenha gostado, mesmo que depois tenha tido todo um outro percurso, tenho que reconhecer que ter bases jurídicas mínimas, não acho que tenhamos que ser todos juristas licenciados em Direito, muito pelo contrário, mas acho que é verdade,</p>	<p><b>16.</b> Admite que há outros conhecimentos que ajudam.</p> <p>No seu caso, admite que, apesar de não ter gostado, ter estudado direito durante três anos a ajudou com a terminologia jurídica e a ter bases jurídicas mínimas importantes para a função de deputado.</p>	<p><b>16+17.</b> Valorização dos conhecimentos anteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- frequência do curso de direito durante 3 anos para domínio da terminologia e bases jurídicas mínimas para a função;</li> <li>- gestão de orçamentos em funções públicas para a interpretação da linguagem dos números que ninguém consegue ler;</li> <li>- experiência profissional com responsabilidades diversificadas e de decisão favorece o trabalho de deputado.</li> </ul>

que ajuda.		
<p>17. Há depois outras coisas... também ajuda, por exemplo, ter que gerir orçamentos. Eu tive que gerir orçamentos toda a vida e também ajuda isso, ou seja, questões muito práticas de como é que se organizam coisas, qual é o impacto com que depois as pessoas têm que lidar, do ponto de vista administrativo, orçamental, etc... como eu tive sempre que gerir orçamentos relacionados com decisões públicas, isso também dá uma certa... ou seja, o que é que é complicado, as coisas que ninguém consegue ler, que ninguém vai perceber, há uma parte que é jurídica, há outra parte que é um bocadinho do bom senso. Não tem só a ver com a parte jurídica estrito senso. Eu julgo que ter experiência de atividade com responsabilidades diversificadas em se tenha que ter lidado com decisões, também é verdade que ajuda.</p>	<p><b>17.</b> Acrescenta que saber gerir orçamentos em funções públicas, como teve que fazer toda a sua vida, também foi uma ajuda para interpretar a linguagem complicada dos números que ninguém consegue ler.</p> <p>Admite que ter uma experiência de atividade profissional com responsabilidades diversificadas e de decisão favorece o trabalho de deputado.</p> <p>Reconhece, contudo, a falta de experiência no jogo partidário como uma dificuldade, mas que por vezes também é favorável porque ajuda a tomar posições de forma diferente.</p>	
<p>Depois há toda uma experiência que eu não tinha e que, portanto, aí é um bocadinho... às vezes correu-me muito mal, outras vezes correu muito bem. Às vezes não ter essa experiência também ajuda porque se fazem as coisas de uma outra maneira, não porque se pensou nisso mas porque sim, que é toda a experiência do jogo partidário.</p> <p><b>18. P:</b> Que experiência é que sente que não tinha?</p> <p><b>R:</b> O problema do jogo partidário, ou seja, muitas vezes o debate nunca é em torno do tema que se julgaria que era. Estamos a debater uma legislação sobre copos de água, os copos de água são o que menos interessa no debate público</p>	<p><b>18.</b> Admite que não tinha a experiência do problema do jogo partidário, que reconhece como uma dificuldade, mas que por vezes também é favorável porque ajuda a tomar posições de forma diferente.</p> <p>Descreve o jogo partidário como o debate sobre uma matéria, por exemplo, o copo de água, mas que acaba por decorrer à volta de outros assuntos que não têm nada a ver com o tema em discussão.</p> <p>Considera que essa dialética tem coisas boas e más. Vê como</p>	<p><b>18.</b> Dificuldades no exercício da função pela falta de experiência do jogo partidário, embora a veja por vezes como favorável por ajudar a tomar posições de forma diferente.</p> <p>O lado negativo do jogo partidário é a desvalorização dos problemas em debate em função da relação de forças que se estabelece para encontrar as soluções.</p> <p>É ingénuo e improfícuo pensar que a discussão se centra nos assuntos, o problema é sempre</p>

<p>(risos), fala-se de outra coisa qualquer. Essa experiência não tinha, claramente. Isso tem coisas boas e tem coisas más. Tem coisas boas porque é importante que nós continuemos a falar sobre o copo de água. Tem coisas más porque é verdade que muitas vezes o que está em causa para se resolver o problema do copo de água é a relação de forças e a relação de forças que se estabelece com outros temas que não o copo de água para resolver o problema do copo de água. E, portanto, a visão ingénua de que é sobre isto também é uma visão que não nos leva a lado nenhum. Portanto, é necessário aprender-se, seja sobre o que for, é sempre um problema de relação de forças e, portanto, tudo isso que muitas vezes é à volta, que parece não ter a ver com o tema, é que é o essencial porque é o que determina a relação de forças para depois se decidir sobre o tema em concreto. E essa parte, para mim, era mais complicada. Não por minha ingenuidade de não perceber que o que está em causa é a relação de forças (risos), porque nunca fui uma pessoa propriamente despolitizada, não é isso que está em causa, a luta de classe não me é um conceito estranho, mas porque tem regras da forma funciona, do ponto de vista institucional, do ponto de vista da comunicação social, etc, que para mim me eram completamente estranhas. E devo dizer que em parte ainda são porque esse é um percurso de aprendizagem de muito tempo (risos). Acho que aprendi alguma coisa. Acho que há outras coisas que me recuso a aprender e há algumas que ainda irei aprender,</p>	<p>positivo que se continue a debater a matéria em questão, mas como negativo que o que esteja realmente em causa seja a relação de forças que se estabelece para resolver o problema em discussão.</p> <p>Considera que pensar que a discussão se centra no assunto em apreço é uma visão ingénua que não leva a lado nenhum e que é necessário aprender-se que, seja qual for o assunto, o problema é sempre de relação de forças.</p> <p>Apesar de nunca ter sido uma pessoa despolitizada, admite a sua ingenuidade em não perceber que o que está em causa é a relação de forças porque tem regras institucionais e comunicacionais próprias que lhe eram estranhas.</p> <p>Embora reconheça que aprendeu alguma coisa, admite que algumas dessas regras ainda lhe são estranhas e continuarão a ser, não só porque se trata de uma aprendizagem ao longo dos anos, mas porque se recusa a aprender.</p>	<p>de relação de forças.</p> <p>Ingenuidade por não perceber que o que está em causa é a relação de forças porque tem regras próprias que lhe eram estranhas.</p> <p>Aprendeu algumas regras da dialética do jogo partidário, ainda vai aprender mais, mas há outras que se recusa a aprender.</p>
--	---	--

espero eu...		
<p><b>19. P:</b> Quais são as principais dificuldades que tem no dia-a-dia no Parlamento, além das que já referiu, nomeadamente essa parte da relação de forças e do que já aprendeu e se recusa a aprender... como é que sente a vivência do dia-a-dia nesta casa?</p> <p><b>R:</b> Paradoxalmente, isto é um sítio que é feito, aparentemente, com determinado número de condições que são dadas aos deputados para trabalhar, que até parecem para fora como sendo boas condições e que eu acho que são péssimas condições para se trabalhar. Ou seja, está feito para um determinado tipo de maneira de encarar a política. Há poucos espaços na agenda, poucos espaços físicos e poucos espaços na agenda parlamentar como ela está organizada, para se reunirem pessoas para se discutirem temas, para se ouvir pessoas de fora, isso está pouco pensado. E também está pouco pensado para os deputados aguentarem o esforço físico dos momentos muito intensos, com muitas horas seguidas de trabalho parlamentar. Um defeito se calhar, na minha visão, se aumentaria a carga de trabalho dos deputados, porque nós teríamos mais tempo e mais espaço para chamarmos pessoas de fora, para reunirmos, para discutirmos. O outro é que é preciso haver condições físicas para aguentar determinadas coisas. Isto está feito para partidos com muitos deputados, claramente. Uma pessoa que tenha de estar aqui de manhã à noite sai daqui com isto tudo fechado, não tem nada para comer... é feito para outra forma de ser deputado, é feito para uma</p>	<p><b>19.</b> Questionada sobre as dificuldades da vivência do quotidiano do Parlamento, vê como um paradoxo que pareça exteriormente que existe uma organização com boas condições para os deputados trabalharem, mas que na sua opinião são péssimas.</p> <p>Considera que o Parlamento está pensado para uma determinada forma de encarar a política, com poucos espaços na agenda para reuniões, debates e audições com pessoas de fora, do mesmo modo que está pouco pensado para os deputados aguentarem o esforço físico dos momentos mais intensos.</p> <p>Admite que o seu desejo de que houvesse mais espaço para ouvir as pessoas aumentaria a carga de trabalho dos deputados, com o conseqüente esforço físico a que obrigaria.</p> <p>Considera que o Parlamento está feito para os partidos com muitos deputados, entendido mais como uma forma de passar por ali do que um sítio onde se trabalhe, que não dispõe de condições para quem passa lá os dias até altas horas da noite sem ter sequer onde comer.</p>	<p><b>19+20.</b> Paradoxo entre a imagem exterior de uma organização com boas condições de trabalho, mas que na realidade são péssimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- pensado para encarar a política em circuito fechado, com poucos espaços para reuniões, debates e audições com pessoas de fora;</li> <li>- pouco pensado para os deputados aguentarem o esforço físico dos momentos mais intensos;</li> <li>- feito para os partidos com muitos deputados, sem condições para os que trabalham até muito tarde, nem sequer onde comer;</li> <li>- organizado sob um modelo antigo de viver a política, desconfortável para as exigências atuais.</li> </ul> <p>Afetação da vida pessoal pela falta de condições para trabalhar, com prejuízo das filhas pequenas.</p> <p>Perceção de uma conceção antiga de fazer política também na perspectiva das relações familiares, afeta não só as mulheres mas também os homens com filhos.</p> <p>Desejo de melhores condições para um mínimo de equilíbrio entre a vida profissional e</p>

<p>forma de passar por aqui, mais do que um sítio onde se trabalhe...</p>		<p>peçoal.</p>
<p><b>20. P:</b> Isso é complicado?</p> <p><b>R:</b> Na minha vida é porque..., lá está, eu tenho filhas pequenas, não vou para casa trabalhar, trabalho aqui o trabalho que tenho que fazer. E mesmo do ponto de vista disso, trazer para aqui crianças é muito difícil, tem uma creche até aos 3 anos, dão aquelas aulas e... chapéu (risos). É feito com uma conceção antiga de fazer política. Tanto antiga do ponto de vista de ser um sítio mais para as pessoas fazerem discursos do que para as pessoas fazerem trabalho, essa falta de reunião, de trabalho, de espaços. Também antiga do ponto de vista daquilo que são as relações familiares e a forma como se encara a vida porque, diria eu, que hoje, não é tanto uma questão de dizer que também há mulheres e as mulheres também têm filhos, também há mulheres e homens e as mulheres e homens também têm filhos e as mulheres e homens devem poder ter um mínimo de equilíbrio entre uma vida e outra. Portanto, isto está pensado, está organizado, como um modelo antigo de viver a política e, portanto, é altamente desconfortável.</p>	<p><b>20.</b> Admite que a falta de condições tornam a sua vida pessoal complicada, sai tarde, não leva trabalho para casa, tem filhas pequenas e trazê-las para o Parlamento é complicado porque embora tenha uma creche é só até aos 3 anos.</p> <p>Considera que o Parlamento está organizado sob um modelo antigo de viver a política, desconfortável para as exigências atuais.</p> <p>Entende que funciona numa conceção antiga de fazer política, tanto como um espaço apenas para proferir discursos e não para trabalhar, como na perspetiva das relações familiares, afetando não só as mulheres como os homens com filhos.</p> <p>Defende que devia haver condições para um mínimo de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.</p>	
<p><b>21. P:</b> Quais são as suas expectativas em relação ao seu trabalho como deputada?</p> <p><b>R:</b> O Parlamento está a degradar-se muito, o interesse da vida parlamentar está a degradar-se. É uma opção do governo fazer isso e é um problema por duas razões: o</p>	<p><b>21.</b> Questionada sobre as expectativas em relação ao seu trabalho como deputada, afirma o Parlamento se está a degradar muito e o interesse da vida parlamentar também.</p> <p>Afirma que a degradação é uma</p>	<p><b>21.</b> Perceção da degradação do Parlamento e do interesse da vida parlamentar;</p> <p>Perceção da degradação intencional do debate parlamentar pelo governo de maioria absoluta para</p>

<p>debate parlamentar, mesmo quando há maiorias absolutas, é essencial, ainda que não se mude uma coisa numa votação, porque é a forma de expor pontos de vista alternativos ao país, porque o Parlamento tem a exposição pública que deve ter o órgão que é mais representativo do ponto de vista do poder, aquele órgão onde as várias escolhas democráticas em confronto, que são do país também, mais se expressam. E, portanto, mesmo quando há maiorias absolutas, mesmo quando há este sentimento de frustração, proponha-se o que se propuser eles vão chumbar, nem que a seguir apresentem uma coisa parecida porque nesse caso até estavam de acordo mas chumbam esta para não se dizer que eles aprovaram - nós tivemos isso com este governo com coisas como os genéricos, medicamentos, coisas do género - mesmo existindo isso, porque com maiorias absolutas há muito menos espaço para fazer aprovar propostas e, portanto, são sempre períodos mais frustrantes, desse ponto de vista, da proposta aprovada - é o espaço de debate por excelência, o espaço em que se expõem alternativas e visões contraditórias. E isso é muito importante. E, em Portugal, como digo, o facto de o sistema ser mais proporcional do que noutros sítios, não há só bipartidarismo, conseguimos ter mais representação do que na maior parte dos Parlamentos, com todos os defeitos que este sistema tem e que as pessoas sentem que tem é, comparado com muitos outros da Europa o mais aberto. As oposições têm poder de iniciativa legislativa, há mais representatividade, todos os grupos parlamentares têm</p>	<p>opção do governo de maioria absoluta para desvalorizar o debate parlamentar e a exposição pública do órgão de poder mais representativo, onde se expressam e confrontam as várias escolhas democráticas do país.</p> <p>Apesar de as maiorias absolutas produzirem um sentimento de frustração, por haver menos espaço para aprovação de propostas da oposição, o Parlamento é o espaço de debate por excelência onde se expõem alternativas e visões políticas contraditórias.</p> <p>Realça a importância de o nosso sistema político ser mais proporcional que o de outros países, permitindo, mais do que o bipartidarismo, uma representação maior do que noutros parlamentos.</p>	<p>desvalorizar a visibilidade do confronto das várias escolhas democráticas no órgão de poder mais representativo;</p> <p>Compensação do sentimento de frustração produzido pelas maiorias absolutas pela convicção de que o Parlamento é o espaço inalienável de exposição do contraditório das visões políticas;</p> <p>Valorização da proporcionalidade do sistema político português: mais do que o bipartidarismo, permite maior representação partidária do que noutros parlamentos.</p>
--	--	---

<p>condições mínimas mesmo que tenham poucos deputados para se fazerem representar, portanto, acaba por ser um sítio muito importante dessa exposição de alternativa.</p>		
<p><b>22.</b> Neste momento, com este governo, existe uma desvalorização do debate. Há uma coisa simbólica que sendo simbólica demonstra um bocadinho a forma como o governo vê: nos debates quinzenais já não vem o governo todo como vinha nos outros governos anteriores, vem o Primeiro-Ministro, ou o Ministro dos Assuntos Parlamentares e os Secretários de Estado, quando muito. Mesmo o facto de os documentos não chegarem aqui primeiro, chegam a outro sítio qualquer primeiro, ou até a forma como o governo se sente à vontade para dizer aqui qualquer coisa, a forma como a comunicação social também, como está mais fragilizada, tem menos meios, está mais precarizada e também depender muito das fontes de informação institucionais, da página do governo, o Parlamento foi-se transformando quase na sala de conferências de imprensa do governo, ou seja, vem cá um Ministro e não interessa aquilo com que a oposição o confrontou, o que interessa na Comissão. No Plenário é mais ou menos a mesma coisa. Isso é grave porque torna muito presente aquele discurso do “estão contra mas não têm alternativa”, porque as alternativas que são apresentadas deixaram de ter visibilidade – já tinham muito pouca, agora não têm praticamente nenhuma, se é que têm alguma - e é um dos sintomas desta mudança de regime que eu dizia que estava a</p>	<p><b>22.</b> Reitera a convicção da desvalorização do debate político pelo governo, apontando a gravidade de alguns atos simbólicos da sua desconsideração pelo Parlamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-escassa presença de ministros nos debates quinzenais com o primeiro-ministro;</li> <li>-envio tardio de documentação, depois de já ser tornada pública por outras instituições;</li> <li>-aproveitamento da precariedade dos jornalistas e da fragilidade da comunicação social para transformar o Parlamento num mero veículo de informação institucional com o objetivo de minimizar a visibilidade do espaço de debate e de exposição de alternativas políticas.</li> </ul> <p>Sintomas de uma mudança de regime que não começou com este governo: ataque e destruição dos serviços públicos e imposição de políticas de austeridade contra a maioria social, através do crescente esvaziamento dos espaços de debate e de contraditório.</p>	<p><b>22.</b> Convicção da desvalorização do debate político fundamentada no simbolismo de algumas atitudes na relação do governo com o parlamento e na instrumentalização da comunicação social visando o apagamento da exposição de alternativas políticas.</p> <p>Identificação de sintomas de mudança de regime político: destruição dos serviços sociais e imposição de políticas de austeridade através do esvaziamento dos espaços de debate e de contraditório.</p>

<p>acontecer e que não começou com este governo e que tem a ver com tudo o que é público. Na Grécia, por exemplo, a certa altura os pacotes de austeridade passaram a ser aprovados num único artigo, ou seja, numa lei que só tem um único artigo e que passa um pacote de austeridade inteiro para não haver debate no Parlamento. Ou seja, as políticas de austeridade, como são políticas que são contra a maioria social, porque atacam a maioria social e que não têm resultados à vista, portanto, digamos assim, o benefício da dúvida inicial de que se fará sacrifícios em nome de uma redenção futura, quando a redenção não vem passa a ser só ataque à maioria social permanente, a forma de conseguir fazê-lo é apagar cada vez mais os espaços de debate e de contraditório. E isso tem sido feito de várias formas.</p>		
<p><b>23. P:</b> Sente isso como uma frustração?</p> <p><b>R:</b> Sim, sinto isso como uma frustração, uma vez que o Bloco acha que é importante, sempre achou e eu concordo com isso, estar presente no Parlamento, que os Parlamentos são importantes do ponto de vista da pluralidade e que é um instrumento que deve ser usado, de que não devemos prescindir, e é frustrante por isso, porque é um instrumento de que nós não prescindimos de alternativa, de proposta e que perde a sua importância, portanto há um investimento num instrumento que de repente tem menos importância. E, por outro lado, acima de tudo, é assustador, porque não se vê que a desvalorização dos Parlamentos, destes Parlamentos demo-liberais</p>	<p><b>23.</b> Sente a desvalorização do debate político como uma frustração, partilha a crença do partido na importância dos Parlamentos como instrumentos da pluralidade política.</p> <p>Também é assustador porque não vê que a desvalorização dos Parlamentos demo-liberais da Europa esteja a ser substituída por outro mecanismo democrático, sentindo-se apenas o esvaziamento da base que é a soberania dos povos.</p> <p>Admite que é um problema de difícil solução e que estar ali sem poder fazer nada lhe causa um sentimento muito complicado,</p>	<p><b>23.</b> Frustração face à desvalorização do debate político, partilha da crença partidária quanto à importância do Parlamento como instrumento da pluralidade política.</p> <p>Sentimento assustador por não ver a desvalorização dos parlamentos da Europa ser substituída por outros mecanismos democráticos.</p> <p>Analogia da imagem das pessoas a tomar chá enquanto o Titanic afundava para definir um sentimento terrível de impotência, que não tinha quando chegou ao parlamento,</p>

<p>da Europa, esteja a ser substituída por nenhum outro mecanismo de uma democracia mais densa, sente-se é o esvaziamento da base que é a soberania do povo. E isso faz com que este sentimento complicado, muito complicado, de uma pessoa se sentir um bocadinho a perguntar-se às vezes se não está como as pessoas que tomavam chá enquanto o Titanic se afunda enquanto se está aqui dentro. Não se resolve não estando aqui dentro, não tem uma solução fácil, se tivesse acharíamos (risos), mas coloca esse sentimento terrível que eu não tinha quando entrei e que agora tenho.</p>	<p>questionando-se sobre a semelhança à imagem das pessoas a tomar chá enquanto o Titanic se afundava.</p> <p>Classifica-o de “sentimento terrível” que não tinha quando chegou ao parlamento mas que agora tem.</p>	<p>mas que agora tem.</p>
<p><b>24. P:</b> Tem vontade de continuar...</p> <p><b>R:</b> Tenho. Mais do que isso, tenho a ideia de que este é o momento essencial para as pessoas se empenharem das mais diversas formas na disputa política quotidiana. Não só no debate mas mesmo na disputa política quotidiana porque estamos a viver um momento de uma transformação muito grande - e todos os indicadores são bastante maus – mas a verdade é que é um momento de transformação, não está definido e, portanto, aquilo que formos capazes de fazer agora vai ser completamente determinante nos próximos tempos. Não tenho uma visão de que isto é um pequeno soluço na Europa, ou um pequeno soluço numa crise financeira, tenho mesmo uma visão de que há uma alteração que está a ocorrer e que há uma responsabilidade extraordinariamente grande naquilo que vai ser a nossa capacidade de manter aquilo que se chama – e bem – de soberania do povo, com todas as suas complicações e</p>	<p><b>24.</b> Questionada, confirma a vontade de continuar, convicta de ser mesmo o momento essencial para as pessoas se empenharem não só debate, mas nas mais diversas formas na disputa política quotidiana.</p> <p>Acredita que atravessamos um momento de grande transformação de contornos indefinidos em que a capacidade de ação no presente será determinante para a mudança de políticas no futuro próximo.</p> <p>Visão ideológica de que o problema da Europa não se reduz a um estremecimento numa crise financeira. Trata-se de uma transformação de regime que exige uma grande responsabilidade coletiva para manter a soberania do povo com todas as suas complexidades e fragilidades.</p>	<p><b>24.</b> Determinação em continuar na política.</p> <p>Convicção da necessidade crucial do empenho das pessoas nas diversas formas de disputa política quotidiana.</p> <p>Crença na capacidade de ação no presente como determinante para a mudança de políticas no futuro próximo.</p>

<p>fragilidades. E sabendo que, ainda por cima, os discursos mais, eu não quero dizer populistas, mas populares, neste momento são simultaneamente os discursos mais perigosos. Ou seja, aquilo que será as respostas que podem parecer, do ponto de vista imediato, mais atrativas, ter consciência de que são as respostas que aceleram uma mudança de um regime demo-liberal para um regime em que o demo não existe e, quando muito, existirá um conservadorismo neoliberal e autoritário.</p>	<p>Adverte para a necessidade de consciência de que os discursos populistas que parecem oferecer respostas imediatas mais atrativas são os mais perigosos porque aceleram a mudança do atual regime demo-liberal para um regime de conservadorismo neoliberal e totalitário.</p>	
<p><b>25. P:</b> Vê-se nessa mudança? O seu papel nessa mudança, como é que o sente?</p> <p><b>R:</b> Que deve ter existido alturas mais simples (risos) para estar na vida política, em que uma pessoa estava mais por uma progressão de ideias... Eu tenho uma visão muito coletiva da vida política. Ou seja, o que eu disse ao início e repito sobre a solidão que faz parte da forma como se vive, isso é um sentimento individual mas não é a forma como se faz a política. É um sentimento individual inevitável, mas a forma como se faz a política é coletiva. Eu sinto que é a responsabilidade do ponto de vista macro político o que neste momento estamos a fazer. Sinto que sou responsável por um coletivo que tem a função complicada de fazer, de ser parte da transformação daquilo que é a falência do regime demo-liberal numa politização profundamente democrática da contestação, ao invés dos populismos autoritários, sejam eles neo-fascistas ou outros. E, portanto, é nesse sentido que eu leio a atuação. O que quer dizer também que uma pessoa se prepara</p>	<p><b>25.</b> Questionada sobre a visão do seu papel na mudança política, admite com humor a existência de alturas mais simples para estar na vida política, em que a luta era mais pela progressão ideológica.</p> <p>Embora reitere o reconhecimento da solidão na vivência da ação política como um sentimento individual inevitável, rejeita que seja a forma de agir e reafirma a convicção numa visão coletiva da vida política.</p> <p>Sente-se responsável por um coletivo que assume a pretensão complicada de participar na transformação da falência do regime demo-liberal numa politização democrática da contestação, contrária aos populismos autoritários.</p> <p>Consciente da necessidade de estar preparada para momentos difíceis de resistência e de criação de solidez, admite a dificuldade</p>	<p><b>25.</b> Convicção numa visão coletiva da atividade política.</p> <p>Sentimento da solidão na vivência da ação política é individual e inevitável, mas não é a forma de fazer política.</p> <p>Sentimento de responsabilidade por um coletivo com objetivos de intervenção na transformação da falência dos regimes liberais em formas de contestação politizadas e democráticas.</p> <p>Consciente da dificuldade em manter a mobilização de um coletivo sem expectativas de vitórias fáceis a curto prazo.</p>

<p>para momentos difíceis, de resistências... porque não estamos num momento de navegar ondas, estamos num momento de criar solidez. E isso é difícil porque é um momento de como conseguir fazer parte da mobilização de um coletivo sabendo que não se lhe pode oferecer vitórias de curto prazo e muito fáceis.</p>	<p>em conseguir manter a mobilização de um coletivo sem expectativas de vitórias fáceis e de curto prazo para lhe oferecer.</p>	
--	---	--

## Transcrição e análise - P4

Texto Original	Descrição das unidades de significado	Significado Psicológico
<p><b>1 - P:</b> Gostaria que me falasse da sua experiência de deputada, da sua vivência no dia-a-dia no Parlamento, mas também das suas motivações para a vida política, dificuldades, competências, se pensa que são necessárias competências específicas para o exercício da função de deputado, expectativas e eventuais frustrações.</p> <p><b>R:</b> São tantas coisas... Primeiro, vivência como deputada, não é desprendida de todas as outras vivências. Obviamente, a política, para quem tem vivência partidária interna, experiências e responsabilidades internas. É conciliável, aliás, é de todo conciliável e até acho que é necessária, que não haja um desprendimento grande daquilo que é a vivência dos partidos com aquilo que se faz na Assembleia da República. É importante, tem que haver um equilíbrio, obviamente. Não pode ser trabalho exclusivo partidário mas é importante que haja articulação com aquilo que são depois os níveis de exigência nas cúpulas partidárias - confesso que essa parte às vezes é difícil perceber, como é que lidamos com todos esses canais de informação.</p>	<p><b>1.</b> Questionada sobre a sua experiência como deputada, P4 afirma que, no quotidiano, essa vivência não é desprendida de todas as suas outras vivências, incluindo a vida interna do partido na qual tem responsabilidades.</p> <p>Afirma que consegue conciliar a vivência de deputada com as responsabilidades partidárias, sendo mesmo desejável que exista essa conciliação entre a vida partidária e o trabalho do Parlamento.</p> <p>Embora defenda que o trabalho partidário deve ser articulado com as exigências das cúpulas partidárias, admite que por vezes é complicado perceber essas expectativas por dificuldades de acesso aos canais de informação.</p>	<p><b>1 -</b> Vivência como deputada é conciliada com todas as suas outras vivências, incluindo as responsabilidades partidárias.</p> <p>É desejável que exista essa conciliação entre a vida partidária e o Parlamento.</p> <p>Articulação do trabalho com as cúpulas partidárias por vezes é complicada por dificuldades de acesso à informação superior.</p>
<p><b>2.</b> A experiência como deputada também não é desprendida da nossa vida humana, como eu costumo dizer. Eu tenho uma filha pequenina, essa conciliação é difícil, é complicada. Eu não moro em Lisboa e, portanto, tenho essa componente de conciliação sempre</p>	<p><b>2.</b> Conciliação com a vida familiar é mais difícil e complicada.</p> <p>Tem uma filha pequena e vive a mais de uma centena de quilómetros de Lisboa. Faz diariamente muitos</p>	<p><b>2+3.</b> Maior dificuldade é conciliar a experiência de deputada com a vida familiar.</p> <p>Durante a semana, só</p>

<p>muito complicada. Muitos quilómetros, muitos horários diferentes daquilo que as pessoas no dia-a-dia estão habituadas, daquilo que era a minha profissão também, e daquilo que é essa conciliação de ser mãe num ambiente diferente, com horários diferentes, com reuniões fora de horas.</p> <p><b>P:</b> A maior parte da semana não vê a sua filha?</p> <p><b>R:</b> Vejo à noite, muito à noite. Por exemplo, ontem cheguei a casa eram duas da manhã e hoje saí eram 6h30 da manhã, dei-lhe um beijinho ela já estava a dormir, dei-lhe um beijinho ela ainda estava a dormir, é complicado.</p>	<p>quilómetros em horários muito diferentes das outras pessoas e do que era a sua profissão anterior, o que a obriga a uma conciliação de ser mãe num ambiente diferente e com horários diferentes.</p> <p>Afirma que é complicado só ver a filha à noite, muitas vezes quando já está a dormir, e sair de casa antes de ela acordar.</p>	<p>vê a filha à noite, muitas vezes já a dormir, e sai de casa antes de ela acordar, mas sente-se compensada por a ver crescer e pelo esforço para acompanhar a sua vida escolar à distância.</p> <p>Valorização da rede familiar para conseguir conciliar a vida pessoal com a política.</p> <p>A experiência de toda a relação familiar girar em função dos horários do Parlamento é um verdadeiro desafio.</p>
<p><b>3. P:</b> Como é que sente essa situação?</p> <p><b>R:</b> Vejo-a crescer, pelo menos. Faço um esforço físico muito, muito, grande, vejo os recados da escola, tento acompanhar aquilo que a distância não permitiria se estivesse aqui em Lisboa. Quando entrei para a Assembleia, a minha filha era muito bebé, tinha oito meses, portanto, amamentava, é um choque grande, tive que conciliar isso. E depois habituei-me à conciliação, a fazer muitos quilómetros e a andar para trás e para a frente. Mas é isso, é acompanhar, a festinha da escola - ontem trouxe-me um recado que tinha lá da festa de uma amiguinha da escola - mas pelo menos sempre vou acompanhando essas coisas e sempre tento organizar e orientar, o ballet, quem a vai buscar quem vai</p>	<p><b>3.</b> Questionada sobre como se sente com essa situação, afirma que pelo menos a vê crescer e que faz um esforço muito grande para acompanhar a sua vida escolar à distância.</p> <p>Relata que a entrada para a Assembleia foi um choque grande porque ainda amamentava a filha que tinha apenas 8 meses e teve que conciliar as situações. Afirma que depois se habituou a essa conciliação e a fazer muitos quilómetros diariamente.</p> <p>Afirma que tenta acompanhar e orientar a vida escolar da filha com o apoio da organização familiar para manter um equilíbrio, razão pela qual nunca mudou a residência para</p>	

<p>levar, a rede. A rede de uma organização familiar é importantíssima. Por isso é que eu nunca deixei de morar onde moro, porque tenho a minha mãe, o meu pai, a minha prima, o meu marido. É a única forma de conseguir ter estas coisas minimamente equilibradas, porque em Lisboa não tinha cá ninguém, teria que pagar para me fazerem um serviço desses e ficaria na mesma com o problema - e agora à noite como é que faço com a criatura pequena? - e com estas coisas todas. Portanto, rede familiar é uma parte importante e fundamental para se conseguir ter isto tudo organizado para a tal conciliação política e familiar, que é quase incompatível no meio destes horários todos.</p> <p>Compatibiliza-se com outros horários, temos outro tempo disponível, não temos o mesmo, temos que entender que é diferente e temos que ter a perceção de que nas escolas percebem isto, que da parte da criança é uma mãe com horários diferentes, com tempos diferentes mas que acompanha, depois a relação familiar anda toda em função dos horários que são desta casa, que são horários, ritmos, tempos completamente diferentes. Essa experiência é verdadeiramente um desafio.</p>	<p>Lisboa.</p> <p>Considera a rede familiar como fundamental para conseguir ter tudo organizado de forma a permitir a conciliação entre a vida política e familiar, que de outra forma seria impossível.</p> <p>Considera como um desafio que toda a relação familiar aconteça em função dos horários do Parlamento.</p>	
<p><b>4. P:</b> Portanto, a maior dificuldade que encontra à vivência do dia-a-dia como deputada é essa compatibilização com a vida familiar?</p> <p><b>R:</b> Eu já fazia muitos quilómetros, já tinha uma profissão de si exigente mas estava perto de casa. A distância, a proximidade, tinha fins de semana, tinha horários</p>	<p><b>4.</b> Admite que compatibilizar o trabalho de deputada com a distância e a vida familiar é o seu maior desafio, obrigando-a a fazer um esforço adicional.</p> <p>Afirma que sendo o seu principal desafio é também o que a motiva para procurar equilíbrios.</p>	<p><b>4.</b> Compatibilização da função de deputada com a vida familiar é o seu maior desafio, mas também o que a motiva a procurar equilíbrios.</p>

<p>minimamente estáveis que permitiam contrabalançar as coisas. Estando aqui, não, é preciso fazer um esforço adicional. Mas é o principal desafio que tenho, neste momento é a parte que me motiva a andar aqui sempre em equilíbrios.</p> <p>Porque depois, o desafio como deputada, o que é que eu lhe consigo dizer sobre isto? Olhe, acho que é importante - eu tinha uma profissão, como disse, tinha uma outra vida, trabalhei muito antes de vir para aqui, apesar de ser muito nova - mas acho que é importante. Consigo comparar aqui muita política - nós comparamo-nos uns com os outros, é absolutamente normal, o ser humano é assim - e acho que é importante isso, nós termos já tido uma experiência não política do outro mundo, do dito mundo normal, corrente, das pessoas que trabalham, que têm horários, que têm padrões, que têm chefes, que têm empresas, que têm desafios. Portanto, essa experiência é importantíssima, perceber como é que o mundo lá fora se organiza, porque depois mais facilmente conseguimos perceber como é que o mundo cá dentro se organiza, que também se organiza em ritmos diferentes e em redes completamente diferentes. Ou seja, eu estive na parte que executava uma profissão e agora estou na parte em que percebo como é que se organizam as decisões do país. E é fundamental perceber como é que essa decisão tem impacto e eu acho que isso dá outro nível de competências de decisão, acho que é importante nesse aspeto.</p>	<p>Considera o desafio como deputada importante, afirmando que tinha uma profissão, outra vida e trabalhado muito antes de vir para o Parlamento, apesar de ser muito nova.</p> <p>Considerando normal a comparação com os seus pares, afirma a importância de uma experiência não política do “outro mundo, dito normal, das pessoas que trabalham, têm horários e padrões”.</p> <p>Considera a experiência de perceber como se organiza o “mundo lá fora” como importantíssima, na medida em que é facilitadora da perceção sobre a organização do mundo parlamentar, nos seus ritmos e redes completamente diferentes.</p> <p>Destaca a passagem de uma profissão executiva para uma posição que lhe permite perceber como se organizam as decisões do país e o seu impacto, considerando que isso lhe confere outro nível de competências de decisão.</p>	<p>Desafio como deputada é importante. Apesar de ser muito nova, tinha uma vida profissional de muito trabalho antes de ir para o Parlamento.</p> <p>Experiência do “mundo lá fora” facilita a perceção sobre a organização e funcionamento do mundo parlamentar.</p> <p>Mudança de um trabalho executivo para uma posição que lhe permite perceber a dinâmica da organização das decisões do país proporciona-lhe outro nível de competências de decisão.</p>
<p><b>5. P:</b> O que é que a motivou a</p>	<p><b>5.</b> Questionada sobre o que a motivou para a política, afirma que</p>	<p><b>5.</b> Ainda se interroga sobre o que a</p>

<p>aceitar o desafio da política?</p> <p><b>R:</b> (risos) Eu própria às vezes ainda pergunto isso. Eu já tinha uma vivência partidária, como lhe disse, e a certa altura começa-se a perceber que entra-se num processo de crescimento interno partidário e a decisão aparece. Olhe, não foi planeada mas aconteceu e achei que era um desafio que, precisamente porque a política é a coisa mais efémera que existe, valia a pena a experiência - vou ver como é o outro lado. Ainda por cima, entrei na outra legislatura que toda a gente dava como morta à partida - é este mês, é o outro - isto é, uma legislatura muito curta, durou um ano e meio, e foi um bocado isso, é uma experiência sem tempo, vamos ver como é que corre. Foi um bocado isso. Eu já tinha tido participações na Assembleia de Freguesia, na Assembleia Municipal, portanto, em termos autárquicos já tinha tido essa participação, em termos de órgãos políticos nacionais também já tinha tido e, portanto, isto foi o outro complemento e o outro mundo que me faltava experimentar.</p>	<p>ainda se interroga.</p> <p>Admite que a decisão de ser deputada não foi planeada, mas que apareceu naturalmente como corolário de um processo de crescimento interno no partido.</p> <p>Aceitou o desafio por considerar que a política é efémera e queria ter a experiência de ver “como é o outro lado”.</p> <p>Entrou para o Parlamento por curiosidade sobre o decurso de uma legislatura que se perspectivava breve, sentindo que era a experiência que lhe faltava depois das participações autárquicas na Assembleia de Freguesia e na Assembleia Municipal.</p>	<p>motivou para a política.</p> <p>Atividade de deputada não planeada, decisão surge do processo de crescimento interno no partido.</p> <p>Aceitou o desafio porque queria ter a experiência de ver “como é o outro lado”.</p> <p>Era a experiência que lhe faltava, depois de cargos autárquicos.</p>
<p><b>6. P:</b> Qual é o balanço que faz desta experiência?</p> <p><b>R:</b> O balanço que faço é muito positivo. Há o desgaste, tem todas as coisas negativas que lhe podemos apontar, mas eu acho que ainda assim isto é uma casa muito grande e, para quem quer trabalhar, há espaço. É como em qualquer sítio, quem queira fazer qualquer coisa, acho que dá para fazer. E já tive a experiência de estar na oposição e de agora ser deputada</p>	<p><b>6.</b> Questionada, considera que o balanço da experiência de deputada é positivo.</p> <p>Afirma que, apesar dos aspetos negativos do desgaste, o Parlamento é uma casa muito grande com espaço para quem quer trabalhar.</p> <p>Relata experiências diferentes como deputada na oposição e agora num</p>	<p><b>6.</b> Otimista, faz um balanço positivo da experiência de deputada, tanto na oposição como num partido de poder.</p> <p>Lado negativo: o desgaste e as suas consequências negativas.</p>

<p>num partido de poder.</p> <p><b>P:</b> Como é que são essas duas experiências?</p> <p><b>R:</b> Totalmente diferentes, era muito mais fácil na oposição, confesso. Há uma outra liberdade de atuação e há uma outra forma de se poder fazer política mais desbravada, com outro desassossego e desafronto. Obviamente que estar num partido de poder, há mais condicionalismos, portanto, emanam outras decisões diferentes de quem está no poder, ainda por cima num país sob assistência financeira em que tudo é complicado, tudo é difícil, não há graus de liberdade...</p> <p><b>P:</b> Há pouca margem para iniciativas?</p> <p><b>R:</b> Há pouca margem e a que existe é muito mais delicada e, portanto... mas é um balanço positivo em todas as frentes, na oposição, no poder... Eu sou uma pessoa otimista por natureza e, portanto, se não estivesse aqui bem já tinha saído, não é? Nós temos que ser um pouco em função dos lugares que ocupamos, mas é positivo.</p>	<p>partido do poder.</p> <p>Admite que era mais fácil na oposição, pela possibilidade de maior liberdade de ação e de fazer política de forma “mais desbravada, com outro desassossego e desafronto”.</p> <p>Num partido de poder tem mais condicionalismos subordinados às decisões de quem o exerce, sendo ainda mais difícil pela circunstância de o país estar sob assistência financeira, o que torna tudo complicado, sem graus de liberdade e com pouca margem para iniciativas políticas.</p> <p>Afirma-se otimista por natureza, pelo que faz um balanço positivo da atividade de deputada tanto na oposição como no poder, senão já tinha saído.</p>	<p>Lado positivo: o Parlamento tem condições para quem quer trabalhar.</p> <p>Experiências diferentes como deputada na oposição e num partido de poder.</p> <p>Na oposição era mais fácil pela possibilidade de maior liberdade de ação política.</p> <p>Num partido de poder existe um condicionamento imposto pelas decisões do governo, limitador da margem de liberdade para iniciativas políticas.</p>
<p><b>7. P:</b> Já referiu, fazendo a ponte entre a sua vida pessoal e este momento de deputada, o aspeto da organização. Disse que neste momento percebe como é que se organizam as decisões, como é que se organiza o país, foi uma das aprendizagens que fez neste lugar. Há mais alguma coisa que a tenha marcado para além dessa visão da arquitetura do sistema político?</p> <p><b>R:</b> Que temos muitas debilidades,</p>	<p><b>7.</b> Questionada sobre outros aspetos relevantes, além da visão organizativa, constata a existência de muitas debilidades, tanto ao nível do sistema político como de cidadania.</p> <p>Reafirma a convicção de que somos um país muito dependente do Estado e que mesmo a sociedade civil se organiza sob uma componente política.</p>	<p><b>7.</b></p> <p>Constatação de muitas debilidades, tanto ao nível do sistema político como da cidadania.</p> <p>Visão liberal do sistema político e económico: critica o peso da dependência</p>

<p>quer no sistema político, quer no sistema civil, de cidadania. Nós temos um país muito dependente do Estado em todos os seus níveis e temos a própria sociedade civil, quando se diz organizada de uma forma cívica, tem uma componente política. Talvez por sermos um país muito pequenino falta-nos um pouco isso, eu acho que talvez por sermos uma democracia muito recente falta-nos um pouco essa maturidade cívica de haver pouco espaço para a iniciativa pura, privada, mesmo privada cívica. Naqueles pesos e equilíbrios que uma balança de um país pode ter, temos tudo muito público, temos tudo muito Estado e temos muitas debilidades do ponto de vista de quem quer trabalhar fora deste prisma.</p> <p><b>P:</b> Mas existem cada vez mais movimentos de cidadãos independentes...</p> <p><b>R:</b> É tão difícil, existem mas acho que são tão politizados, eu vejo as coisas um bocadinho assim. Tentar fazer qualquer coisa fora do Estado é um desafio, porque eu já tentei (risos). É mesmo, mesmo muito difícil.</p>	<p>Atribui a falta de espaço para a iniciativa cívica e privada a fatores como a pequena dimensão do país e à democracia recente, com pouca maturidade cívica.</p> <p>Considera que é tudo muito público com uma forte presença do Estado, muito difícil para quem pretende trabalhar fora desse prisma.</p> <p>Convicção de que os movimentos independentes de cidadãos são muito politizados e que a intenção de fazer alguma coisa fora do Estado é um desafio muito difícil que já tentou.</p>	<p>do Estado e a organização da sociedade civil sob uma componente política.</p> <p>Falta de espaço para a iniciativa cívica privada atribuída a fatores como a dimensão do país, a democracia recente e à pouca maturidade cívica.</p> <p>Da sua experiência de ativismo cívico, convicção de que a forte presença do Estado e a politização dos movimentos de cidadãos constituem um desafio muito difícil para quem tenta agir de forma altruísta fora do Estado.</p>
<p><b>8. P:</b> Não acha que isso poderia ser uma ameaça aos partidos?</p> <p><b>R:</b> Não, pelo contrário. Uma cidadania forte, ativa, participada, que soubesse qual é o seu limite, qual é o seu lado, podia exigir também um pouco mais aos partidos políticos para eles próprios se robustecerem, se enfrentarem de outra forma. É como o Governo e a oposição em que uma oposição forte ajuda também a termos um Governo mais ativo, mais pro ativo,</p>	<p><b>8.</b> Questionada, não vê os movimentos cívicos como uma ameaça aos partidos. Pelo contrário, considera que uma cidadania forte e ativa, mas conhecedora dos seus limites, podia ser mais exigente com os partidos, permitindo que estes se fortalecessem e reorganizassem internamente.</p> <p>Dinâmica comparada com a do governo e a oposição, em que uma</p>	<p><b>8.</b> Crença no poder de uma cidadania forte e ativa, mas dentro dos seus limites, para o fortalecimento e regeneração interna dos partidos.</p> <p>Semelhança com a dinâmica entre o governo e a</p>

<p>mais equilibrado. Acho que todas as partes fazem falta na balança e eu acho que há, fora da política, fora do sistema que é Estado, pouca iniciativa. É a parte mais débil que eu vejo nesta arquitetura toda. Por exemplo, das poucas formas de cidadania que temos aqui na Assembleia da República é a petição, é tão frágil, alguém recolhe um conjunto de assinaturas, vem aqui, faz uma discussão, morre. Se não houver um partido político depois a abraçar, e muitas vezes mesmo abraçando a causa, aquilo que eu vejo são projetos de recomendação. Daí à iniciativa legislativa vai um mundo, vai um passo muito grande. Portanto, não é consequência imediata. A forma de participação cívica naquilo que é o meio da Assembleia da República e político ainda é muito ténue. Acho que isso é uma coisa que se o Parlamento do futuro puder ser de outra forma, deve ter outro tipo de participação, neste aspeto.</p>	<p>oposição forte ajuda a ter um governo mais pro ativo e equilibrado.</p> <p>Insiste que vê a pouca iniciativa participativa fora do Estado como a maior debilidade da arquitetura do sistema político.</p> <p>Aponta o exemplo do direito de petição como uma das poucas formas de participação da cidadania na Assembleia da Republica, considerando-o muito frágil e pouco profícuo. Mesmo com o apoio de um partido político, da discussão acabam por resultar apenas projetos de recomendação, sem tradução em alterações legislativas com consequências imediatas.</p> <p>Vê a participação cívica no sistema político parlamentar como muito ténue, defende a procura de outras alternativas no futuro.</p>	<p>oposição: uma oposição forte favorece a atividade e o equilíbrio governativo.</p> <p>Visão da pouca iniciativa participativa fora do Estado como a maior debilidade do sistema político.</p> <p>Desvalorização da eficácia do direito de petição, uma das poucas formas de participação cívica no Parlamento, visto como muito frágil e pouco profícuo.</p> <p>Necessidade de encontrar formas alternativas de participação cívica no sistema político parlamentar.</p>
<p><b>9.</b> Isto em termos do nosso sistema político. Depois lá fora também está tudo dependente do Estado, nada existe fora do Estado. Eu tive um acidente muito grande há dois anos. Faço muitos quilómetros e houve um dia que aconteceu e... vi a morte assim... Foi uma experiência de vida porque senti que era uma segunda oportunidade. Depois do que aconteceu, um acidente tão grande e eu saí de lá com o corpinho que Deus me deu, senti que a minha vida mudou. E a minha forma de ver as coisas também mudou um bocadinho. Tinha uma filha mais pequenina do que é hoje e, quando a fui buscar à</p>	<p><b>9.</b> Para além do âmbito político e parlamentar, verifica que todas as iniciativas cidadãos estão sempre dependentes do Estado e que nada existe fora do seu âmbito.</p> <p>Relata como um grave acidente de automóvel, do qual saiu ilesa, dois anos antes, foi uma experiência que a fez sentir que estava a ter uma segunda oportunidade, que a sua vida mudou, bem como a sua visão das coisas.</p> <p>Fê-la pensar que queria fazer mais do</p>	<p><b>9+10.</b> Crítica da dependência do Estado, não há margem para iniciativas de cidadania fora do âmbito estatal.</p> <p>Experiência de um grave acidente de viação fê-la sentir que estava a ter uma segunda oportunidade, mudando a sua visão das coisas.</p>

<p>escola, já contei isto várias vezes, abracei-a com aquele abraço de que não há amanhã, como deve imaginar. E achei que quero fazer mais do que isto. Eu estou em exclusividade neste momento na Assembleia em virtude das funções que ocupo. Eu estava numa empresa pública, portanto, também não poderia acumular esta duplicidade de funções e como também nunca fiz nada da parte do privado, também não era agora que ia começar a fazer por maioria de razão, não é? Então estou em exclusividade. Mas achei que queria fazer mais do isto, esta loucura do partido, a assembleia, os trabalhos, o para a frente e para trás, geram-nos rotinas de vivermos quase em círculo. Era aquilo que lhe dizia há bocado: eu passo o dia todo, pareço um cãozinho com a pulguinha atrás do rabo, rodo, rodo, rodo, e parece que não saio do mesmo sitio.</p>	<p>que fazia naquela época como deputada, embora estivesse em regime de exclusividade e impedida de acumular funções com a sua anterior atividade numa empresa pública.</p> <p>Sentiu que queria fazer mais do que aquela “loucura do partido”, dos trabalhos da assembleia, de andar para a frente e para trás, das rotinas de viver “quase em círculo”.</p> <p>Compara-se a um “cãozinho com a pulguinha atrás do rabo”: “rodo, rodo, rodo, e parece que não saio do mesmo sitio”.</p>	<p>Desejo de fazer algo mais para além das funções de deputada, da “loucura do partido”, de andar para a frente e para trás, das rotinas de viver “quase em círculo”.</p> <p>Sentia a rotina do parlamento como um rodopiar sobre si própria sem sair do mesmo sitio.</p> <p>Trabalho no Parlamento é como andar em círculos, numa rotina que altera a perceção da realidade sobre outros contributos fora da política.</p> <p>Católica praticante, depois do acidente questionou-se sobre o sentido da sua vida.</p> <p>Voluntarismo de trabalho com crianças: pela primeira vez na vida, deu-lhe a loucura de passar à prática essa coisa tão gira da cidadania e do voluntariado.</p>
<p><b>10. P:</b> Isso aqui no Parlamento? É o sentimento que tem do se faz aqui?</p> <p><b>R:</b> É. E viver um bocadinho nessa rotina faz-nos às vezes descolar da realidade, daquilo que nós também podemos dar como contributo não só como políticos. Somos mais para além disso. Sou católica, praticante</p>	<p><b>10.</b> Questionada, confirma sentir que o seu trabalho no Parlamento é como andar em círculos, numa rotina que por vezes altera a perceção da realidade sobre outras possibilidades de dar um contributo fora da política.</p> <p>Utiliza o plural majestático para afirmar a importância do ser para</p>	

<p>e tenho fé. Portanto, acho que somos mais que corpo, mais que função, mais que isso tudo, e isso veio tudo ao de cima nessa altura. E então, andei ali uns dias ainda um bocadinho bêbeda do acidente, zombie, a perguntar-me o que é que eu ando aqui a fazer - nós questionamos tudo... - e pensei, achei que podia fazer alguma coisa com crianças. Pela primeira vez na vida deu-me assim um bocadinho a loucura de vamos lá passar à prática, é tão giro esta coisa da cidadania e do voluntariado, vamos lá passar á prática, vamos lá fazer qualquer coisa...</p>	<p>além da política.</p> <p>Afirma-se católica praticante e com fé, ideia de que tomou consciência quando, depois do acidente, andou uns dias como "zombie" e se questionou sobre o sentido do que andava a fazer. Afirma que nestas situações questionamos tudo.</p> <p>Relata que pensou em fazer alguma coisa com crianças e que pela primeira vez na vida lhe deu a loucura de pensar passar à prática essa coisa tão gira da cidadania e do voluntariado.</p>	
<p><b>11. P:</b> E fez?</p> <p><b>R:</b> E fiz. É difícil. É muito difícil. Fundei uma associação "Face to Diference", uma cara da diferença, com amigas, conhecidos, pá vamos fazer alguma coisa diferente. É um horror funcionar fora das malhas do Estado porque toda a gente nos pergunta: mas são IPSS? Não, somos um grupo de gente que quer fazer uma coisa diferente. Ah, pois, mas tinha que ter utilidade pública... e pronto, voltamos à malha do Estado. Por isso é que lhe digo, é tudo na malha do Estado. Há muito pouca iniciativa que possa correr fora da malha do Estado, e a que existe é questionada, toda a gente desconfia e, portanto, fazemos coisas pequeninas, não publicadas, diferentes. Fui conhecer associações, fundações e casas, na minha própria terra, no meu concelho, que não sabia que existiam. Orfanatos, casas abrigo de crianças maltratadas que, porque</p>	<p><b>11.</b> Relata que desafiou amigas e conhecidos para fazer algo diferente, fundar uma associação que fosse uma cara da diferença, "Face to Diference".</p> <p>Relata que foi muito difícil e que é um horror funcionar fora da alçada do Estado por não ser uma instituição de utilidade pública.</p> <p>Afirma que a pouca iniciativa que existe fora da malha do Estado é questionada e alvo de desconfiança, cingindo-se a coisas pequenas e não divulgadas.</p> <p>Da experiencia da associação, relata ter conhecido associações e fundações na sua própria terra que não conhecia, como orfanatos e casas de abrigo para crianças maltratadas, atribuindo o desconhecimento generalizado dessas instituições ao</p>	<p><b>11.</b> Desafiou amigas e conhecidos para fundar uma associação que fosse uma cara da diferença.</p> <p>Constatação com horror da dificuldade de tentar funcionar fora da alçada do Estado. Poucas iniciativas que existem são questionadas e geram desconfiança.</p> <p>Descobriu na sua própria terra instituições de apoio social que desconhecia.</p> <p>Preocupação em</p>

<p>não têm às vezes os dirigentes políticos da moda não são conhecidas. Eu fui conhecer essa outra realidade, anónima. Fiz questão também de não procurar essa divulgação porque, se por um lado abre portas, por outro é uma barreira, quando se mete política numa casa destas há sempre uma reação difícil. Olhe, e fazemos coisas do género: uma casa que acolhe meninas, nunca tinham ido ao cinema e eu reservei o cinema e fomos todos numa tarde fazer uma sessão de cinema com crianças que nunca tinham ido ao cinema, e que não têm pai e mãe, como tem a minha, com capacidade financeira, económica, com estabilidade, que não têm o normal. E é difícil. É fácil porque parecem coisas tão simples como levar crianças a um cinema, fazer um piquenique com elas, é tentar que elas tenham uma vivência normal para quem não tem pai nem mãe, fora daquilo que é uma rede numa instituição. E é giro!</p>	<p>facto de não serem dirigidas por políticos da moda.</p> <p>Afirma que foi conhecer essa outra realidade anónima, mas fez questão de também não promover a sua divulgação, considerando que, embora por um lado possa abrir portas, existe uma barreira e uma reação difícil à tentativa de intrusão da política nessas instituições.</p> <p>Do género de ações da sua associação, relata como exemplo terem proporcionado uma sessão de cinema a meninas de uma casa de acolhimento que nunca tinham tido essa oportunidade.</p> <p>Apesar da aparente facilidade de fazer coisas tão simples como levar crianças ao cinema ou fazer um piquenique fora da rede da instituição, afirma que é difícil, mas é giro.</p>	<p>resguardar essa realidade anónima por verificar a existência de resistências contra a intrusão de políticos nessas instituições.</p> <p>Idealização caritativa do apoio social.</p> <p>Satisfação por conseguir organizar iniciativas, aparentemente tão simples, como levar crianças de lares de acolhimento ao cinema ou a fazer piqueniques fora das instituições. "É difícil, mas é giro!"</p>
<p><b>12. P:</b> No âmbito do Parlamento, como deputada, com possibilidade de iniciativa legislativa, não lhe ocorreu alguma forma de alterar as leis que possam agilizar esse tipo de associações, de movimentos?</p> <p><b>R:</b> (risos) Isso existe se houver... a lei vai a reboque da vida. Sou engenheira mas também já percebi essa parte da advocacia que é a lei vai a reboque da vida, e não se legisla vontade. Quando houver muita gente com mais vontade para fazer estas coisas, naturalmente isso aparece. Isto é que é o tal contraponto: existindo, haverá uma</p>	<p><b>12.</b> Questionada sobre a possibilidade de iniciativa legislativa para promover alterações no sentido de agilizar esse tipo de associações e movimentos, afirma que essa diligência depende da sua existência.</p> <p>Afirma que, apesar da sua formação de engenheira, já percebera a parte do direito em que é a lei que vai a reboque da vida e não se legislam vontades.</p> <p>Convicta de que o enquadramento</p>	<p><b>12.</b> Justifica e condiciona a sua inércia legislativa para maior autonomia dessas instituições ao aparecimento de mais associações cívicas.</p> <p>Percebeu do Direito que é a lei que vai a reboque da vida e que não se legislam vontades.</p>

<p>malha legal capaz depois de enquadrar essas coisas. Acho é que falta muita gente com vontade de... e a que existe é muito dependente do Estado, muito vocacionada para aqueles apoios tradicionais, aquela coisinha do dar a sopa, dar a casa...</p> <p><b>P:</b> Acha que se aparecessem vários movimentos, associações, instituições, pessoas com vontade que viessem para a praça pública queixar-se das mesmas dificuldades poderia haver vontade política para mudar as regras?</p> <p><b>R:</b> Acho que é preciso tentar fazer coisas diferentes. Fazer que o Estado permita que se aja fora do Estado, pouco enquadrado na norma, no sistema, no porque tem que ter o subsidio, ou aquela coisinha... que haja mais...</p>	<p>legal surgirá quando houver muita gente com vontade de fazer alguma coisa fora da dependência do Estado.</p> <p>Contudo, considera que há falta de pessoas com essa vontade, as iniciativas de intervenção social que existem são sempre muito dependentes do Estado e vocacionadas para os apoios tradicionais como a coisinha do dar a sopa, dar a casa.</p> <p>Insiste na necessidade de se tentar fazer coisas diferentes forçando o Estado a permitir a ação fora do sistema.</p>	<p>Insiste na necessidade de mais intervenção social de iniciativa privada e fora dos apoios do estado.</p> <p>Visão depreciativa dos apoios sociais dependentes da contribuição do Estado.</p>
<p><b>13. P:</b> Portanto, como deputada, sente isso como uma dificuldade?</p> <p><b>R:</b> Não, é uma fragilidade. É uma fragilidade da nossa cidadania, pouco participada, pouco ativa, pouco consciente dos seus direitos também. A maior parte das coisas que eu e os meus colegas fazemos como deputados também é a informação. Fazemos pontes da informação. As associações querem saber coisas e nós tentamos com os governantes que elas saibam como é que chegam à resolução do problema, à linha de financiamento, como é que está o ponto da situação do processo... nós fazemos de canal de informação. E de coisas que eu achava que era tão fácil, está acessível na internet, mas não têm muita consciência nem muita noção dos seus direitos e dos seus deveres. Temos uma cidadania pouco</p>	<p><b>13. Questionada,</b> rejeita que o sentimento de incapacidade de ação seja uma dificuldade sua, mas sim uma fragilidade da cidadania que considera pouco participada, pouco ativa e pouco consciente dos seus direitos.</p> <p>Considera que uma das suas funções, bem como dos seus colegas deputados, consiste em fazer de canal de informação com as instituições, procurando saber junto do governo quais as vias para a resolução dos seus problemas.</p> <p>Pensava que algumas das questões que lhe chegam até seriam de fácil resposta, por acessível na internet, mas as associações não têm muita</p>	<p><b>13. Negação de dificuldade</b> perante a sua inação para propor alterações legislativas na área da intervenção social.</p> <p>Atribui a dificuldade a uma fragilidade da cidadania, pouco participada, pouco ativa e pouco consciente dos seus direitos.</p> <p>A maior parte do trabalho dos deputados é fazer de ponte de informação entre o governo e as associações, devido à pouca consciência dos seus direitos e</p>

<p>informada, pouco ativa, pouco participada.</p>	<p>noção dos seus direitos e deveres.</p>	<p>deveres.</p>
<p><b>14. P:</b> Sente que é um trabalho importante, esse fazer de canal de informação?</p> <p><b>R:</b> É! É acordar consciências. Mas o sistema político faz muito por isso. Por exemplo, das coisas mais importantes que nós temos aqui, e a que muito pouca gente dá valor, é o Parlamento dos Jovens. Ir às escolas, dizer aos alunos, olhem o que nós fazemos, vocês podem fazer igual, participem da mesma forma numa associação, num clube, num sistema político de cidadania. Levar o Parlamento a, e tem de ser começado pelos mais jovens. É dos programas mais importantes que o Parlamento tem e é dos que me dá mais gozo fazer, confesso. Precisamente por isto, rasgar as barreiras da arquitetura tradicional, cinzentona, monocórdica, porque a nossa cidadania é um bocadinho frágil.</p>	<p><b>14.</b> Questionada, considera importante o papel de canal de informação para acordar consciências, embora admita que o sistema político também se esforce por o fazer.</p> <p>Aponta o exemplo do Parlamento dos Jovens como uma das iniciativas mais importantes da Assembleia da República.</p> <p>Admite que levar o Parlamento às escolas e dizer aos jovens que também podem participar num sistema político de cidadania é dos programas que lhe dá mais gozo fazer.</p> <p>Justifica-o por "rasgar as barreiras da arquitetura tradicional, cinzentona, monocórdica", numa cidadania que considera "um bocadinho frágil".</p>	<p><b>14.</b> Relevância do papel do deputado como canal de informação para acordar consciências.</p> <p>Parlamento dos Jovens é uma das iniciativas mais importantes da Assembleia da República e que lhe dá mais gozo fazer.</p> <p>Oportunidade de "rasgar as barreiras da arquitetura tradicional, cinzentona, monocórdica" da nossa cidadania "um bocadinho frágil".</p>
<p><b>15. P:</b> Nas suas funções como deputada, quais são as principais dificuldades que encontra?</p> <p><b>R:</b> De que falamos todos a mesma linguagem.</p> <p><b>P:</b> O que é que isso quer dizer?</p> <p><b>R:</b> Eu, às vezes, dou por mim a achar que nós estamos a dizer exatamente a mesma coisa para resolver exatamente o mesmo problema, tem tão pouco de político. Eu às vezes costumo dizer, isto não tem nada de político, é só</p>	<p><b>15.</b> Questionada sobre as principais dificuldades no exercício das funções de deputada, afirma que é falarem todos a mesma linguagem.</p> <p>Instada a esclarecer, afirma que por vezes dá consigo a pensar que estão todos a dizer a mesma coisa para resolver o mesmo problema e que isso não tem nada de político porque é só resolver o assunto.</p> <p>Considera que as linguagens políticas</p>	<p><b>15.</b> Defende a necessidade de falarem todos a mesma linguagem e conseguirem compreender-se um pouco mais.</p> <p>Interpretação paradoxal sobre o discurso político: dizem todos a mesma coisa para resolver um determinado assunto que não tem nada de político, as</p>

<p>resolver o assunto. As linguagens partidárias e políticas que nós falamos para chegar ao assunto às vezes é que são diferentes, estamos todos a falar chinês para uma coisa que está em grego. Que nos consigamos compreender mais. Precisamos também para isso de pessoas mais experimentadas.</p> <p>Eu aprendo muito com pessoas que já tiveram muito mais vida do que eu, e acho que isso é muito importante. E achava eu quando vim para aqui, na minha santa ingenuidade, com 35 anos, que ainda tinha tanto para aprender, e às vezes dou por mim a achar que vivi muito mais em termos práticos do que muitos daqueles que já cá apanhei, já cá estão e cá estarão certamente. E acho que a dificuldade é essa, que nos consigamos sentar todos à mesma mesa, apesar de lados opostos, mas falar todos a mesma linguagem para resolver o mesmo problema. Há coisas que não são políticas. A maioria das coisas que estamos a fazer aqui não é política. Relatórios, olhe, eu tenho aqui quilos de relatórios, fazemos o relatório, discutimos e aprovamos o relatório, e o que é que resolvemos com isso? E tente lá mudar isto. Isto é para fazer assim, não há volta a dar.</p>	<p>e partidárias sobre um mesmo assunto é que são diferentes.</p> <p>Defende a necessidade de conseguirem compreender-se um pouco mais, sendo preciso para isso pessoas com mais experiência.</p> <p>Afirma que aprende muito com pessoas que já tiveram mais experiências, considerando isso importante.</p> <p>Da ingenuidade de pensar, quando entrou para o Parlamento, com 35 anos, que ainda tinha muito para aprender, considera hoje que já viveu muito mais em termos práticos do que muitos deputados que já lá estavam, e certamente irão continuar.</p> <p>Considera que a dificuldade é conseguirem sentar-se à mesma mesa e, apesar das diferenças partidárias, falarem todos a mesma linguagem para resolver os problemas.</p> <p>Afirma que a maioria das atividades do Parlamento não são políticas.</p> <p>Aponta o exemplo dos quilos de relatórios que se fazem, discutem e aprovam, mas que não resolvem nada.</p>	<p>linguagens políticas e partidárias é que são diferentes.</p> <p>Valoriza a possibilidade de aprender com pessoas com mais experiências.</p> <p>Ingenuidade de pensar, quando entrou para o parlamento, que ainda tinha muito para aprender substituída pela convicção de já ter mais vivências do que muitos deputados mais antigos.</p> <p>Desvalorização das diferenças partidárias face à necessidade de falarem a mesma linguagem para resolver os problemas, muitos dos quais não são políticos.</p> <p>Convicção de que a maioria das atividades parlamentares não são políticas, mas sim funcionais.</p>
--	---	--

<p><b>16. P:</b> Se não é política o que se faz aqui, então é o quê?</p> <p><b>R:</b> Uma grande parte não é, a maior parte do que fazemos aqui é funcional. Quilos de projetos de resolução que não dão nada. Quilos de petições que analisamos que não dão em nada. Portanto, a discussão dos assuntos podia ser mais condensada mas efetiva. Ou seja, quando discutimos um assunto, nós vamos resolve-lo. A forma da ferramenta legislativa que está ao nosso dispor existe, mas às vezes é banalizada. Acho que é isso um bocadinho que falta, precisávamos de uma nova forma de funcionamento do Parlamento. De mudar algumas coisas, um novo regimento, as horas de Plenário que nós passamos ali...</p>	<p><b>16.</b> Questionada sobre o que se faz então no Parlamento se não é política, afirma que a maior parte do trabalho parlamentar é funcional e inútil.</p> <p>Aponta os exemplos de quilos de projetos de resolução e de petições analisadas que não dão em nada para defender que a discussão dos assuntos devia ser mais sintética, mas com o objetivo da sua efetiva resolução.</p> <p>Considera que há uma banalização das formas de iniciativas legislativas disponíveis.</p> <p>Defende a necessidade de outra forma de funcionamento do Parlamento, de um novo regimento e outros horários de Plenário, onde considera que se passam demasiadas horas.</p>	<p><b>16+17.</b> Desvalorização o da importância do trabalho dos deputados, a maior parte não é política, é funcional e inútil.</p> <p>Sentimento de inutilidade pelos “quilos” de relatórios que produz, bem como dos projetos de resolução e petições discutidos e aprovados, mas que não resolvem nada.</p> <p>Crítica da banalização das formas de iniciativas legislativas disponíveis.</p> <p>Defesa de outra forma de funcionamento do Parlamento: alteração do regimento e dos horários de Plenário, onde se passam demasiadas horas.</p>
<p><b>17. P:</b> Isso tem a ver com o dia-a-dia. Outras dificuldades que encontra no quotidiano?...</p> <p><b>R:</b> As comissões, acho que também é dos sítios onde nós temos um trabalho mais importante a fazer. Deveria ser mais substanciado, mais tempo de trabalho em comissão, mais efetivo. Acho que há tanto a fazer...</p> <p><b>P:</b> Voltando a essa parte que não é política, é funcional. Sente-se frustrada com essa perda de tempo,</p>	<p><b>17.</b> Questionada sobre outras dificuldades do quotidiano, considera as comissões parlamentares como um dos órgãos onde se faz o trabalho mais importante e que, por isso, deviam ter mais substancia e tempo de trabalho efetivo. Considera que há muito a fazer.</p> <p>Questionada sobre eventual frustração face ao desperdício de tempo em tarefas que considera não políticas mas funcionais, rejeita que</p>	<p>Valorização do trabalho feito nas comissões parlamentares, defende que deviam ter mais substancia e tempo de trabalho.</p> <p>Rejeição de frustração pelo tempo desperdiçado, contrapõe “luta titânica” para tentar</p>

<p>digamos?</p> <p><b>R:</b> Não é frustrada, mas numa luta titânica. Primeiro que se consiga mudar qualquer coisinha, às vezes é complicado. A parte funcional sozinha não se consegue mudar. É muito difícil. Pequenos passos vão sendo feitos.</p>	<p>se sinta frustrada, mas numa luta titânica.</p> <p>Afirma que é complicado mudar qualquer coisa, que é muito difícil mudar a parte funcional, mas que vão sendo dados pequenos passos.</p>	<p>mudar alguns procedimentos.</p> <p>Resignação face às dificuldades em mudar a parte funcional.</p>
<p><b>18. P:</b> Isso não faz parte do jogo político-partidário?</p> <p><b>R:</b> As coisas são funcionais. Vou-lhe dar um exemplo: ontem, eu sou coordenadora do grupo de trabalho de segurança rodoviária, pedi para marcarem uma reunião para hoje de manhã e disse, vamos fazer assim, porque o nosso tempo está todo muito contado: disse, vamos marcar uma reunião para terça-feira das 9h30 às 12h30 para balizar, e depois na quarta-feira das duas às três. E aparece novamente na ordem de serviços o início às 9h30, mas eu disse que queria uma hora de terminus, nem a aplicação aceita a hora de terminus isto não é político, é funcional. Às vezes minudencias destas, isto é tudo tão rígido. Mas contorna-se, pronto, combinamos todos, ao meio dia e meia acabamos. Das coisas que mais me fizeram confusão quando cheguei aqui - eu estava num cargo executivo, sou engenheira, eu mandava e alguém obedecia, isto parece muito fácil, era assim - então, numa daquelas reuniões para estabelecer grelhas de tempos, de quanto tempo é que os partidos falam, estivemos uma tarde inteira a discutir grelhas e não ficou resolvido. Depois, mais uma reunião dos coordenadores que iriam condensar as propostas de não sei quê, nós passamos três reuniões</p>	<p><b>18.</b> Questionada sobre se essas dificuldades não fazem parte do jogo político partidário, insiste tratar-se apenas de questões funcionais.</p> <p>Na qualidade de coordenadora de um grupo de trabalho, relata a tentativa de marcação de reuniões que pretendia de duração pré-definida, mas cuja hora de termo não foi aceite pelo sistema informático, como exemplo de situações que considera não políticas, mas funcional, uma das muitas minudencias que tornam todo o funcionamento muito rígido.</p> <p>Contrapõe a evocação da sua experiencia profissional anterior num cargo executivo - em que mandava e alguém obedecia-, à descrição de situações que no início lhe faziam mais confusão - as longas horas de reuniões para estabelecer as grelhas de tempos de intervenções dos partidos ou as várias reuniões para discutir o funcionamento das comissões -, para se questionar sobre a inexistência de alguém com autoridade.</p>	<p><b>18.</b> Negação das regras do jogo político-partidário, reduzindo as dificuldades aos aspetos funcionais.</p> <p>Visão autoritária do exercício da função: habituada a dar ordens na sua experiência profissional anterior, questiona o tempo despendido em reuniões para decidir o funcionamento dos órgãos parlamentares por falta de alguém com autoridade.</p>

<p>para discutir o funcionamento da comissão. E eu, mas não há quem mande? E todas as comissões têm a sua grelha de tempo diferente.</p>		
<p><b>19. P:</b> Não acha que isso é da democracia? Cada um poder ter uma opinião sobre os trabalhos?</p> <p><b>R:</b> Eu acho que isso é funcionamento, não sei. Porque a democracia depois também está em cada uma delas mas é mini-mini-mini, é desmultiplicada em dezenas... não sei, acho que era mais simples agilizar.</p> <p><b>P:</b> Muita burocracia...</p> <p><b>R:</b> Cinzenta. Sempre foi assim. Isto é para ser assim, é tradição. Acho que faz falta assim um bocadinho mais de flexibilidade de funcionamento. Acho que era mais produtivo se pudesse ser mais flexível. É a minha visão, mas pronto...</p>	<p><b>19.</b> Questionada se não será da democracia a possibilidade de cada um expressar a sua opinião sobre os trabalhos, embora admita uma presença minimalista da democracia nas intervenções, desvaloriza-a, e insiste na redução do debate a questões de funcionamento, que seria mais simples se agilizado.</p> <p>Considera o excesso de burocracia como "cinzenta" e uma tradição intencional a manter.</p> <p>Defende a necessidade de mais flexibilidade de funcionamento, acreditando que o trabalho seria mais produtivo.</p>	<p><b>19.</b> Desvalorização do exercício da democracia no debate sobre o planeamento dos trabalhos, reduzindo-o a questões funcionais.</p> <p>Convicção de que o excesso de burocracia é intencional.</p>
<p><b>20. P:</b> Competências. É engenheira. Acha que são precisas competências específicas para o exercício da função de deputado?</p> <p><b>R:</b> Nenhumas. Bom senso. O mínimo básico, saber ler e escrever. Muito, muito, muito bom senso. Não era preciso pessoas com habilitações académicas específicas para o exercício do cargo de deputado. Não sei se um bom académico dará um bom deputado.</p> <p><b>P:</b> E características pessoais?</p> <p><b>R:</b> Bom senso. Seriedade. E o resto é o jogo político. Mas com bom senso.</p>	<p><b>20.</b> Questionada sobre as competências, afirma não serem precisas nenhuma, além do bom senso e do mínimo básico de saber ler e escrever.</p> <p>Considera não serem necessárias habilitações académicas específicas para o exercício do cargo de deputado, duvidando se um bom académico será um bom deputado.</p> <p>Quanto a características pessoais, sublinha a necessidade de bom senso e seriedade, remetendo o resto para o jogo político, mas com bom senso.</p>	<p><b>20.</b> Não reconhece a necessidade de competências ou habilitações académicas específicas para ser deputado, além do bom senso e saber ler e escrever.</p>

<p><b>21. P:</b> Face a essas dificuldades que apontou, sente algum tipo de frustração relacionada com a sua função?</p> <p><b>R:</b> Não sei se é uma frustração, mas mais um lamento, há muitos deputados a trabalhar muito nesta casa mas muito invisíveis. Acho que para isso contribui também um tipo de posicionamento e de relacionamento do Parlamento com a comunicação social que acho que deveria ser diferente. Acho que há muita gente a trabalhar muito e a fazer trabalho invisível. Vejo alguns colegas meus que nunca apareceram num noticiário, por exemplo, nunca conseguiram uma reportagem, e trabalham muito, muito. E nisso acho que, não sei, podia ser diferente. Analisando o regimento, cada um de nós deveria ter um assessor de imprensa, uma secretária, mas é como vê, não temos, pronto. Também faltam um bocadinho esses meios para conseguir fazer trabalho de outra forma. Às vezes tinha essa noção, especialmente quando estávamos na oposição. Num debate parlamentar, por exemplo, às vezes até tinha aquela sensação de que ganhámos o debate, depois aparecia assim uma coisinha em rodapé num noticiário, aqueles 30 segundos do caso, do efeito, da palavra tirada do contexto, ou da piadola mandada, e pensava, é isto? Nisso, esta Presidente foi visionária, o canal Parlamento, não sei quais são as audiências, mas tem efeito de passar a mensagem, de passar o trabalho, pelo menos está acessível, as pessoas podem ver.</p>	<p><b>21.</b> Questionada sobre eventuais sentimentos de frustração face às dificuldades apontadas, expressa um lamento por haver muitos deputados a trabalhar muito mas de forma invisível.</p> <p>Atribui parte dessa invisibilidade à forma de relacionamento do Parlamento com a comunicação social, defendendo que devia ser diferente.</p> <p>Vê muitos colegas que, apesar de trabalharem muito, nunca apareceram num noticiário ou numa reportagem, considerando que podia ser diferente.</p> <p>Na sua opinião, o regimento prevê a disponibilização de um assessor de imprensa e de uma secretária a cada deputado, o que não se verifica. Considera, assim, que faltam meios para a divulgação do trabalho dos deputados.</p> <p>Afirma ter notado essa falta de visibilidade mediática especialmente quando o seu partido estava na oposição.</p> <p>Afirma ter ficado surpreendida e dececionada quando, após debates parlamentares aparentemente ganhos pelo seu partido, as notícias se reduziam a breves e apenas sobre o “caso do dia”.</p> <p>Elogia o sentido "visionário" da</p>	<p><b>21.</b> Distanciamento do sentimento de frustração pelo lamento da falta de visibilidade do trabalho de outros deputados.</p> <p>Invisibilidade atribuída à forma de relacionamento do Parlamento com a comunicação social e à falta de meios para a divulgação do trabalho dos deputados.</p> <p>Surpreendida e dececionada ao notar a falta de visibilidade mediática especialmente quando o seu partido estava na oposição.</p>

	<p>então Presidente da Assembleia da República ao criar o Canal Parlamento, permitindo que as pessoas possam acompanhar o trabalho dos deputados pela televisão.</p> <p>(Nota: o Canal Parlamento existe há mais de 10 anos com transmissão diária dos trabalhos parlamentares)</p>	
<p><b>22. P:</b> Essa questão da visibilidade, no seu caso, também se sente invisível?</p> <p><b>R:</b> Não. Por acaso não tenho problema nenhum de relacionamento, seja com a comunicação social regional, o que faço publico, ou envio e é publicado, num excerto, depois também em função da abrangência do tema, é publicado. Não tenho tido dificuldade nenhuma, nesse aspeto estou tranqüilinha. Mas sinto o lamento de muito trabalho que cá é feito e que às vezes não tem qualquer tipo de impacto, qualquer tipo de notícia, não só da parte pessoal, eu estou a falar do trabalho da parte do Parlamento, sinto muitas vezes que não sai fora muros. Aqui há tempos alguém me dizia que podíamos organizar uma conferência na assembleia sobre não sei quê. Podemos organizar, mas fora da assembleia, senão fica na assembleia. Tem muito mais impacto às vezes num hotel, ou num centro de congressos, porque acho que muitas das coisas que são feitas aqui, morrem aqui. É um lamento. Não sei se é uma frustração, mas acho que poderia ser um trabalho mais rentabilizado, aproveitado.</p>	<p><b>22.</b> Questionada, rejeita sentir-se invisível e afirma não ter qualquer problema de relacionamento com a comunicação social regional que, garante, publica tudo aquilo que envia sobre o que faz.</p> <p>Garante que no seu caso não tem tido nenhuma dificuldade, afirmando-se "tranqüilinha".</p> <p>Contudo, reafirma o lamento pela ausência de impacto mediático de muito do trabalho que se realiza no Parlamento.</p> <p>Afirma que muito desse trabalho não extravasa os muros da assembleia e que alguns eventos, como conferências, têm mais impacto se forem realizados fora do que dentro do Parlamento.</p> <p>Lamenta a falta de visibilidade do trabalho parlamentar, mas manifesta-se indecisa quanto a considera-lo como uma frustração.</p>	<p><b>22.</b> Rejeita sentir-se invisível.</p> <p>Rejeição de dificuldades de relacionamento com a comunicação social regional, publicam tudo o que envia sobre as suas atividades.</p> <p>Lamento pela falta de impacto mediático do trabalho de outros deputados.</p> <p>Indecisão sobre a classificação desse lamento como uma frustração.</p>

<p><b>23. P:</b> Isso não poderá ter a ver com as características pessoais de cada um dos deputados ao promover o seu trabalho? No seu caso, não se sente invisível porque faz por isso, promove as coisas que faz, a nível local, disse. E nacional?</p> <p><b>R:</b> Sim, a nível local. A nível nacional também. Os dossiers que tenho acompanhado têm sido noticiados. Por exemplo, estou em mãos com a revisão do código da estrada, não há semana nenhuma em que não apareça em alguma notícia que houve mais acidentes e que está em revisão, a lei do álcool...</p>	<p><b>23.</b> Questionada sobre o papel do empenho pessoal de cada deputado na promoção do seu trabalho, afirma que no seu caso, além do nível local, também tem visibilidade a nível nacional.</p> <p>Exemplifica essa visibilidade com o facto de os dossiers que acompanha serem noticiados.</p> <p>Aponta exemplos de temas frequentemente noticiados com referencia às respetivas leis em cuja revisão está a trabalhar.</p>	<p><b>23.</b> Satisfação com a visibilidade mediática local e nacional do seu trabalho.</p>
<p><b>24. P:</b> Portanto, as pessoas sabem quem é, e que está a dar a cara por essas matérias?</p> <p><b>R:</b> Às vezes abordam-me... (risos)</p> <p><b>P:</b> E como é que convive com essa exposição pública?</p> <p><b>R:</b> Muito bem. Nunca tive problemas. Há pessoas mais chatas e mais indelicadas, às vezes mandam uns e-mails até ingratos, com insultos não respondo, os outros tento responder de uma forma simpática, pronto, não tenho problema. Não convivo nada mal com a exposição pública. Acho que somos um povo muito pacífico, nesse aspeto. Pronto, temos um maluquinho de vez em quando que diz coisas que ninguém quer ouvir. Para os governantes acredito que seja mais difícil, às vezes têm que tomar medidas mais duras. As manifestações são prova disso. Mas, mesmo no meio do alarido e da confusão, raros são os casos em</p>	<p><b>24.</b> Questionada sobre o reconhecimento público do seu trabalho, afirma que por vezes é reconhecida e abordada por populares.</p> <p>Questionada, afirma que convive muito bem com a exposição pública e que nunca teve problemas, embora admita que há pessoas mais chatas e indelicadas a cujos e-mails ingratos e insultuosos não responde, procurando responder aos outros de forma simpática.</p> <p>Reafirma que não convive mal com a exposição pública. Convicta de que o povo é pacífico em relação aos políticos, manifesta condescendência com os "maluquinhos" que por vezes aparecem a dizer "coisas que ninguém quer ouvir".</p>	<p><b>24.</b> Quando abordada, convive bem e sem problemas com a exposição pública.</p> <p>Agradabilidade. Esforço por ser simpática na resposta às abordagens das pessoas.</p> <p>Boa convivência com a exposição pública justificada pela ideia de que o povo é pacífico.</p> <p>Condescendente com os "maluquinhos" que dizem "coisas que ninguém quer ouvir".</p>

<p>que as coisas se tenham extremado ou tornado mais violentas.</p>	<p>Acreditando que para os governantes seja mais difícil lidar com a contestação, exemplo das manifestações, admite a necessidade de por vezes serem tomadas medidas mais duras.</p>	
<p><b>25. P:</b> Mas, independentemente da forma de abordagem, pela positiva ou negativa, o facto de saber que está sob os holofotes, a intervenção que faz vai aparecer na televisão, como é que sente essa responsabilidade?</p> <p><b>R:</b> Sou cuidadosa. Precisamente por isso, sou cuidadosa. Sei que quem está a ouvir pode entender de uma forma agressiva, tento não o ser. Sei que quem está a ouvir tem que perceber isto de uma forma clara, tento que a parte fundamental venha ao de cima. Tenho esse cuidado, do género: se eu estivesse a ouvir como é que eu gostava de estar a ouvir? É a tal coisa de nos pormos nos sapatos dos outros. Lá em casa, o que é que eu estou a ouvir que me está a ser transmitido? E funciono um bocadinho ao contrário: o que é fundamental transmitir na iniciativa? Como é que eu devo fazê-lo? Tenho essa preocupação.</p>	<p><b>25.</b> Questionada sobre o peso da responsabilidade face à eventual exposição mediática das suas intervenções, salienta a preocupação em ser cuidadosa na forma como transmite a mensagem.</p> <p>Procura exprimir-se de maneira que não pareça agressiva, com clareza e enfoque na transmissão da ideia fundamental da intervenção.</p> <p>Manifesta o cuidado de tentar pôr-se no lugar dos outros, questionando-se sobre a forma como gostaria de ouvir o que lhe está a ser transmitido.</p>	<p><b>25.</b> Minuciosa na preparação das suas intervenções, tenta não ser agressiva e exprimir-se com clareza.</p> <p>Põe-se "nos sapatos dos outros" para escolher a forma como transmite a mensagem.</p>
<p><b>26. P:</b> Mas não tem medo de falhar, de se enganar?</p> <p><b>R:</b> É a vida. Se acontecer o que é que eu hei de fazer? Peço desculpa, não é?...</p> <p><b>P:</b> Sente-se confiante, portanto, quando intervém? Além do cuidado...</p> <p><b>R:</b> Olhe, nunca fiz daquelas intervenções vazias. Geralmente, as intervenções que eu faço é dos</p>	<p><b>26.</b> Questionada sobre o medo de falhar, desvaloriza, afirmando que é a vida, se acontecer pede desculpa.</p> <p>Questionada, justifica o sentimento de autoconfiança pelo facto de nunca fazer intervenções vazias, mas apenas sobre assuntos dos dossiers que acompanha.</p> <p>Garante que lê os papéis, o que é</p>	<p><b>26.</b> Atitude confiante, desvaloriza o medo de falhar.</p> <p>Autoconfiança justificada pelo cuidado com o conteúdo e preparação das intervenções.</p>

<p>dossiers que acompanho. Leio papéis. Aliás, os meus colegas até dizem assim: ela lê de certeza. Tenho o mínimo de acompanhamento dessas matérias. É capaz de ser mais ingrato para aqueles deputados que estão todos os dias com o microfone ligado e têm de intervir sobre tudo. É impossível ser-se especialista em tudo. Portanto...</p>	<p>reconhecido pelos colegas, e que tem o mínimo acompanhamento das matérias.</p> <p>Admite um papel mais ingrato para os deputados que estão diariamente mais expostos e têm de intervir sobre tudo.</p> <p>Reconhece a impossibilidade de se ser especialista em tudo..</p>	
<p><b>27. P:</b> Trata de áreas específicas, e faz todo o trabalho de casa...</p> <p><b>R:</b> Gosto de fazer... sou engenheira, eu planeio: recursos, métodos, resultados. É uma espécie de linha de produção em cadeia.</p> <p><b>P:</b> O facto de ter essa profissão, acha que tem um funcionamento diferente?</p> <p><b>R:</b> Sistematizo. Portanto, tenho procedimento. Nesse aspeto, não sei se... um professor também terá o seu método, um advogado também terá o seu método. Não me parece que seja nessas competências, ou nessas qualificações, que nos fazem diferentes. Temos é métodos diferentes. O meu é de organização, logística, organização, a rota, o trajeto, onde é que eu encaixo os horários? Vou buscar, vou levar, ou não sei quê? Quando tinha de planear uma obra também era a mesma coisa. Sistematizo, faço planeamento. É mais fácil, acho eu. Depois as coisas acabam por encaixar. Tentar antever como as coisas vão acontecer. A vida tem surpresas, mas tento prever as probabilidades. Fazem falta cá mais engenheiros, é só advogados.</p>	<p><b>27.</b> Face à ideia de que trabalha minuciosamente nas áreas específicas que acompanha, afirma que gosta de o fazer, justificando com a formação de engenheira o seu método de planeamento do trabalho.</p> <p>Questionada sobre diferenças de funcionamento em função da formação profissional, admite que o seu procedimento é sistematizar.</p> <p>Contudo, embora reconheça diferenças de método em função das formações profissionais, como professores ou advogados, rejeita que sejam essas competências ou qualificações que fazem a diferença entre os deputados.</p> <p>No reconhecimento de métodos diferentes, salienta as vantagens da sua experiência profissional para a organização, sistematização, planeamento e antevisto dos acontecimentos.</p> <p>Considera que fazem falta mais engenheiros no Parlamento, há demasiados advogados.</p>	<p><b>27.</b> Prazer no planeamento metucioso do trabalho justificado pela formação de engenheira.</p> <p>Não são os métodos nem as competências que marcam a diferença entre os deputados.</p> <p>Valorização da sua experiência profissional na organização, planeamento e antevisto dos acontecimentos.</p> <p>Parlamento precisa de mais engenheiros, tem demasiados advogados.</p>

<p><b>28. P:</b> Acha que isso a torna muito diferente na forma de funcionar da maioria dos outros deputados?</p> <p><b>R:</b> Falamos linguagens diferentes, sem dúvida. Eu, há muita linguagem de advogado que não domino, termos, a parte técnica do advogado na parte legislativa, custa-me mais a assimilar, a enfrentar. Acho que o equilíbrio era mais desejável. Com mais profissões, que não os advogados. Sei que aqui se fazem leis, obviamente, temos que ter essa componente maior, mas se calhar com outra representatividade de áreas. O país não são só escritórios de advogados, nem de economistas, nem de financeiros. Maior representatividade talvez de outros leques de profissões. Mas isso, lá está, a democracia é representativa em função também daquilo que os próprios partidos e as próprias pessoas nas bases se organizam com mais predisposição a fazer. Não sei como é que isso se consegue de outra forma, mas gostaria de ver outra composição, outro colorido no Parlamento.</p>	<p><b>28.</b> Questionada sobre o que difere no seu funcionamento em relação aos outros deputados, identifica sobretudo diferenças de linguagem, admitindo que não domina a linguagem de advogado e que tem dificuldades em assimilar e enfrentar a parte técnica da atividade legislativa.</p> <p>Embora reconheça que a função do Parlamento é fazer leis, considera que tem advogados a mais, defendendo a maior representatividade de outras áreas profissionais, num reflexo do país que não é constituído apenas por advogados, economistas ou financeiros.</p> <p>Apesar do desejo de ver outra composição do Parlamento, admite que a democracia representativa está condicionada pela organização das bases partidárias, sem saber como seria possível mudar o processo de escolhas das pessoas.</p>	<p><b>28.</b> Reconhecimento de diferenças de linguagem em relação aos outros deputados.</p> <p>Dificuldades técnicas na atividade legislativa por não dominar a linguagem dos advogados.</p> <p>Insistência na convicção de que o Parlamento tem advogados a mais, necessidade de maior representatividade de outras áreas profissionais.</p> <p>Resignação face ao processo de seleção dos candidatos a deputados, dominado pelas organizações partidárias e condicionador da democracia representativa.</p>
<p><b>29. P:</b> Como é que sente essa questão, precisamente, que levantou, da representatividade? Como é que encara a função de deputado em relação à representatividade?</p> <p><b>R:</b> Olhe, nós temos que fazer coisas tão diferentes... desde a questão dos bombeiros, que</p>	<p><b>29.</b> Questionada sobre a relação da função de deputada com a representatividade, afirma que, para responder às solicitações dos eleitores, os deputados têm que acompanhar vários assuntos muito diferentes, capacidade justificada pelo grande número de deputados por círculo eleitoral.</p>	<p><b>29.</b> Representatividade obriga a acompanhar vários assuntos diferentes, os círculos eleitorais deviam ser representados por deputados com mais</p>

<p>acompanhamos, a questão das associações, dos médicos... portanto, os nossos círculos eleitorais depois também nos pedem a representatividade dessas vozes. Temos que acompanhar assuntos todos muito diferentes, por isso é que também somos muitos deputados. Portanto, se no grupo de deputados onde somos eleitos houver mais pessoas com mais sensibilidades diferentes é mais fácil de abarcar e de representarmos precisamente mais gente. Com é que isso se consegue? Partidos participados, arejados, ativos na procura das melhores pessoas. Pessoas que se interessem pela política numa perspectiva também de fazer diferente, de cidadania. A política hoje é uma coisa suja, não é? Ser político é qualquer coisa que parece mau, mas as pessoas interessam-se por política, querem saber a decisão que lhes está a afetar as vidas. As pessoas cada vez mais procuram isso, mas cada vez menos procuram os partidos políticos. O distanciamento está aqui, não é o distanciamento das pessoas da política. As pessoas estão cada vez mais conscientes politicamente, mas cada vez mais longe dos partidos. Isso é uma evidência.</p>	<p>Defende que a diversidade de sensibilidades dos deputados em cada grupo de eleição facilitaria a abrangência dos assuntos, permitindo uma maior representatividade.</p> <p>Questiona-se sobre a forma de atrair pessoas diferentes para a política, considerando que é através da abertura dos partidos à participação das melhores pessoas com uma perspectiva política diferente, de cidadania.</p> <p>A generalização da ideia de que a política parece uma coisa suja e má faz com que as pessoas se afastem, não da política, mas dos partidos.</p> <p>As pessoas estão mais conscientes politicamente, o distanciamento é dos partidos, não da política.</p>	<p>diversidade de sensibilidades.</p> <p>Convicção da necessidade de abertura dos partidos a pessoas com outra perspectiva da política. A má imagem da política leva as pessoas a distanciar-se dos partidos, não da política. Têm mais consciência política, mas estão mais distantes dos partidos.</p>
<p><b>30. P:</b> Fazendo parte de um partido, como é que convive com essa constatação?</p> <p><b>R:</b> Olhe, precisamente por ter muitas listas que ajudei a organizar vou buscar muita gente independente. Estou a ajudar a construir um programa eleitoral, na minha terrinha, e tenho essa</p>	<p><b>30.</b> Questionada sobre a convivência com essa ideia fazendo parte de um partido, afirma ser a razão pela qual procura independentes para integrar as listas que ajudou a organizar.</p> <p>Preocupação de cidadania na constituição de um programa eleitoral que está a organizar na sua</p>	<p><b>30.</b> Ambivalência por pertencer a um partido político consciente da má imagem dos partidos na sociedade é compensada pela integração de independentes nas</p>

<p>preocupação, a ideia de cidadania. Eu sei que nós somos o melhor partido, modéstia à parte, eu sei que nós vamos ganhar, mas não chega, é curto, vamos secar o partido naquilo que são as dificuldades que eu também já achei quando apanhei o partido, que é, eu era a mais nova, agora trata, os outros já fizeram. Vai-se secando isto por gerações, que é agora está lá tu, fazes tu. Os partidos precisam de outro tipo de participação, de construirmos programas eleitorais, além de pensar em pôr as pessoas do partido, abrir janelas para o mundo.</p>	<p>terra.</p> <p>Embora convicta de que o seu partido é o melhor e vai ganhar as eleições, admite que isso não chega, se não houver abertura a outras formas de participação o partido vai secar.</p>	<p>listas que organiza.</p>
<p><b>31. P:</b> Quais são as suas expectativas em relação ao trabalho de deputada?</p> <p><b>R:</b> Ai, as minhas perspetivas... olhe, rasgo muitas vezes a barreira do partido. Vou-lhe dar um exemplo: há cerca de um mês tive uma diretiva comunitária, daqueles milhares de relatórios que fazemos, que tive que acompanhar e, quando li aquilo pela primeira vez disse "ai que diabo, isto vai ser mau para o país". Era sobre os mega camiões, daqueles muito grandes que circulam em poucos países da Europa e que têm países como a Alemanha e a França como grandes potenciadores. A União Europeia, nesta diretiva comunitária, queria estender a circulação dos mega camiões ao espaço comunitário mas restringindo a autorização apenas a uma fronteira, como Portugal só tem uma fronteira ficaríamos confinados ao mercado ibérico, pensei. Mas eu não sou transportadora, nem camionista, para perceber se a minha análise</p>	<p><b>31.</b> Questionada sobre as expectativas em relação ao trabalho de deputada, afirma que procura muitas vezes recolher fora do partido opiniões sobre assuntos específicos que está a acompanhar.</p> <p>Aponta o exemplo de um relatório sobre a transposição de uma diretiva comunitária relativa a mega camiões. Assumindo que não percebia nada do assunto, ligou a várias entidades relacionadas com o setor para saber as suas posições.</p> <p>Afirma-se surpreendida com a quantidade de contributos que recebeu e que a ajudaram a fundamentar o parecer.</p> <p>Da sua experiência, tem uma visão redutiva da atividade legislativa a pegar no telefone para tentar perceber junto dos destinatários quais</p>	<p><b>31.</b> Visão redutora das funções de deputada à auscultação dos destinatários sobre as medidas a legislar.</p> <p>Convicta da necessidade de maior abertura para ouvir as pessoas antes de legislar.</p>

<p>está ou não correta tenho de perceber como é que a coisa está a funcionar. Liguei a várias entidades, peguei no telefone e disse: "olhe eu sou deputada, tenho aqui a diretiva, sei que já ouvir falar sobre isto, qual é a sua opinião"? Não imagina a quantidade de contributos que depois recebi e que me ajudaram a fundamentar o parecer, por exemplo. É pegar no telefone, é fazer, é só isto. É perceber qual é o impacto que isto que estou a fazer tem lá fora, no público-alvo que vai ser beneficiado ou prejudicado pela medida. Vamos ouvi-los. É abrir espaço ao público-alvo daquilo que vão ser as nossas medidas. E nós fazemos isso muito ao contrário, veja agora a questão da co adoção, nós legislamos e agora é que vamos ouvir. A especialidade é o período que devia ser exatamente ao contrário, primeiro vamos ouvir para depois podermos legislar. Não, nós já legislamos, aquilo já está efetivo, e agora vamos ouvir. Isso é que eu acho que pode ser invertido o ciclo: vamos primeiro fazer especialidades e depois então, se for necessário, podemos chegar à parte legislativa. Nós fazemos tudo ao contrário...</p>	<p>as implicações das medidas.</p> <p>Defende uma maior abertura para ouvir as pessoas alvo das medidas antes de fazer as leis, considerando que no Parlamento se faz tudo ao contrário, legisla-se primeiro e ouve-se depois.</p> <p>Defende a inversão do ciclo: primeiro as audições em sede de especialidade e só depois a parte legislativa em debate no plenário.</p>	
<p><b>32. P:</b> Portanto, do seu balanço das dificuldades que encontra no funcionamento do Parlamento e das suas expectativas, o que é gostaria de poder fazer diferente como deputada?</p> <p><b>R:</b> Era isso, uma nova forma de funcionamento. Funcionalismo. Funcionalismo interno. A nossa forma de nos organizarmos</p>	<p><b>32.</b> Questionada, afirma que o que gostaria de poder fazer diferente como deputada seria uma nova forma de funcionamento.</p> <p>Resumindo-a a uma questão de funcionalismo, considera que outra forma de organização interna poderia contribuir para melhorar a atividade</p>	<p><b>32.</b> Desejo de fazer a diferença como deputada conseguindo alterar a forma de funcionamento do Parlamento.</p> <p>Visão do Parlamento como uma miniatura</p>

<p>internamente poderia contribuir para melhorar também as políticas que fazemos. Parece fácil, não é? É muito difícil, dessa parte também tenho noção. Somos 230, isto é um mini país em miniatura, portanto, temos de tudo. Isto é muito difícil de falar a mesma linguagem com toda a gente a perceber que é para o mesmo fim. É a maior dificuldade disto tudo.</p>	<p>política.</p> <p>Aparentemente fácil, tem noção de que é muito difícil.</p> <p>Vê o Parlamento como uma miniatura do país, onde há "de tudo", e onde a maior dificuldade é falar a mesma linguagem e perceber uma finalidade comum.</p>	<p>do país, onde a maior dificuldade é falar a mesma linguagem e perceber uma finalidade comum.</p>
---	--	---

## Transcrição e análise - Participante 5

Texto Original	Descrição das unidades de significado	Significado Psicológico
<p><b>1. P:</b> Gostaria que me falasse da sua experiência como deputado, incluindo as motivações para a política, as competências, se pensa que existem competências específicas para o exercício do mandato de deputado, as expectativas, as dificuldades e eventuais frustrações nesta função.</p> <p><b>R:</b> Não se resumem 18 anos numa resposta. Desde que sou deputado tive momentos muito compensadores e outros menos motivantes, como não poderia deixar de ser. Os momentos mais compensadores são aqueles em que os esforços se traduziram em resultados, em que o deputado sente que venceu uma série de resistências e que fez a diferença, e os momentos menos interessantes são aqueles em que um deputado, às vezes longos períodos, em que se arrasta sem finalidade nem propósito, incapaz de ter um papel construtivo no desenrolar dos acontecimentos.</p>	<p><b>1.</b> Sublinhando a impossibilidade de resumir a experiência de 18 anos como deputado, P5 afirma que teve momentos muito compensadores e outros menos motivantes.</p> <p>Descreve como mais compensadores os momentos em que “o deputado” sentiu que os seus esforços se traduziram em resultados, que venceu as resistências e fez a diferença.</p> <p>Como “menos interessantes” são considerados os momentos, por vezes longos no tempo, em que “o deputado se arrasta sem finalidade nem propósito, incapaz de ter um papel construtivo no desenrolar dos acontecimentos”.</p>	<p>1. Oscilação da experiência de 18 anos como deputado entre momentos muito compensadores e outros menos motivantes.</p> <p>Distanciamento emocional dos sentimentos resultantes dos diferentes momentos com utilização da terceira pessoa para se referir a si próprio.</p> <p>Sente-se compensado ao reconhecer que os seus esforços se traduzem em resultados que fazem a diferença.</p> <p>Sentimento de desinteresse e desmotivação nos períodos, às vezes longos, em que se arrasta sem finalidade e sem um papel construtivo na ação política.</p>
<p><b>2. P:</b> E como é que se sente nesses momentos menos compensadores?</p>	<p><b>2.</b> Descreve como menos compensadores os momentos em que a vida política é menos estimulante, ou que as dinâmicas dos próprios partidos afastam o</p>	<p><b>2.</b> Experiência menos compensadora nos momentos políticos menos estimulantes, ou em que as dinâmicas</p>

<p><b>R:</b> Os momentos menos compensadores são aqueles em que a vida política em si é menos estimulante, ou em que as próprias dinâmicas políticas empurram o deputado para uma presença mais discreta na vida parlamentar.</p>	<p>deputado da primeira linha de ação política.</p>	<p>partidárias afastam o deputado da frente de ação.</p>
<p><b>3. P:</b> Mas quando esses momentos o empurram a si, como é que se sente nessas situações, como é que convive com esses momentos?</p> <p><b>R:</b> Geralmente esses momentos são desmoralizadores, portanto, são momentos em que geralmente se tem menos responsabilidades e se tem menos possibilidade de contribuir utilmente para a discussão política, para o debate político. Se um deputado se satisfizer com uma funcionarização da sua função, ou seja, tratar dos assuntos que lhe são distribuídos de forma mecanicista, a meu ver não é para isso que um deputado é eleito, isso não é satisfatório.</p>	<p><b>3.</b> Sente como momentos desmoralizadores os períodos em que lhe são atribuídas menos responsabilidades, com menor possibilidade de dar um contributo útil para o debate político.</p> <p>Considera como não satisfatória a acomodação do deputado à funcionarização da função, reduzida a um tratamento mecanicista dos assuntos que lhe são distribuídos.</p> <p>Não é para isso que um deputado é eleito.</p>	<p><b>3.</b> Sentimento de desmoralização quando se vê afastado do palco de decisão e de intervenção no debate político.</p> <p>Critica a forma tecnocrática de distribuição dos assuntos pelos deputados.</p> <p>Insatisfação com a limitação do papel do deputado a um desempenho burocrático das suas funções.</p>
<p><b>4. P:</b> Então, como é que vê a função do deputado?</p> <p><b>R:</b> Um deputado tem que ter uma reflexão sobre os problemas do país e tem que beneficiar de espaços onde se possa fazer</p>	<p><b>4.</b> Como requisitos da função, entende que o deputado deve ter uma reflexão sobre os problemas do país e dispor de espaços para poder exprimi-la de forma a contribuir para a formação da opinião coletiva do seu grupo parlamentar, ou do partido.</p>	<p><b>4.</b> Idealização da função de deputado como sujeito com autonomia de pensamento sobre os assuntos que deve poder beneficiar de espaços de expressão no interior do seu grupo parlamentar e de protagonismo para</p>

<p>ouvir e contribuir para a formação da opinião coletiva, desde logo do seu grupo parlamentar, ou do seu partido, e depois ter o correspondente protagonismo que permita ao partido levar essa causa, esse discurso, essas propostas, essas ideias, esses pontos de vista ao centro da vida parlamentar que é o Plenário.</p> <p><b>P:</b> Mas isso muitas vezes não acontece?...</p> <p><b>R:</b> Não acontece quando diferenças de política geral contaminam a identificação do deputado com o quadro político.</p>	<p>O deputado deve depois ter o correspondente protagonismo para levar essas ideias, traduzidas em propostas, ao Plenário, o palco central do debate parlamentar.</p> <p>Admite que isso não acontece quando o deputado não se identifica com as orientações de política geral do seu partido.</p>	<p>levar as suas ideias ao palco do debate político, o plenário.</p> <p>Reconhecimento de que estas condições não se verificam quando o deputado não se identifica com as orientações políticas do seu partido.</p> <p>Não se identifica com o quadro político vigente no seu partido.</p>
<p><b>5. P:</b> Nesse contexto, como é que vê o seu dia-a-dia aqui no Parlamento, como é que experiencia esse dia a dia?</p> <p><b>R:</b> Depende. Quando a vida interna do Grupo Parlamentar é intensa e estimulante, quando o debate político, que é essencial, porque o deputado é uma voz, se não há debate político interno o deputado é uma voz calada, uma voz que fala e vai deixando de se ouvir, vai-se sumindo e por fim desaparece, vencida pela inutilidade dos esforços. Portanto, quando um deputado perde a sua voz perde tudo.</p>	<p><b>5.</b> Relaciona a satisfação na vivência do quotidiano parlamentar com o estímulo e intensidade do debate político no seio do próprio grupo parlamentar.</p> <p>Vê o papel do deputado como uma voz que fala, mas que na ausência de debate político se vai sumindo até acabar por desaparecer, "vencida pela inutilidade dos esforços".</p> <p>Considera que quando um deputado perde a sua voz perde tudo.</p>	<p><b>5.</b> Satisfação na vivência quotidiana como deputado depende da intensidade do debate político na dinâmica interna do grupo parlamentar.</p> <p>Valorização da liberdade de opinião e de expressão do deputado: "o deputado é uma voz que se some na ausência de debate político interno, quando perde a sua voz perde tudo".</p>

<p><b>6. P:</b> Já teve vontade de desistir?</p> <p><b>R:</b> Sim, durante as temporadas em que a minha intervenção é menos intensa até ficar reduzida a uma baixa intensidade, naturalmente volto-me para outros aspetos da minha vida, não só profissionais como também pessoais.</p>	<p><b>6.</b> Admite que já teve vontade de desistir nos períodos em que se viu obrigado a ter uma intervenção mais reduzida.</p> <p>Afirma que nesses momentos investe mais noutros aspetos da sua vida profissional e pessoal.</p>	<p><b>6.</b> Vontade de desistir nos momentos em que é afastado do palco de intervenção compensada com um maior investimento na vida pessoal e profissional.</p>
<p><b>7. P:</b> Qual foi a sua motivação para a política?</p> <p><b>R:</b> A minha motivação para a política é contribuir para um certo destino coletivo, de acordo com certos valores e certas convicções arreigadas que nascem não só dos meus esforços, das minhas leituras, mas também de convicções anteriores que resultam e muito da minha experiência vivida e da minha observação do meu país, da sociedade e também do mundo que nos rodeia, como é evidente. Ou seja, a necessidade, com humildade e uma noção realista das possibilidades que tenho, de contribuir para que uma série de males sociais possam ser remediados, daí resultando vantagens não só para os beneficiários diretos mas também para o conjunto nacional, para a nossa comunidade nacional.</p>	<p>7. A motivação para a política é a vontade de contribuir para um destino coletivo com os seus valores e convicções resultantes dos seus esforços de aprendizagem, da sua experiência e observação do país, da sociedade e do mundo.</p> <p>Afirma-se impelido, com humildade e uma noção realista das suas possibilidades, pela necessidade de contribuir para corrigir alguns males sociais que resultem em vantagens não só para os beneficiários diretos mas também para a comunidade nacional.</p>	<p>7. Motivação para a política pela convicção de poder contribuir com os seus valores, convicções e aprendizagens para corrigir alguns males sociais e melhorar o destino coletivo.</p>

<p><b>8. P:</b> Sente que tem contribuído para esses ideais?</p> <p><b>R:</b> Tenho. Em vários momentos senti que tinha contribuído quando as circunstâncias conferem à minha voz o peso e a força de influir nas orientações de fundo do partido, o que já aconteceu em vários momentos. E também quando contribuí, em certos momentos, não tanto para revoluções legislativas, mas para romper caminhos que se não tivessem sido desbravados nunca teriam sido possíveis de consumir.</p>	<p><b>8.</b> Reconhece o contributo do peso e força da sua voz para influenciar as orientações do partido em vários momentos, contribuindo para desbravar caminhos que levariam a profundas alterações legislativas em matérias de liberdades e direitos individuais.</p>	<p><b>8.</b> Reconhecimento do seu contributo, em vários momentos, para influenciar as orientações do partido no sentido de abrir caminhos que levariam a alterações legislativas em matérias de liberdades individuais.</p>
<p><b>9. P:</b> Quais as principais dificuldades que encontra no exercício das suas funções no dia-a-dia?</p> <p><b>R:</b> A maior dificuldade é uma anemia geral, uma anemia da política. A política não é sempre a mesma coisa. Não é por o cenário circundante ser o hemiciclo que forçosamente o que está a acontecer é política. Política ao nível que se exige numa Assembleia da República, representativa do conjunto nacional e herdeira de uma história extraordinária, ao qual se deve procurar estar à altura em cada momento. Nem sempre</p>	<p><b>9.</b> No exercício quotidiano das funções, afirma que a sua maior dificuldade é uma anemia geral da política.</p> <p>Atribui um elevado valor histórico e institucional à função representativa da política na Assembleia da República.</p> <p>Considera que maioritariamente a vida política se desenvolve abaixo dessa elevada fasquia.</p>	<p><b>9.</b> Sentimento de desalento da vida política é a maior dificuldade no exercício das funções.</p> <p>Deceção pelo enfraquecimento da vida política por não estar à altura do seu conceito de prestígio em relação à função.</p>

<p>a vida política corresponde e está à altura dessa alta fasquia.</p>		
<p><b>10. P:</b> Isso desmotiva-o, de alguma forma?</p> <p><b>R:</b> Desmotiva-me. Não porque eu seja melhor do que os outros, como é evidente não é o caso, mas porque acho que Portugal devia ter (uma) na sua elite política, quando eu digo política é no mesmo sentido em que poderia falar numa elite em qualquer área, ou seja, naqueles, no grupo muito minoritário a quem uma grande maioria confiou responsabilidades especiais e muito importantes, nessa elite, nesse grupo minoritário, devia ser capaz de discutir, encontrar soluções e construir consensos para que verdadeiramente nós fossemos capazes de progredir coletivamente. Não só no plano social, mas no plano cultural, no plano das relações internacionais, no plano da nossa integração europeia, no plano das nossas relações com os nossos países irmãos. Domínios que, hoje em dia, crescentemente, desaparecem do debate político, ou são tratados com uma superficialidade preguiçosa.</p>	<p><b>10.</b> Sente-se desmotivado com a apatia da política, considera que os seus altos desígnios no plano social, cultural e das relações internacionais desapareceram do debate político ou são tratados de forma superficial e preguiçosa.</p> <p>Embora negando um sentimento de superioridade em relação aos outros, defende a exigência de uma elite política como grupo minoritário representativo das responsabilidades confiadas pelas maiorias eleitorais com obrigação de discutir, encontrar e consensualizar soluções com vista ao progresso coletivo.</p>	<p><b>10.</b> Desmotivação com a apatia política e o tratamento superficial e preguiçoso do que deveriam ser os grandes desígnios do debate político.</p> <p>Rejeição de um sentimento de superioridade paradoxal com a ideia de exigência de uma elite política minoritária que corresponda às responsabilidades delegadas pelos eleitores.</p>
<p><b>11. P:</b> Fala dos deputados como uma elite política de pessoas que</p>	<p><b>11.</b> Questionado sobre a ideia de elite política, considera que, à</p>	<p><b>11.</b> Ideia de elite política legitimada pela</p>

<p>são escolhidas para representar quem os elege. É assim que vê os deputados, como uma elite, e acha que as pessoas se sentem representadas por essa elite que escolheram?</p> <p><b>R:</b> Durante muitos séculos, a elite era uma elite de berço. Em democracia, a elite é escolhida e regularmente removida. Mas não deixa por isso de ser uma elite. Há 230 pessoas que estão aqui em representação de 10 milhões. São uma elite, tem que ser. Talvez não tenham que o ser no plano das qualidades individuais de cada um, somos todos cidadãos comuns, mas são seguramente uma elite no sentido em que aceitaram responsabilidades acrescidas.</p>	<p>elite secular por via familiar e aristocrática, sucedeu, em democracia, uma elite que é eleita e removida regularmente pelo voto dos eleitores.</p> <p>Justifica a convicção de que se trata de uma elite, 230 deputados em representação de 10 milhões de cidadãos, pelas responsabilidades acrescidas que aceitaram, embora reconheça que são cidadãos comuns que podem não se distinguir pelas suas qualidades individuais.</p>	<p>representatividade do voto, acrescida pelas responsabilidades que aceitaram, independentemente das qualidades individuais dos deputados enquanto cidadãos comuns.</p>
<p><b>12. P:</b> Considera que são necessárias qualidades ou competências específicas para o exercício dessa função?</p> <p><b>R:</b> Eu acho que na Assembleia é desejável que estejam representadas pessoas muito diferentes, com diferentes trajetos pessoais, com diferentes, com diferentes ângulos de análise relativamente aos mesmos fenómenos. Agora, o que é desejável é que a Assembleia não perca a capacidade de ter entre os seus membros gente que seja</p>	<p><b>12.</b> Questionado sobre a necessidade de qualidades ou competências específicas, considera desejável que o Parlamento tenha uma representação heterogénea de pessoas muito diferentes, com percursos pessoais e ângulos de pensamento diferentes.</p> <p>Destaca como a questão fundamental que a Assembleia não perca a capacidade de ter entre os seus deputados pessoas de livre pensamento, com convicções e voz própria conhecida.</p>	<p><b>12.</b> Mais do que requisitos de qualidades ou competências específicas, valoriza como desejável que a representação parlamentar seja composta por pessoas com diferentes percursos, trajetos pessoais e diversidade de análise e de pensamento sobre os assuntos.</p> <p>Valorização da individualidade sobre os coletivos partidários,</p>

<p>verdadeiramente proprietária de uma voz própria. Essa para mim é a questão fundamental. Hoje em dia, aqueles que têm uma voz própria, identificável, as convicções são conhecidas, uma trajetória que é conhecida, não são forçosamente aquelas que mais facilmente chegam à Assembleia da República. Há outras formas, geralmente associadas a um percurso interno nos partidos, nem sempre as lógicas que prevalecem na vida interna de um partido são transponíveis para a Assembleia da República. E, portanto, a representação fica prejudicada quando é excessivamente subordinada a essa cultura interna dos partidos e às lógicas de legitimação interna dos partidos. Hoje em dia existe um democratismo, ou seja, uma versão aberrante da democracia, que é a lógica de que todos os outros fatores de ponderação da adequação das pessoas são ilegítimos. Só há um, que é a escolha pelas estruturas. Ora, sem querer desqualificar, ou pôr em crise a legitimidade das decisões dos órgãos do partido - porque não há motivo para isso, devem ser consideradas e respeitadas, são legítimas - é preciso perceber que a racionalidade do partido tem que ser conciliada com outras racionalidades ao serviço do interesse do país. Veja-se, por exemplo, a situação dos autarcas. Os autarcas têm que ser pessoas que têm a confiança das</p>	<p>Considera que atualmente aqueles que tem voz própria e notoriedade pelas suas opiniões e convicções não são os que têm mais facilidade em chegar à assembleia da república devido às lógicas de percurso interno nos partidos.</p> <p>Discorda dos critérios que prevalecem na legitimação das escolhas de candidatos quando excessivamente subordinadas às dinâmicas internas dos partidos por não serem transponíveis para a assembleia da república e prejudicarem a representação parlamentar.</p> <p>Critica o democratismo interno dos partidos, que considera existir atualmente, como uma versão aberrante da democracia ao considerar ilegítimos outros fatores de ponderação das pessoas que não seja escolha pelas estruturas.</p> <p>Embora rejeite a intenção de questionar a legitimidade das decisões dos órgãos partidários, defende a necessidade de conciliação da racionalidade do partido com outras racionalidades ao serviço do país.</p> <p>Aponta o exemplo dos autarcas que, além da confiança das estruturas, precisam de passar pelo escrutínio dos órgãos nacionais do partido, tendo o</p>	<p>prioriza a capacidade de acesso à Assembleia de pessoas com convicções e voz própria conhecida em detrimento das lógicas de percurso interno nos partidos.</p> <p>Critica os critérios de escolha de candidatos baseados nos percursos partidários, considerando que prejudicam a representação parlamentar.</p> <p>Critica o atual democratismo interno dos partidos como versão aberrante da democracia por não considerar a legitimidade de outras formas de ponderação das escolhas que não seja a das estruturas.</p> <p>Insatisfação com a direção partidária, embora negue a intenção de questionar as decisões dos órgãos do partido opina sobre a necessidade de mudança dos processos de seleção e legitimação interna dos candidatos a deputados.</p>
---	--	---

<p>estruturas, mas não basta que tenham a confiança das estruturas, é preciso que as diferentes instâncias do partido, que são instâncias de racionalização, os órgãos nacionais, o secretário-geral, que é um importantíssimo fator de gestão dessas escolhas, tenham sempre a capacidade de escrutinar no seu critério a validade e o mérito das soluções encontradas do ponto de vista do interesse das populações e do país.</p>	<p>secretário-geral um papel decisivo na validação das escolhas.</p>	
<p><b>13. P:</b> Portanto, os processos em que se fazem essas escolhas dão depois resultados que levam áquilo que referiu, o facto de nem sempre os deputados no Parlamento serem representativos das pessoas que os elegem?</p> <p><b>R:</b> Os deputados representam sempre alguma coisa. Não podem é representar todos a mesma coisa, ou seja, a legitimidade partidária dos militantes de base e das estruturas intermedias. Porque o partido, ele próprio, é representativo de uma fatia considerável da sociedade, mas ele próprio não pode ter a pretensão de esgotar essa representatividade. Se a indicação dos deputados fosse ditada exclusivamente pelo</p>	<p><b>13.</b> Afirma a convicção de que o deputado tem uma função representativa per si, dado que o próprio partido é representativo de uma fatia da sociedade, embora considere que esta não se esgota na legitimidade das estruturas partidárias.</p> <p>Manifesta a dúvida de que o país se reconhecesse nos critérios partidários se a indicação dos deputados fosse ditada exclusivamente pelas estruturas dos partidos.</p> <p>Ceticismo sobre a aceitação pela sociedade das soluções políticas cozinhadas no interior dos partidos, admitido como causa possível causa do distanciamento entre a sociedade e os políticos.</p>	<p><b>13.</b> Convicção do valor intrínseco da função representativa do deputado, apesar de considerar que esta não se esgota nos critérios de legitimação das estruturas partidárias.</p> <p>Ceticismo sobre o reconhecimento da sociedade nos deputados indicados exclusivamente pelos critérios as estruturas partidárias.</p>

<p>critério das estruturas, eu tenho dúvidas de que o país se reconhecesse no critério partidário. Acho que é preciso uma conciliação virtuosa entre tudo.</p> <p><b>P:</b> Daí poderá vir este crescente afastamento entre a sociedade e a classe política?</p> <p><b>R:</b> Se os partidos acham que devem servir ao país as soluções confeccionadas pela democracia interna do partido, sem mais, porque essa legitimidade democrática partidária não deve ser limitada por considerações de outra natureza, evidentemente que a sociedade não vai digerir esse prato pré-cozinhado.</p>		
<p><b>14. P:</b> Como é que convive com a exposição pública inerente ao exercício destas funções?</p> <p><b>R:</b> A circunstância de ter sido eleito muito novo, de ter vivido muito cedo os anos de mais intensa exposição mediática, contribuíram para que se desenvolvesse em mim uma certa indiferença a isso. Mas sempre que há essa visibilidade, sendo que não sou indiferente a ela, sinto-me penalizado por ela.</p>	<p><b>14.</b> Questionado sobre o impacto da exposição pública inerente à função, afirma ter desenvolvido uma certa indiferença para a qual terá contribuído o facto de ter sido eleito muito novo e ter estado muito cedo sob intensa exposição mediática.</p> <p>Contudo, admite que quando está exposto à visibilidade, não sendo indiferente, sente-se penalizado por ela, percecionando a como uma invasão da sua vida privada.</p> <p>Justifica, distinguindo a função de deputado da sua identidade</p>	<p><b>14.</b> Sentimentos de ambivalência em relação a exposição mediática: à alegada indiferença desenvolvida ao longo dos anos sobrepõe-se um sentimento de penalização associado à perceção de invasão da sua vida privada.</p> <p>Distinção entre a sua individualidade e a atividade de deputado, rejeita ser convertido em prisioneiro da função.</p>

<p><b>P:</b> Porquê?</p> <p><b>R:</b> Porque é uma invasão da minha vida privada. Eu não sou um deputado. Sou uma pessoa, pai, filho, jurista, alguém que gosta de fazer desenhos, gosta de passear na natureza, gosta de visitar museus, gosta de ir beber um copo. Não gosto de ser escravizado, nem ser convertido num tipo unidimensional que, quer esteja acordado ou a dormir, é para todos os efeitos um deputado.</p>	<p>enquanto pessoa, como pai, filho e jurista, com gostos e interesses pessoais.</p> <p>Rejeita ser escravizado e convertido em prisioneiro da função de deputado.</p>	
<p><b>15. P:</b> No exercício das suas funções, quando faz uma intervenção, e sabendo que está sob os holofotes mediáticos, como é que convive com isso? Já tem uma longa experiência dessa situação...</p> <p><b>R:</b> Um político fala para ser ouvido. Portanto, os holofotes, falar e ser ouvido na política são uma e a mesma coisa. Quem lida mal com a repercussão das suas palavras deve evitar a política, que é um domínio do centro do espaço público.</p> <p><b>P:</b> Mas não tem medo de que possa não lhe correr bem?</p> <p><b>R:</b> Claro que tenho medo de não correr bem. Antes de fazer uma intervenção nunca sei se vai</p>	<p><b>15.</b> Questionado sobre a convivência com a exposição mediática das suas intervenções, afirma que a finalidade da intervenção de um político é ser ouvido, que falar e ser ouvido em política são a mesma coisa.</p> <p>Considera que estar sob os holofotes é inerente à atividade política enquanto domínio do espaço público.</p> <p>Admite o receio de ter um mau desempenho nas suas intervenções, afirma que antes de intervir nunca sabe se vai correr bem ou mal.</p>	<p>15. Perceção da exposição mediática como inerente à atividade política, a par da incerteza sobre o seu desempenho quando intervém.</p>

<p>correr bem ou mal.</p>		
<p><b>16. P:</b> Já falámos das dificuldades do exercício das funções de deputado. Gostava que me falasse também das expectativas.</p> <p><b>R:</b> Das expectativas? Bom, em primeiro lugar tenho a convicção, e não poderia ser de outra maneira, que a minha sensibilidade, a minha reflexão, os meus pontos de vista em relação a uma série de assuntos relevantes são representativos de uma sensibilidade que existe na sociedade portuguesa. Naturalmente, que eu não serei o mais indicado porta-voz dos interesses da agricultura do interior norte. Mas sou porta-voz em primeiro lugar de mim próprio, não sou um mero megafone, e por outro lado, acho que os meus pontos de vista têm algum eco. Se não tivesse essa convicção, nem que essa convicção seja ilusória, mas eu tenho essa convicção esperançosa de que, quando eu falo, estou a dar voz a muita gente que se reconhece no que eu digo. E, portanto, o facto de estar, de falar, de existir, e de às vezes atrapalhar, e outras vezes persistir, acho que ajuda a que muita gente se sinta representada, sinta que tem uma voz aqui dentro.</p>	<p><b>16.</b> Questionado sobre as expectativas, P5 justifica a intenção de continuar como deputado pela convicção esperançosa de que o seu pensamento e pontos de vista sobre alguns assuntos relevantes são representativos da sensibilidade de uma parte da sociedade.</p> <p>Sublinha que é acima de tudo porta-voz das suas próprias ideias e repete a convicção da representação de "muita gente".</p>	<p>16. Convicção esperançosa de que as suas posições individuais são representativas de uma parte da sociedade portuguesa.</p> <p>Não é um conhecimento, é uma convicção esperançosa sobre o cumprimento da sua função representativa.</p>

<p><b>17. P:</b> Falou ao início de alguma desmotivação, dos momentos mais cinzentos, poderemos falar de algum tipo de frustrações também?</p> <p><b>R:</b> A frustração é essa. Em momentos em que sinto que há uma perda de ímpeto nas propostas, na energia reformadora que compete por definição ao partido socialista, quando sinto que o partido na Assembleia da República está um pouco prisioneiro de si próprio e das suas hesitações, da sua desorientação, naturalmente que tenho mais dificuldade em encontrar uma forma útil de servir o partido no quadro parlamentar. Isso é muito frustrante.</p> <p>P: Vai persistir?</p> <p>R: Sim.</p>	<p><b>17.</b> Admite um sentimento de frustração em relação ao rumo do partido no momento presente.</p>	<p><b>17.</b> Deceção e frustração com o rumo do partido.</p>